

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR  
PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO  
MUNICÍPIO DE TOLEDO - PARANÁ**

**KARINE DANIELE BYHAIN DE SOUZA**

CASCADEL

2016

Karine Daniele Byhain de Souza

**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR  
PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO  
MUNICÍPIO DE TOLEDO - PARANÁ**

**SUSTAINABILITY ANALYSIS OF FAMILY FARM PARTICIPANT'S FOOD  
ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN TOLEDO CITY - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração: da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**.

Orientadora: Profa. Dra. Loreni Teresinha Brandalise

Co-orientador: Prof. Dr. Edison Luiz Leismann

CASCADEL

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S714a Souza, Karine Daniele Byhain de  
Análise da sustentabilidade da agricultura familiar participante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Toledo - Paraná. /Karine Daniele Byhain de Souza.— Cascavel (PR), 2016.  
104 f.

Orientadora: Profª. Drª. Loreni Teresinha Brandalise  
Coorientador: Prof. Dr. Edison Luiz Leismann

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2016.  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração

1. Programa de aquisição de alimentos. 2. Agricultura familiar. 3. Sustentabilidade. I. Brandalise, Loreni Teresinha. II. Leismann, Edison Luiz. III. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. IV. Título.

CDD 20.ed. 338.1098162  
630.68  
CIP – NBR 12899

## KARINE DANIELE BYHAIN DE SOUZA

Análise da Sustentabilidade da agricultura familiar participante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Toledo - Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração Competitividade e sustentabilidade, linha de pesquisa Sustentabilidade no agronegócio, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Loreni Teresinha Brandalise

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



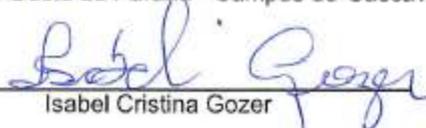
Edison Luiz Leismann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Elizandra da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Isabel Cristina Gozer

Universidade Paranaense - UNIPAR - Umuarama (UNIPAR)

Cascavel, 25 de novembro de 2016

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai Pedrinho Byhain (*in memoriam*), à  
minha mãe Verônica Byhain e ao meu esposo  
Angelo José de Souza.

## AGRADECIMENTO

Primeiramente à Deus, base de tudo na vida, que me abençoou nesta caminhada.

Ao meu esposo Angelo pelo companheirismo, paciência e contribuições neste trabalho. À minha família pelo apoio neste período.

Ao Prof. Edison Luiz Leismann que me incentivou para iniciar o mestrado e me orientou com muita sabedoria, sendo parte fundamental para início e conclusão deste estudo. À Prof. Loreni Teresinha Bradalise que também me orientou e sempre esteve disponível para me auxiliar na realização da dissertação.

À todos os professores do mestrado que a cada disciplina contribuíram para elaboração da dissertação.

Aos colegas de mestrado que compartilharam conhecimento, especialmente à amiga Fernanda Kuhn pelo apoio em todas as disciplinas e na realização da dissertação.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, instituição na qual cursei a graduação, que me possibilitou esta grande oportunidade do mestrado e por incentivar aos seus servidores a capacitação contínua.

A todos os colegas de trabalho, pela compreensão nos momentos em que estive ausente e pelo apoio nestes dois anos de intensa dedicação ao mestrado, especialmente à Cristiane, Elizabeth, Elaine, Leticia, Marcos, Marcelo, Michelle, Priscila e Verônica.

Aos gestores do programa de aquisição de alimentos no município de Toledo, especialmente ao Luiz Bazzei, Karine Zachow e Silvia Grotto, que não mediram esforços para disponibilizar os dados solicitados, por possibilitar o acesso aos agricultores, e por abrir as portas da cozinha social e compartilhar a vivência diária na execução do programa, este auxílio foi essencial para realização da pesquisa.

Aos agricultores que participaram da pesquisa e que responderam às questões de maneira muito solícita.

## RESUMO

Este estudo tem como temática a análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Toledo – Paraná. Verificou-se na pesquisa se a garantia de mercado proporcionada pelo programa de aquisição de alimentos (PAA) diferencia as condições de sustentabilidade dos participantes do programa em relação à agricultura familiar que não participa do PAA. O objetivo geral do trabalho foi avaliar o PAA como fator de promoção da sustentabilidade da agricultura familiar por meio dos agricultores participantes do programa gerenciado pelo município de Toledo no Estado do Paraná e comparar sua situação com os agricultores familiares da mesma região não participantes do programa. Para responder ao problema da pesquisa e atender aos objetivos propostos a metodologia utilizada foi qualitativa e quantitativa, sendo os objetivos caracterizados como pesquisa descritiva e os procedimentos como levantamento. A obtenção dos dados foi realizada com aplicação de questionário com agricultores e em bancos de dados secundários do setor público. Com a aplicação do questionário foram entrevistados 159 agricultores familiares residentes no município de Toledo – PR. Após análise dos dados identificou-se que para os participantes do PAA a faixa de lucro da propriedade não está relacionada ao maior número de pessoas trabalhando nela. Para a maioria dos agricultores não há dificuldade para acesso e permanência no programa. Ao comparar os benefícios obtidos pelos participantes do PAA com uma amostra de agricultores familiares não participantes, tendo em vista a sustentabilidade, verificou-se que, de maneira geral, no que se refere à caracterização dos dois grupos de produtores, não existem grandes diferenças. No que diz respeito ao barômetro da sustentabilidade foi possível identificar que tanto os agricultores participantes do PAA, quanto os agricultores não participantes ficaram enquadrados na escala potencialmente sustentável. A verificação dos custos para o setor público na atuação como garantidor de mercado para a produção da agricultura familiar identificou que o custo para o setor público, ao comprar produtos da agricultura familiar, é inferior ao adquirir produtos por meio de licitação, não havendo subsídio. Conclui-se que a participação dos agricultores no programa de aquisição de alimentos gerenciado pelo município de Toledo – PR não diferencia as condições de sustentabilidade dos agricultores em comparação com os produtores não participantes do programa, pois tanto os resultados da caracterização dos agricultores, quanto o enquadramento no barômetro da sustentabilidade foram semelhantes para ambos os grupos.

**Palavras-chave:** Programa de aquisição de alimentos, agricultura familiar, sustentabilidade.

## ABSTRACT

This research analyzes the Food Acquisition Programme (PAA) in Toledo city – Paraná state in Brazil. Our aim is to observe whether the industry assurance, which was provided by the programme itself (PAA), takes into account its participants sustainability situation once we compare this situation to the family agriculture groups which are not part of it. Our general goal was to evaluate the PAA as a sustainability encouraging factor for family agriculture through its participants in the programme managed in Toledo city, in Paraná state, and to compare their situation with the family agriculture groups from the same area that are not part of the programme. In order to satisfy the research problem and meet the presented goals, the methodology applied consisted of qualitative and quantitative approaches. Our goals are described as descriptive research and its procedures as a survey. The data acquisition was carried out through a questionnaire with farmers and we also obtained data from secondary databases from the government itself. Through the questionnaire we interviewed 159 farmers who are part of the family agriculture and live in Toledo – PR. After analyzing the data we confirmed that for the PAA participants their profit margins inside their farms are not related to more people working in it. For most farmers it is not difficult to enter and stay inside the programme. When comparing the obtained benefits from the PAA through farmers who are not part of the programme, in light of the sustainability, we confirmed that, generally, concerning these two groups, those who are part of the programme and those who are not, there are not considerable differences. As for the *Sustainability Barometer* we confirmed that both the programme participants and the non-participants fit the potentially sustainable scale range. The cost checking for the public sector while acting as an industry ensuring factor for agriculture family production confirmed that the costs for this sector are lower when compared to those achieved through bidding, once there are no subsidies. We concluded that there are not considerable differences between the sustainability conditions observed within the programme participants and non-participants in the Toledo – PR area, once the farmers profiling and the *Sustainability Barometer* measurements are similar for both groups.

**Keywords:** Food acquisition programme, family agriculture, sustainability.

## LISTA FIGURAS

Figura 1: Modalidades PAA.....	31
Figura 2: Resultado da pesquisa em revistas sobre os assuntos abordados a respeito do PAA	35
Figura 3: Barômetro da sustentabilidade.....	44
Figura 4: Escala do barômetro da sustentabilidade .....	44
Figura 5: Descrição dos objetivos específicos, procedimentos de coleta e técnica de análise dos dados .....	49
Figura 6: Entidades beneficiadas pelo PAA em Toledo – PR em 2015 .....	52
Figura 7: Propriedade visitada que cultivava hortaliças .....	54
Figura 8: Propriedade visitada com predominância de pecuária leiteira .....	57
Figura 9: Aspectos sociais dos agricultores participantes do PAA .....	62
Figura 10: Aspectos sociais dos agricultores não participantes do PAA.....	63
Figura 11: Aspectos econômicos dos agricultores participantes do PAA.....	64
Figura 12: Aspectos econômicos dos agricultores não participantes do PAA .....	66
Figura 13: Aspectos ambientais dos agricultores participantes do PAA .....	67
Figura 14: Aspectos ambientais dos agricultores participantes do PAA .....	69
Figura 15: Propriedade em processo de certificação da produção orgânica .....	72
Figura 16: Aspectos sociais dos agricultores participantes do PAA .....	78
Figura 17: Aspectos econômicos dos agricultores participantes do PAA.....	79
Figura 18: Aspectos ambientais dos agricultores participantes do PAA .....	80
Figura 19: Barômetro da sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA .....	81
Figura 20: Barômetro da sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA, com destaque para aspectos social, econômico e ambiental.....	82
Figura 21: Aspectos sociais dos agricultores não participantes do PAA .....	83
Figura 22: Aspectos econômicos dos agricultores não participantes do PAA .....	83
Figura 23: Aspectos ambientais dos agricultores não participantes do PAA.....	84
Figura 24: Barômetro da sustentabilidade dos agricultores não participantes do PAA.....	85
Figura 25: Comparativo de valores totais pagos pelos produtos adquiridos pelo PAA em 2015 .....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação % da agricultura familiar no VBP Brasil de alguns produtos em 2009 .....	23
Tabela 2: Valor da produção rural paranaense dos principais produtos de 2013 para 2014....	23
Tabela 3: Valor da produção município de Toledo em 2014 .....	24
Tabela 4: Dados executados pelo PAA entre 2011 e 2015 .....	32
Tabela 5: Resultado da pesquisa em revistas sobre outros trabalhos realizados a respeito do PAA.....	34
Tabela 6: Resultado da pesquisa em no banco de teses e dissertações do IBICT e da CAPES35	
Tabela 7: Assuntos tratados nas teses e dissertações .....	36
Tabela 8: Produtos e quantidades adquiridas pelo PAA em Toledo no ano de 2015 .....	53
Tabela 9: Faixa de lucro mensal da propriedade – não participantes do PAA.....	56
Tabela 10: Forma de comercialização da produção – participantes do PAA.....	58
Tabela 11: Forma de comercialização da produção – não participantes do PAA .....	58
Tabela 12: Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ * Contando contigo e os membros de sua família, quantas pessoas trabalham na propriedade .	59
Tabela 13: Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ * É usuário do PRONAF .....	60
Tabela 14: Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ * Principal atividade realizada na propriedade.....	61
Tabela 15: Percepção dos agricultores participantes do PAA quanto a execução do programa em Toledo .....	71
Tabela 16: Preços pagos pelos produtos por meio do PAA * faixa de lucro mensal da propriedade .....	76
Tabela 17: Preocupação quanto a continuidade do PAA * faixa de lucro mensal da propriedade .....	77
Tabela 18: Preços pagos pelos produtos * obtenção de matéria prima é um obstáculo .....	77
Tabela 19: Descrição dos produtos adquiridos e preços pagos por meio do PAA e em licitação .....	87
Tabela 20: Diferença entre os valores pagos por meio do PAA e os valores pagos em licitação .....	88

## LISTA DE SIGLAS

AEN - Agência Estadual de Notícias do Paraná  
AIAF - Ano internacional da agricultura familiar camponesa e indígena  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BCB - Banco Central do Brasil  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FLO - Fairtrade Labelling Organizations International  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar  
SEED - Secretaria de Estado de Educação  
TBL - Triple Bottom Line  
VBP - Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA .....	17
1.1.1	Questão de Pesquisa .....	19
1.2	OBJETIVOS .....	19
1.2.1	Geral .....	19
1.2.2	Específicos .....	19
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA .....	20
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	21
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS .....</b>	<b>22</b>
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA.....	24
2.1.1	Políticas públicas.....	24
2.1.2	Políticas públicas para agricultura.....	25
2.1.3	Políticas públicas para agricultura familiar .....	27
2.3	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) .....	28
2.3.1	Histórico do programa PAA no Brasil .....	28
2.3.2	Modalidades do PAA.....	30
2.3.3	Programa PAA no Estado do Paraná.....	32
2.4	EXPERIÊNCIAS SIMILARES AO PAA NO BRASIL E NO MUNDO.....	33
2.4.1	Análise dos artigos pesquisados que tratam sobre o PAA.....	36
2.5	SUSTENTABILIDADE .....	40
<b>3</b>	<b>MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA DA PRODUÇÃO TÉCNICA .....</b>	<b>46</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	46
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS.....	47

3.3	DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....	48
3.4	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	48
3.4.1	Barômetro da sustentabilidade .....	50
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>52</b>
4.1	DADOS DO PAA EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR EM 2015 52	
4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO PAA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR .....	54
4.3	ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO PAA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR.....	62
4.4	PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PAA QUANTO À EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR.....	70
4.5	SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR.	78
4.6	SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DOS AGRICULTORES NÃO PARTICIPANTES DO PAA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR.....	82
4.7	CUSTOS PARA O SETOR PÚBLICO NA ATUAÇÃO COMO GARANTIDOR DE MERCADO PARA A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM AGRICULTORES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO PAA .....</b>	<b>104</b>

<b>APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS DOS VALORES PAGOS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DE PRODUTOS QUE TAMBÉM SÃO ADQUIRIDOS POR MEIO DO PAA.....</b>	<b>106</b>
---	------------

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura tem destaque no Brasil como uma de suas principais fontes econômicas do país. Dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA] (2014) demonstram que este segmento atinge 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e 80.250.453 hectares (25% da área total), cuja produção é destinada, em sua maioria, para as populações urbanas e locais.

A relevância deste setor também está pautada nas práticas agrícolas familiares, que podem ter alta produtividade, sustentabilidade, e ser dinâmicas, quesitos estes que contribuem para a segurança alimentar e nutricional (Ploeg, 2014). Em função desta importância, a atividade agrícola gera efeitos sobre o desenvolvimento territorial, pois causa impactos econômicos e produz reflexos em outros setores da economia (Mera, 2011).

Para incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação, foi criado em 2003 pelo governo federal, por meio da Lei n. 10.696 (2003), art. 19, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A partir da inclusão do PAA no dispositivo legal, o programa possibilitou o acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar e também viabilizou a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Com o intuito de atingir os objetivos do programa, as instituições públicas compram alimentos produzidos pela agricultura familiar, e os destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelas estruturas públicas de alimentação e nutrição. Além disso, o PAA auxilia na constituição de estoques públicos e articula o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), (2012). Desde a sua concepção, o PAA passou por várias mudanças, constituindo-se em uma das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar no país (Rocha, 2015).

Neste contexto, a execução do programa fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (MDS, 2012). Também respeita as diversidades culturais e o conhecimento local, agregando com a validação do cultivo e da produção agroecológica (Dias & Rocha, 2015).

A aquisição dos produtos por parte das instituições públicas acontece com a dispensa de licitação, o que desburocratizou o processo e apoiou a comercialização dos produtos com preços definidos pela média dos valores praticados no mercado (Romeiro D'Ávila & Silva, 2011).

Diante da simplificação no formato da compra, foram criadas seis modalidades para operacionalizar o PAA: compra direta da agricultura familiar para doação simultânea; apoio à formação de estoques pela agricultura familiar; compra direta da agricultura familiar; incentivo à produção e ao consumo de leite; compra institucional e PAA sementes (MDS, 2015).

Desde sua implementação o PAA oportunizou avanços para a agricultura familiar e o combate à fome, contudo, de acordo com Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite (2011), após ingressar no programa, os agricultores se deparam com problemas, entre eles o atraso na liberação dos recursos, o que acarreta dificuldades para os produtores, pois gera empecilhos no abastecimento dos produtos, traz problemas financeiros para os produtores, o que desestimula a sua participação. Além dos obstáculos citados por Grisa *et al.* (2011), também há resistência dos órgãos públicos que em muitos casos enfrentam dificuldades financeiras.

Além disso, o programa encontra outros obstáculos como a falta de conexão entre as políticas públicas, o acesso ao crédito rural no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e à assistência técnica, que tem grande importância na decisão pela continuidade ou não das atividades agropecuárias, bem como pelos produtos a serem cultivados (Hespanhol, 2013).

Enquanto o PRONAF atua no sentido de fornecer crédito a juros subsidiados para permitir as condições de investimento e custeio da agricultura familiar, o PAA atua no sentido de fornecer um mercado cativo, uma garantia de mercado a preços justos, atuando em prol da maior sustentabilidade desses estabelecimentos rurais, em linha com os conceitos de Comércio Justo.

De acordo com *Fairtrade Labelling Organizations International* [FLO] (2006), o comércio justo consiste em uma parceria comercial estruturada em diálogo, transparência e respeito, que visa à igualdade no comércio internacional. Ele coopera para o desenvolvimento sustentável ao oferecer melhores condições comerciais e assegurar os direitos de produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente no Hemisfério Sul.

Considerando estes argumentos, elaborou-se a pergunta de pesquisa e os objetivos que buscam respondê-la.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O assunto mercados institucionais para a agricultura familiar obteve lugar na agenda governamental brasileira a partir do início dos anos 2000, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por meio destes programas, foi reanalisado o papel das compras governamentais com objetivo de torná-las ferramentas estatais de fomento e de criação de mercados para a agricultura familiar, além de promover a segurança alimentar e possibilitar melhorias na qualidade da alimentação das pessoas que são alvo destas políticas públicas (Triches & Grisa, 2015).

Para Grisa (2012), o PAA foi a consequência de um conjunto de reflexões e de reivindicações realizadas por atores da sociedade civil e por gestores públicos, figuras estas que trabalham nos assuntos da fome e da segurança alimentar desde a década de 1990, além de convergir com as solicitações das organizações da agricultura familiar por ações de apoio à comercialização da produção agrícola, demandas existentes desde a década de 1970.

A operacionalização do PAA ocorre por meio da compra de produtos da agricultura familiar, sendo que os preços pagos são baseados em valores de referência que consideram as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar (Triches & Grisa, 2015).

Durante a execução do programa, constantemente são realizadas avaliações sobre o PAA, nas quais são apontadas características positivas como: diversificação da produção da agricultura familiar, valorização da produção familiar, reconhecimento da produção orgânica e da gastronomia local e a dinamização de economias locais, além do reconhecimento dos agricultores pela sociedade. Neste sentido, uma das principais contribuições do programa é a flexibilidade na produção dos alimentos e nos canais de distribuição e consumo, os quais possibilitam o desenvolvimento de arranjos institucionais e construção de confianças nos cenários locais (Garrido, 2015).

Outro aspecto favorável do programa são os resultados expressivos para a autonomia dos camponeses no processo produtivo com a formação de mercados institucionais para a compra dos produtos, o que significa a garantia de condições para a reprodução socioeconômica e, conseqüentemente, a permanência no espaço rural (Peixoto & Oliveira, 2015).

Além disso, o PAA tem sido indicado em pesquisas como um dos mais eficazes programas de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. Os aspectos relevantes para as comunidades rurais incluem a valorização da cultura e a diversificação da

produção, possibilitando a geração e distribuição de renda e um aprimoramento das estratégias sociais voltadas para a segurança alimentar (Teixeira & Norder, 2015).

Estudo realizado por Leal (2015) no território dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (que compreende 32 municípios do estado de São Paulo), aponta entraves e limitações na participação dos produtores no programa, como por exemplo a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) por parte dos produtores, documento obrigatório para que o agricultor familiar participe do PAA, sendo que a dificuldade está na apresentação da documentação necessária (notas fiscais ou comprovantes do que foi vendido no ano anterior) para emissão da DAP. Outro problema está no valor máximo estipulado anualmente para cada produtor ou associação para venda dos produtos, o que deixa os agricultores receosos em aumentar a produção.

Cabe informar que de acordo com o MDA (2015), a DAP constitui-se em documento criado para identificar o agricultor familiar nas áreas rurais. Tal documento proporciona o acesso a políticas como crédito ao Pronaf, a participação em programas como PAA e PNAE.

Outra pesquisa conduzida por Coradin e Souza (2015) no Vale do Ribeira Paraná aponta que os agricultores também encontram dificuldades na participação do programa em função da necessidade de apresentar documentos da propriedade, pois nem sempre possuem tais documentos.

Por outro lado, estudo realizado por Araújo (2012) identificou como fatores dificultadores da execução do PAA por parte da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Estado do Rio Grande do Norte, o benefício à organizações de agricultores que procuravam a instituição sem realizar uma análise criteriosa, as limitações orçamentárias, a deficiência na sistematização de monitoramento do PAA o que prejudica o acompanhamento da entrega dos alimentos, além de subaproveitamento da equipe técnica pelos gestores em função de ausência de metas e desinteresse de alguns técnicos envolvidos, e ainda, o modelo de gestão local não prioriza a efetividade do programa, mas a quantidade de atendimentos e recursos investidos.

Apesar do PAA ser uma das táticas adotadas para incentivar a agricultura familiar no Brasil, o programa poderia ter maior amplitude se fosse acompanhado da reforma agrária, com mais recursos investidos e com o fomento de mercados locais além dos institucionais (Garrido, 2015).

### 1.1.1 Questão de Pesquisa

O PAA já existe há mais de uma década, sendo um programa de destaque nacional, contudo, há problemas enfrentados pelos agricultores e instituições públicas durante a sua execução, assim questiona-se: **a garantia de mercado proporcionada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) diferencia as condições de sustentabilidade dos participantes do programa em face à agricultura familiar que não participa do PAA?**

## 1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho estão organizados em objetivo geral e objetivos específicos.

### 1.2.1 Geral

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fator de promoção da sustentabilidade da agricultura familiar, por meio dos agricultores participantes do programa gerenciado pelo município de Toledo no Estado do Paraná.

### 1.2.2 Específicos

A partir da definição do objetivo geral, os objetivos específicos estão assim elencados:

- a) Avaliar a importância da atuação do setor público como garantia de mercado para a sustentabilidade da agricultura familiar, por meio da atividade agrícola dos participantes do PAA;
- b) Detectar a percepção dos agricultores quanto ao acesso e permanência no programa PAA;
- c) Identificar e avaliar os benefícios para a agricultura familiar com a adesão ao programa PAA a partir de um modelo de análise de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- d) Comparar os benefícios obtidos pelos participantes do PAA com uma amostra de agricultores familiares não participante do programa, tendo em vista a sustentabilidade;

e) Verificar os custos para o setor público na atuação como garantidor de mercado para a produção da agricultura familiar.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

A agricultura familiar possui fundamental importância na ocupação do setor rural e na geração de empregos no campo. Enquanto agroindústrias e propriedades rurais de grande porte dominam o mercado produtivo destinado à exportação, a agricultura familiar tem crescido, sendo responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país (Kepple, 2014).

Apesar da relevância da agricultura familiar, a mesma tem passado por problemas, que acarretam dificuldades sociais, que geralmente não são notados em função dos grandes agricultores, que produzem em quantidade maior e conseguem garantir preços e quantidades em larga escala, porém tem menor eficiência em qualidade e saúde humana. Estas questões acabam por gerar problemas como êxodo rural, uso abusivo de agrotóxicos, entre outros (Meneghetti, Fariña, Bertolini & Brandalise, 2015).

Neste contexto, a venda dos alimentos também é um obstáculo enfrentado pelos os agricultores familiares (Fuscaldi, 2010). Para amenizar este problema, o PAA, criado em 2003, incentiva a comercialização da produção da agricultura familiar, além de possibilitar o seu planejamento, pois o programa auxilia a comercialização dos produtos, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios (CONAB, 2014).

Desde a sua implementação o PAA teve muitos avanços, pois conforme Ferreira, Borsatto, Meira e Bergamasco (2014), o programa é uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar.

Por outro lado, há dificuldades enfrentadas tanto pelos agricultores quanto pelos órgãos públicos participantes do PAA. Soares, Martinelli, Melgarejo e Cavalli (2013) mencionam limitações na execução do programa, como por exemplo, falta de articulação entre produção e consumo, dificuldades na logística e recebimento dos produtos. Além disso, Plein e Fillipi (2012) citam problemáticas como forma de pagamento e burocracia, que levam produtores ao ponto de desistir do programa.

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação (SEED, 2015), o Estado do Paraná tem se caracterizado como referência nacional na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar para destinação à merenda escolar. As compras são gerenciadas com a

utilização de um sistema eletrônico desenvolvido no estado e utilizado pela SEED, sendo que em 2015 foram investidos cerca de R\$ 45 milhões na compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar, de 128 instituições de agricultores familiares, num total aproximado de 15.487 toneladas de produtos.

A escolha do município de Toledo no Estado do Paraná para realização do estudo ocorreu em função do mesmo ser destaque no estado com o maior Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuário do Paraná em 2014, que atingiu R\$ 1,75 bilhão, o que corresponde a 10% a mais do que em 2013 (Casa Civil Paraná, 2015).

Da mesma forma, na execução do PAA, Toledo tem dados representativos, pois gerenciou em 2014 o equivalente a 32,93% dos recursos destinados ao Estado do Paraná, o que correspondeu a R\$ 849.148,24, período no qual foram adquiridos 116.607kg de alimentos de 211 agricultores (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação [SAGI - PAA Data], 2015).

Tendo em vista os valores envolvidos na execução do PAA no município de Toledo torna-se interessante dimensionar os custos para o setor público na participação do programa, e em função da premissa de fortalecimento da agricultura familiar, cabe identificar se a participação no programa propicia maior sustentabilidade aos agricultores em comparação com os não participantes.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, o primeiro compreende a introdução, problema de pesquisa, objetivos e justificativa, o segundo trata do referencial teórico que aborda a agricultura familiar, políticas para agricultura, programa de aquisição de alimentos, sustentabilidade e experiências similares ao PAA no Brasil e no mundo, e o terceiro refere-se a metodologia com o delineamento da pesquisa, procedimentos de coleta dos dados, definição da amostra e procedimentos de análise de dados. O quarto capítulo do estudo aborda a análise dos dados da pesquisa e o quinto e último capítulo tece conclusões sobre o estudo.

## 2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Este capítulo é dedicado à apresentação do apanhado teórico e empírico encontrado na literatura para embasar este estudo, referente aos assuntos agricultura familiar; políticas públicas para a agricultura; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as experiências no Brasil e no mundo; e, por fim, a Sustentabilidade.

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

O projeto de cooperação técnica realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em conjunto com a FAO em 2000, definiu o universo familiar como: estabelecimentos nos quais a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor, o trabalho familiar é maior que a mão de obra contratada e a propriedade tem área de até 15 módulos fiscais (Guanziroli & Cardim, 2000).

Já em 2006, a Lei n. 11.326 (2006) estabeleceu como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural; possui área de até 4 módulos fiscais; utiliza predominantemente mão-de-obra da própria família na execução das atividades da propriedade; tem um percentual mínimo de renda familiar obtida na atividade econômica da propriedade; e dirige a propriedade com sua família.

Cabe informar que módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para que as propriedades rurais sejam consideradas economicamente viáveis, sendo que tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, conforme o município (Landau, Cruz, Hirsch, Pimenta & Guimarães, 2012). No município de Toledo – PR, por exemplo, um módulo fiscal equivale a 18 hectares ou 7,43 alqueires (INCRA, 2013). No que tange à propriedade familiar, a mesma é definida como imóvel rural, que garanta subsistência e progresso econômico à família (Junqueira & Lima, 2008).

A agricultura familiar contempla todas as atividades agrícolas de base familiar e está vinculada a vários setores do desenvolvimento rural. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar tem prevalência no setor de produção de alimentos e possui um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural (2014 – Ano internacional da agricultura familiar camponesa e indígena [AIAF], 2014).

No ano de 2006 foi realizado o Censo Agropecuário, pela primeira vez no Brasil, que obteve dados estatísticos da agricultura familiar. No censo foram identificados 4.367.902 de

estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, com uma área ocupada de 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar dos estabelecimentos não familiares corresponderem a 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada (França, Del Grossi & Marques, 2009).

Neste contexto, a produção da agricultura familiar tem destaque, conforme dados apresentados no Tabela 1.

**Tabela 1:**  
**Participação % da agricultura familiar no VBP Brasil de alguns produtos em 2009**

Produto	VBP em % do total produzido por produto
Mandioca	88,3%
Feijões	68,7%
Leite de vaca	56,4%
Suínos	51,0%
Milho	47,0%
Arroz	35,1%
Cafés	30,3%
Trigo	20,7%
Ovos	17,1%
Soja	16,9%

**Nota.** Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2009).

A Tabela 2 demonstra o Valor Bruto da Produção rural paranaense em 2014 no Estado do Paraná.

**Tabela 2:**  
**Valor da produção rural paranaense dos principais produtos 2014**

Segmento	VBP R\$ bilhões	Part. (%)
Soja	15,04	21%
Frango-corte	10,23	14%
Milho	5,27	7%
Leite Bovino	4,59	7%
Bovinos-corte	3,52	5%
Suínos de raça-corte	2,99	4%
Cana de açúcar	2,47	4%
Serraria e laminadora	2,18	3%
Silagem e alimentação animal	2,10	3%
Trigo	1,93	3%

**Nota.** Fonte: Adaptado de DERAL (2014).

A Tabela 3 evidencia o Valor Bruto da Produção no município de Toledo – PR no ano de 2014, com informação sobre os produtos de maior destaque.

**Tabela 3:**  
**Valor da produção município de Toledo em 2014**

Segmento	% de participação 2014
Suíno raça-corte	31%
Frango-corte	16%
Soja	14%
Suínos para recria	8%
Milho	6%
Outros	25%

**Nota.** Fonte: Adaptado de DERAL (2014).

Diante dos números apresentados percebe-se a importância da agricultura e a necessidade de que haja políticas públicas de incentivo a esta relevante atividade econômica, tanto no país, quanto nos estado e municípios.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA

Nesta seção são abordados os temas políticas públicas, políticas públicas para a agricultura e políticas públicas para a agricultura familiar, traçando-se o histórico destes no Brasil.

### 2.1.1 Políticas públicas

Nas sociedades modernas existe muita diferenciação social, em atributos, ideias, interesses e valores. Essas distinções tornam a sociedade complexa e geram conflitos entre seus membros. Para que a sociedade possa progredir e sobreviver, o conflito deve ser administrado, e isto ocorre através da coerção e da política.

Segundo Rúa (2009), a coerção reside na ação de reprimir e conter. Já a política está ligada à força exercida pelo estado para fazer valer seu direito. Como a aplicação da força pode gerar resistência, o custo da utilização da coerção pode ser elevado, e seu uso pode causar muito desgaste para quem o aplica. Em função disso, as sociedades recorrem à política, seja para controlar conflitos ou para construir consensos.

De acordo com Lopes, Amaral e Caldas (2008, p. 5) “políticas públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade.” Corroborando, Teixeira, Serafim e Moraes (2006) informam que política pública é uma forma

de efetivar direitos, intercedendo na realidade social. E para se concretizar é preciso que se traduza em um plano de ações composto por programas e projetos.

Para entender as políticas públicas criadas para a agricultura é preciso entender o histórico das políticas públicas no Brasil. O Estado brasileiro sempre teve um estilo intervencionista e desenvolvimentista, trabalhando na formulação de diretrizes econômicas que visavam o capitalismo industrial e financeiro. Para que essa visão se concretizasse, o Estado forneceu infraestrutura e insumos para a iniciativa privada para realizar o processo de desenvolvimento (Low-Beer, 2002).

Neste contexto, Low-Beer (2002), complementa que houve dois momentos: o Estado desenvolvimentista dos anos 30 até o final dos anos 60 e um período de atuação intervencionista até os anos 80. A partir dos anos 80 teve início um período de definições políticas, econômicas e sociais, que culminaram em um Estado com características neoliberais nos anos 90. Neste período a economia industrial baseou-se em intervenção pública para crescimento econômico com capital estatal associado a capital privado, contudo, esse crescimento também levou ao endividamento interno e externo.

Nas décadas de 30 a 60, o Brasil foi marcado por uma política que contribuiu com o capital industrial e financeiro, período em que o Governo Federal proporcionou a expansão da infraestrutura no país, necessária para a iniciativa privada realizar suas atividades. Na sequência e até o final dos anos 80, a política brasileira demonstrava maior interesse no capital internacional, apoiada na crise que se instalou nesta década (Quast, 2012).

A partir dos anos 80, mas também nos anos de 1990, o Governo Federal inicia um processo de privatizações de grandes empresas estatais, para sanear os cofres públicos, apoiado na defesa da inoperância e de prejuízos produzidos por tais empresas. Até meados de 2002, as políticas neoliberais ganharam força (Quast, 2012).

Desde 2003 até atualmente, verifica-se que as políticas federais foram predominantemente de corte setorial, impactando favoravelmente na redução das desigualdades regionais. Dentre essas políticas está o apoio à agricultura familiar (Sader, 2013).

### 2.1.2 Políticas públicas para agricultura

A política agrícola no Brasil passou a ser acionada de maneira estruturada desde os anos 1960, quando ocorreu a utilização de instrumentos para interferência nos mercados de produtos, fatores de produção e insumos de crédito (Gasques, Vieira Filho & Navarro, 2010). Naquela

época, os estímulos para o setor agrícola eram interpretados como uma compensação necessária à política macroeconômica que favorecia a industrialização em função da atividade agropecuária (Gasques *et al.*, 2010).

Contudo, Coelho (2001) expõe que já em meados da década de 30 foi realizada uma medida que pode ser considerada como primeiro passo para a prática de uma política agrícola nacional, na qual ocorreu a transferência de responsabilidade da política cafeeira para o governo federal, com a criação do Conselho Nacional do Café.

A década de 1960 foi de grande importância para as políticas públicas da agricultura, período em que o Brasil promoveu um ambicioso programa de modernização da agricultura, com destaque ao crédito rural que viabilizou as transformações que se seguiram. No ano de 1965 o governo implementou o Sistema Nacional de Crédito Rural para financiamento agrícola. Essa política produziu transformações profundas no setor quanto ao emprego, tecnologia, composição da produção e uso e posse da terra (Carvalho, 2001).

Em 1973, o Estado criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e melhorar as condições de vida da população rural. Em 1974 a EMBRATER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tornaram-se os principais instrumentos básicos, de caráter executivo, para desenvolver a agropecuária nacional (Romaniello & Assis, 2015).

Carvalho (2001) acrescenta que no final da década de 70, a estratégia de modernização da agricultura começou a ser abandonada, em função da crise fiscal que o país enfrentava. Com a crise da dívida pública, no final da década de 80, Chadad, Jank e Nakahodo (2006) assinalam que o governo reduziu os gastos com políticas agrícolas. Neste cenário, o país deixou de formar estoques reguladores, de garantir preços mínimos, de controlar preços ao longo das cadeias produtivas e, nesta época, ocorreu a liberação comercial e integração econômica, principalmente no âmbito do Mercosul.

Essas mudanças proporcionaram a modernização da agricultura, o aumento da competitividade e a inserção internacional. Contudo, após a redução do apoio das políticas públicas, o produtor nacional ficou exposto aos riscos de produção, preço e crédito da atividade. Em 1995, o país enfrentou a primeira crise da dívida agrícola (Chadad, Jank & Nakahodo, 2006).

Nesta conjuntura, desde 1995, a política agrícola passou a ter novo foco privilegiando a reforma agrária e a agricultura familiar como forma de inclusão social. De acordo com Mueller (2010), entre 1999 e 2004 o agronegócio passou por um período de prosperidade, no qual os lucros do setor eram elevados, porém em 2005 foram sentidos impactos da estiagem e surtos de

infestações de pragas e fungos: o setor entrou em crise. Neste período o governo aprovou pacotes de ajuda voltados ao alívio desta nova crise, como resultado, o país teve safra recorde de 2006-2007.

Estudo realizado por Strassburg, Oliveira, Brachet, Dal Pai, Ilha e Shikida (2015) identificou que as políticas agrícolas e estruturantes aplicadas no Brasil incentivaram a segurança alimentar e nutricional, além de possibilitar a ampliação da discussão sobre o desenvolvimento rural. No contexto do desenvolvimento rural, o mesmo agrega a visão agrícola e produtivista e, por meio deste, surge uma alternativa para o desenvolvimento dos pequenos agricultores.

### 2.1.3 Políticas públicas para agricultura familiar

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar devem diminuir dificuldades como baixa capitalização, obtenção de crédito e proporcionar acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias (Junqueira & Lima, 2008).

Ainda que a agricultura familiar tenha relevante importância, historicamente este setor não foi contemplado por meio de políticas públicas, tendo em vista que os recursos estatais eram direcionados para as grandes propriedades. Em função dos estímulos realizados pelo Estado, foi proporcionada a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, o que deixou a agricultura familiar em lugar inferior na sociedade (Souza-Esquerdo & Bergamasco, 2014).

Somente em 1996 a lacuna de descaso com a agricultura familiar começou a ser sanada, com a criação do PRONAF. A criação deste programa ocorreu em função de mobilizações sociais efetuadas por movimentos sociais da agricultura familiar e também em decorrência de mudanças nos estudos rurais, que começaram a enfatizar a permanência do homem no campo e a importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos (Abramovay, 1998).

Este programa, que tem vigência até a atualidade, passou por transformações desde que foi criado, e consiste em “estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, meio de financiamento de atividades e serviços rurais e agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural dou em áreas comunitárias” (Banco Central do Brasil [BCB], 2015).

Para execução do Pronaf foram criados grupos do crédito para garantir tratamento diferenciado aos diferentes, onde tais grupos têm como critério definidor o nível de renda

familiar bruta anual e, assim, a cada nível são oferecidas condições de financiamento diferenciadas (prazos, juros, limites, descontos por adimplência). Assim, os grupos de renda maior acessam o crédito PRONAF apenas nas condições próximas ao crédito rural da agricultura de maior escala (Mendonça, 2008).

Com a criação do PRONAF teve início a criação de uma série de medidas destinadas a fortalecer e garantir a produção agrícola dos produtores familiares. Neste contexto, cita-se a concepção, em 2004, do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2006 e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública em anos posteriores, para demonstrar estas ações (Grisa & Schneider, 2014).

Em 2003 foi desenvolvido mais um projeto que envolve diretamente a agricultura familiar, conforme Grisa (2012), o Projeto Fome Zero propôs um conjunto de políticas estruturais que objetivavam o aumento da renda e da oferta de alimentos básicos. Contido neste projeto está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que será detalhado na seção 2.3.

Outra conquista da agricultura familiar foi a Lei n. 11.326 (2006) que estabelece diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, e prevê crédito, assistência técnica, comercialização de seguro agrícola e igualdade para as mulheres da agricultura familiar.

## 2.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Nesta seção apresenta-se um histórico do programa PAA no Brasil, suas modalidades e o PAA no estado do Paraná.

### 2.3.1 Histórico do programa PAA no Brasil

Em 2003, no início do governo Lula, foi implementado o Programa Fome Zero, que dentre outros, objetiva o aumento da disponibilidade de alimentos de baixos preços e também o maior acesso da população necessitada a uma alimentação de qualidade, programa este que se transformou na maior estratégia do governo para dirigir as políticas econômicas e sociais (Silva, Del Grossi & França, 2010).

Este programa inicialmente compreendeu programas estruturais, tais como reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, programa de superação de analfabetismo e programa de geração de emprego, e programas específicos, dentre os quais englobou restaurantes populares, bancos de alimentos, ampliação da alimentação escolar, programa cartão de alimentação emergencial e educação alimentar (Silva, Del Grossi & França, 2010).

Como parte das ações dos programas estruturais, foi desenvolvido o Programa de Aquisição de Alimentos, que compreende:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (Lei n. 10.696, 2003, art. 19).

A partir da instituição desta lei, verifica-se que o programa contempla demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar e também abrange as necessidades dos agricultores familiares para comercialização de seus produtos.

Para implantação do programa foi criado o Grupo Gestor do PAA que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é composto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda, que estabelecem as diretrizes do programa, sendo que o grupo gestor tem como objetivo principal orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas resoluções (MDS, 2012).

Tendo como base as orientações do programa, sua aplicação ocorreu em nível federal, estadual e municipal, sendo financiado pelo MDS e MDA, que disponibilizam recursos orçamentários e financeiros. O governo realiza as compras por meio das modalidades existentes, que são Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar; Compra Antecipada da Agricultura Familiar e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (Mattei, 2007).

Estas compras por parte das instituições públicas foram desburocratizadas, ao passo que a legislação proporcionou a compra direta, sem a realização de processo licitatório, possibilitado a presença do Estado para apoiar a comercialização da produção da agricultura familiar (CONAB, 2003).

Os agricultores familiares podem participar do programa diretamente ou por intermédio de cooperativas familiares, desde que se enquadrem no PRONAF, sendo a identificação deste cadastro realizada por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (MDS, 2015).

Visando ampliar os mercados para comercialização dos produtos da agricultura familiar, o Grupo Gestor do PAA emitiu a Resolução 50/2012, que institui uma nova modalidade de compra dos produtos, as Compras Institucionais, permitindo que os órgãos públicos que forneçam alimentação também façam aquisição por meio do programa com recursos próprios e com dispensa do procedimento licitatório (MDS, 2013). Em 2015 foi criada mais uma modalidade, a aquisição de sementes.

### 2.3.2 Modalidades do PAA

O programa de aquisição de alimentos está estruturado em seis modalidades: compra para doação simultânea; formação de estoques; compra direta da agricultura familiar; incentivo para a produção e consumo de leite; compra institucional; e aquisição de sementes. A Figura 1 apresenta as modalidades, bem como as formas de acesso, limites de valores, origem dos recursos e as ações correspondentes a cada uma delas. Cabe informar que a coluna limite diz respeito ao valor máximo anual por modalidade, de acordo com a forma de acesso ao programa.

Na modalidade **compra da agricultura familiar para doação simultânea** os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino.

Em outra modalidade, **apoio à formação de estoques pela agricultura familiar – CPR Estoque**, ocorre o apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público.

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Órgão executor
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Unidade Familiar (via termo de adesão)	R\$ 6,5 mil/ano	MDS	Conab
	Agricultores por meio de organizações da agricultura familiar (via Conab)	R\$ 8 mil/ano		
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 2 milhões/ano		
Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Unidade Familiar	R\$ 8 mil/ano	MDS/ MDA	Conab
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 1,5 milhão		
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Unidade Familiar	R\$ 8 mil/ano	MDS/ MDA	Conab
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 500 mil		
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite	Unidade Familiar	R\$ 8 mil (4 mil por semestre)	MDS	Estados da região nordeste e norte de Minas Gerais em parceria com o MDS
	Organizações (cooperativas/associações)	A ser definido		
Compra Institucional	Unidade Familiar	R\$ 20 mil/ano (por órgão comprador)	Próprios Do órgão executor	Própria instituição adquirente.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 6 Milhões (por órgão comprador)		
PAA Sementes	Unidade Familiar	R\$ 16 mil/ano	MDS	Conab
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 6 Milhões		

**Figura 1. Modalidades PAA**

Fonte: Adaptado de MDS, 2015.

Já na modalidade **compra direta da agricultura familiar – CDAF**, acontece a compra de produtos com a finalidade de sustentar preços (MDS, 2015). **Incentivo à produção e ao consumo de leite – PAA Leite** é a modalidade na qual ocorre a aquisição de leite de vaca e leite de cabra de agricultores familiares dos estados da região Nordeste e também no norte de Minas Gerais, e sua distribuição, gratuitamente, a famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Na modalidade **compra institucional** órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Por fim, a modalidade **PAA sementes** realiza a compra de sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica, e as destina a agricultores familiares, conforme a demanda dos órgãos parceiros (MDS, 2015).

Com o objetivo de apresentar informações sobre o PAA, o MDS desenvolveu o site PAA DATA que disponibiliza dados sobre o programa considerando seus executores: CONAB, estados e municípios nas modalidades (compra com doação simultânea, formação de estoques, compra direta, PAA leite e a partir da 2015 a modalidade aquisição de sementes) (SAGI - PAA Data, 2015). A Tabela 4 mostra os dados das ações executadas pelo PAA entre os anos de 2011 e 2015.

Tabela 4:  
**Dados executados pelo PAA entre 2011 e 2015**

Ano	Nº de Agr. Fornecedores	Recursos (R\$)	Produtos (Kg)
2011	160.011	R\$ 667.325.490,15	517.921.881,11
2012	185.979	R\$ 839.217.997,38	529.033.665,31
2013	96.912	R\$ 443.185.235,52	280.175.457,02
2014	113.727	R\$ 583.838.845,62	336.155.540,63
2015	95.871	R\$ 555.429.848,06	289.827.170,98

Nota. Fonte: SAGI - PAA Data (2016).

As informações constantes na Tabela 4 demonstram a importância do programa em função do total de agricultores participantes, recursos destinados e quantidades comercializadas. Nos três primeiros anos do PAA, a média de agricultores era de 60 mil produtores, sendo que entre 2006 a 2011 a média foi para 150 mil participantes, com mais de 1,3 milhão de operações em compra de alimentos, num total de R\$ 5,3 bilhões de recursos investidos no período de 10 anos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013).

### 2.3.3 Programa PAA no Estado do Paraná

No Estado do Paraná o PAA foi iniciado em novembro de 2003, período em que a Superintendência da CONAB/PR passou a efetuar eventos no interior do Estado para divulgar o programa. Este processo obteve três projetos aprovados, em três diferentes municípios (Ghizelini, 2010).

Já em 2007, o programa atingiu 301 municípios com a execução da modalidade doação simultânea. No início do programa havia certa resistência e desconfiança dos agricultores, por isso, em 2005 a coordenação estadual do PAA na Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social adotou estratégias para dar confiabilidade ao programa, que consistiram em consolidar o PAA em algumas regiões e municípios do estado, para demonstrar, por meio da execução, que o programa tinha confiabilidade, demonstrando sua capacidade de ser ampliado e efetivado. A partir de então vários projetos passaram a ser apresentados, e até 2008, foram contratados 110 projetos e um total aproximado de 11,8 milhões de reais (Ghizelini, 2010).

Apesar de o PAA ter sido amplamente divulgado no Estado do Paraná, houve dificuldade de acesso à informação por parte dos agricultores, em todas as instâncias, tanto que muitos deles somente ficaram sabendo do programa por meio de entidades organizadas no município (Doretto & Michellon, 2007).

Massarollo e Basso (2013) destacam que no Paraná, a modalidade CPR Doação teve melhor desempenho entre 2008 e 2012, em função da comercialização de produtos característicos da agricultura familiar, como verduras, frutas, hortaliças, biscoitos, doces e massas caseiras.

Neste contexto, tanto os números do PAA no Paraná como no Brasil comprovam o significativo alcance geográfico de investimentos e resultados quantitativos obtidos (Ghizelini, 2010).

## 2.4 EXPERIÊNCIAS SIMILARES AO PAA NO BRASIL E NO MUNDO

O Brasil foi o primeiro país a desenvolver um programa de aquisição de alimentos institucional, o que agregou a garantia de aquisição da produção da agricultura familiar a uma estratégia de segurança alimentar. Esta experiência está sendo adaptada para a África por meio da compra de alimentos produzidos naquele país, denominado PAA África. Programas de alimentação escolar têm sido replicados, como o programa Compras para o Progresso (P4P), uma iniciativa do Programa Mundial de Alimentos (PMA) que promove o acesso aos mercados para pequenos agricultores em 20 países, para vender seus excedentes, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2015).

O PMA age como um comprador para apoiar as necessidades de seus beneficiários e incentiva os pequenos agricultores beneficiados pelo P4P a procurar outros mercados, ação que se torna possível devido às parcerias para apoiar os agricultores na superação de inúmeros

desafios, como garantir insumos de qualidade, acesso à crédito e negociação de preços. Com a experiência do P4P, o PMA atua no PAA África por meio da vinculação dos pequenos agricultores às organizações apoiadas pelo P4P, para realizar a compra de alimentos direcionados principalmente para alimentação escolar. Três dos países-piloto do PAA África também fazem parte do P4P: Etiópia, Malawi e Moçambique (FAO, 2015).

No Brasil, há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que por meio da transferência de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios tem por objetivo contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos, a partir de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos estudantes durante o período letivo. Neste programa, no mínimo 30% dos recursos deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, de acordo com a Lei n. 11.947 (2009).

Estudo realizado por El Tugoz, Leismann e Brandalise (2015) identificou que o PNAE é uma política pública que possibilita aos gestores difundir uma cultura voltada ao crescimento econômico sustentável local, tendo em vista o compromisso com a saúde pública, meio ambiente, e equidade social, além de estimular a permanência do produtor no meio rural em que vive. Assim, há o fortalecimento do aspecto social, consolidando a economia local, e o aumento da renda destes agricultores.

No que se refere ao PAA, foi realizada pesquisa para identificar publicações sobre outros estudos realizados no Brasil a respeito do Programa de Aquisição e Alimentos, contendo os termos: Programa de Aquisição de Alimentos; PAA no estrato A1 até B3 do Web Qualis (Capes), na área de Administração, Contabilidade e Turismo, no período de 2005 a 2015, sendo excluídos artigos que não abordam o assunto, a Tabela 5 demonstra os resultados. Cabe mencionar que a busca dos arquivos dos artigos foi realizada nos sites da própria revista, *Scientific Periodicals Electronic Library (Spell)* e *EBSCO Information Services*.

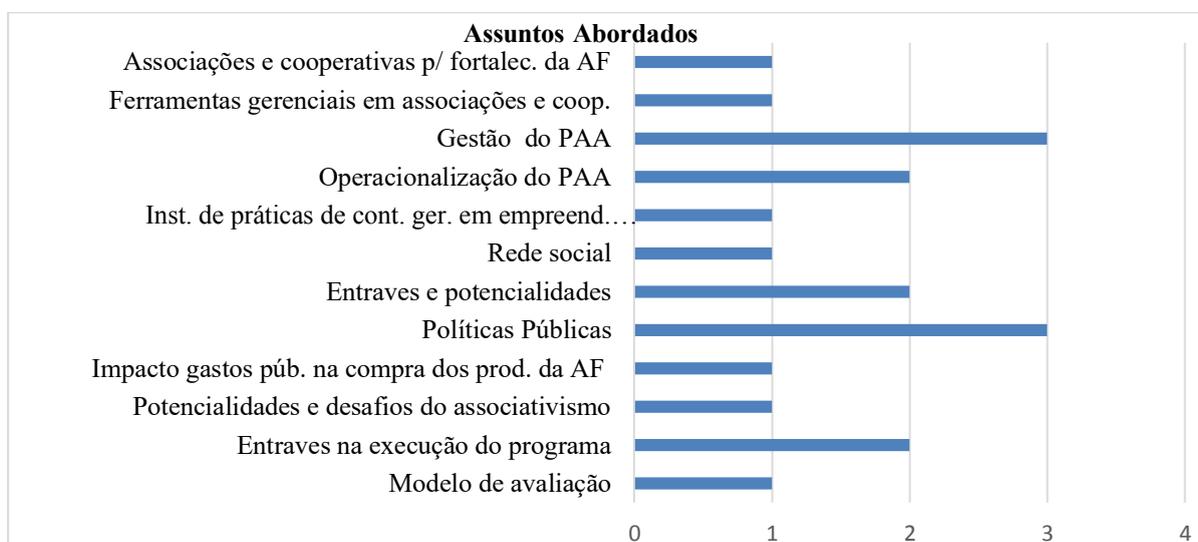
Tabela 5:

**Resultado da pesquisa em revistas sobre outros trabalhos realizados a respeito do PAA**

Termos utilizados	Programa de aquisição de alimentos; PAA
Total de revistas pesquisadas	115
Total de artigos encontrados após a busca	36
Artigos rejeitados por não tratarem o tema Programa de aquisição de alimentos; PAA	17
Total de artigos pertinentes sobre o programa de aquisição de alimentos; PAA	19

**Nota.** Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Destes 19 artigos que abordam o tema PAA, foram identificados 12 diferentes assuntos que foram estudados, como pode ser observado na Figura 2.



**Figura 2. Resultado da pesquisa em revistas sobre os assuntos abordados a respeito do PAA**  
Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Também foi realizada pesquisa sobre teses e dissertações realizadas no Brasil a respeito do Programa de Aquisição e Alimentos contendo os termos: Programa de Aquisição de Alimentos; PAA no banco de teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2005 a 2015, sendo excluídas as publicações artigos que não abordam o assunto, a Tabela 6 ilustra os resultados.

Tabela 6:

**Resultado da pesquisa em no banco de teses e dissertações do IBICT e da CAPES**

Termos utilizados	Programa de aquisição de alimentos; PAA
IBICT	35
CAPES	19
Exclusões (repetidos, não trata especificamente do PAA)	16
Total analisados	34

**Nota.** Fonte: Elaborado pela autora (2015).

A partir da identificação das teses e dissertações que pesquisaram o PAA, foram detalhados os temas estudados, conforme pode ser visualizado na Tabela 7, que descreve em sequência os assuntos mais tratados nas teses e dissertações, com destaque para influência, impactos e operacionalização do PAA .

Tabela 7:  
Assuntos tratados nas teses e dissertações

Assuntos Abordados	Quantidade
Influência, impactos e operacionalização do PAA	15
Segurança alimentar e nutricional	4
Interação entre os atores sociais do PAA	3
Análise da correspondência entre o PAA e o PRONAF	2
Análise do PAA enquanto política pública	2
Efeitos PNPB e PAA	2
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1
Influência da localização geográfica nos resultados do programa	1
Modelo de avaliação dos agricultores familiares	1
Processo de construção do PAA	1
Certificação de produtos agroecológicos	1
Mercado institucional e a produção do PAA	1

Nota. Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Na sequência serão detalhados os artigos pesquisados que abordam o Programa de Aquisição de Alimentos.

#### 2.4.1 Análise dos artigos pesquisados que tratam sobre o PAA

O estudo realizado por Junqueira e Lima (2008) analisou a **relação entre algumas políticas públicas aplicadas ao setor agropecuário familiar, e seus efeitos para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil**. Após a avaliação dos resultados identificou-se que o fortalecimento e valorização da agricultura familiar é dependente de uma série de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que devem ser efetivados de forma articulada por diversos atores e instrumentos, nos quais o papel do Estado e das políticas públicas tem importância fundamental.

Almeida, Ferrante, Paulilo e Bergamasco (2009) examinaram as **eficácias e os impactos de iniciativas voltadas para a segurança alimentar e nutricional desenvolvidas nos últimos anos pela prefeitura de Araraquara - SP**. Neste município pequenos agricultores familiares locais compõem a rede social que tem como instrumento dinamizador o programa PAA, sendo que tal rede tem grande coesão social, apresentando poucos atributos de reduzido impacto positivo e que podem ser melhorados com pequenas intervenções de política pública.

**Averiguar a complementaridade entre o enraizamento estrutural e o político e como estas abordagens podem ser integradas na análise do PAA**, foi o objetivo de pesquisa de Grisa (2010). A autora conclui que o PAA se estrutura na forma de rede, fator este de

importância para evidenciar um conjunto de decisões políticas que definem seus objetivos, limites e estruturas de poder.

Outro estudo desenvolvido por Almeida, Ferrante e Paulilo (2010) discutiu as **principais eficácias e os entraves institucionais e organizacionais encontrados na rede principal que se formou em Araraquara – SP**, cujo resultado demonstrou que a segurança alimentar pode ser construída por meio da formação de redes de capital social que envolvem a agricultura familiar local e o poder público, de forma a permitir e incentivar que essa produção possa chegar aos consumidores urbanos.

Já Oliveira, Tinôco, Alloufa e Araújo (2010) analisaram a **gestão do Programa de Aquisição de Alimentos do Executivo Federal no estado do Rio Grande do Norte**, e constataram que na categoria subsistema decisório e comunicação há deficiências, em função da utilização precária da ferramenta planejamento. Quanto às ações do programa, as mesmas são concentradas em determinadas regiões do Estado. Na categoria subsistema operacional e logístico, as ações não são guiadas por informações fidedignas e exatas, o que pode acarretar ineficiência na busca de mais beneficiários. Assim, os autores afirmam que deve haver um realinhamento nas práticas de gestão do programa pelo Executivo no Rio Grande do Norte, uma vez que seu aparato burocrático se configura com certas deficiências.

Com o propósito de **identificar as potencialidades e desafios do associativismo do PAA, na visão dos agentes de extensão rural (de ATER) dos estados da Bahia e de Minas Gerais**, foi efetuado estudo por Alves, Vieira, Silva e Ferreira (2011) que constatou que, para os agentes de assistência técnica, as principais potencialidades do PAA, no que tange às associações do estado da Bahia e Minas Gerais, são as garantias de vendas dos produtos, representando o maior compromisso do associado com a associação, e com o aumento de sua escala de comercialização. Como limitações, foram destacadas reduzido conhecimento sobre o programa, dificuldades para a elaboração do projeto e para o preenchimento da documentação necessária.

Para **detectar as dinâmicas e interações que o PAA vem promovendo em Minas Gerais, a partir da percepção dos atores sociais que compõem o seu arranjo institucional**, D'Ávila e Silva (2011) realizaram pesquisa e identificaram que o PAA articula uma diversidade de resultados e está estruturado em conformidade com a multiplicidade de estratégias de atuação da agricultura familiar, no campo da economia territorial e da garantia à segurança alimentar e nutricional de parte da população em estado de vulnerabilidade social.

No contexto dos **entraves para que o agricultor familiar aumente sua renda por meio do PAA**, Silva, Gava, Cirino e Silva (2012), desenvolveram trabalho que concluiu que o

maior entrave se refere à falta de apoio gerencial, em contraposição ao suporte técnico à produção feito pela EMATER.

Em termos gerais do programa, Müller, Silva e Schneider (2012) analisaram **como se deu a construção do PAA, quais os atores e as disputas inseridos nesse processo, avaliando a participação dos movimentos sociais da agricultura familiar**. Como resultado os autores identificaram que o PAA é fruto de um longo processo de discussão e construção que envolveu atores oriundos de diferentes inserções institucionais, que tiveram a possibilidade de acessar os espaços e a rede de formulação e execução das políticas voltadas à agricultura.

O PAA em Cuiabá-MT foi objeto de estudo por Mello e Figueiredo (2012), que observaram **o programa sob a ótica da nova economia institucional quanto à operacionalização e metas, resultados produtivos, e eventuais dificuldades ou imperfeições na gestão**. Os resultados indicaram que havia dificuldades na execução do programa devido à sua estrutura de governança. As metas do programa foram avaliadas no âmbito do MDS-Prefeitura e MDS CONAB, não havendo diferença na produção média entre os grupos participantes e os não participantes.

Ribeiro e Dias (2013) avaliaram **os processos de implantação do PAA e do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em assentamentos rurais nos municípios de Jataí e Perolândia, na microrregião Sudoeste de Goiás**. As conclusões apontam que os programas e suas bases teórico-metodológicas precisam de análises que reorientem o uso do aparelho do Estado para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, que leve em consideração o modo de vida camponês.

Em análise da **operacionalização PAA dentro da dinâmica da agricultura familiar do Território da Cidadania Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte**, Dias, Nunes, Torres e Torres (2013) constataram que há relação entre a existência de uma estrutura de organização dos agricultores familiares com a diversificação da produção agrícola, e estas com o acesso ao PAA. Contudo, foram evidenciadas dificuldades para regularização de projetos, como a falta de DAP e CNPJ, além de problemas quanto à legalização junto à vigilância sanitária.

Hespanhol (2013) efetuou **análise da implementação do PAA em escala nacional e da operacionalização do programa no Município de Dracena – SP**, constatando que o programa apresentou aumento no número de projetos aprovados, produtores participantes, entidades beneficiadas e valores dos recursos. Entretanto, mesmo com essa expansão, a abrangência do PAA ainda é muito limitada e, ao mesmo tempo, concentrada em termos espaciais.

Pesquisa desenvolvida por Carneiro, Panhoca, Sampaio e Pacheco (2014) averiguou o **processo de institucionalização de práticas de controle gerencial em empreendimentos ligados à Economia Social e Solidária**. Como resultado, os autores identificaram que os fatores determinantes para a adoção de controles no empreendimento foram a inserção em mercados institucionais, como o PAA, sendo que as políticas públicas de apoio à agricultura familiar têm grande importância nas dinâmicas locais e para os câmbios sociais, econômicos e de gestão, além de ter função coercitiva nos empreendimentos associativos.

No que tange à avaliação dos vários atores participantes do PAA, o trabalho conduzido por Tanaca, Filho e Ganga (2014) propôs um **modelo de avaliação dos fornecedores, utilizando medidas sobre o desempenho dos agricultores familiares do PAA da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) de São Carlos – SP**, sendo que a aplicação do modelo tem o propósito de desenvolvimento dos fornecedores e de contribuição para a melhoria do abastecimento de produtos.

Já o estudo realizado por Cirino, Sant’Ana e Castro, Gomide, Silva e Silva (2014) mapeou as **ferramentas gerenciais de associações e cooperativas no Estado de Minas Gerais**, identificando de forma geral que as organizações não cumprem o prazo estabelecido, em função de não possuírem sistema de informação gerencial que agregue todas as etapas de gestão do PAA-DS. Outro fator consiste na falta de planejamento estratégico nas atividades das organizações proponentes, ou na sua realização no curto prazo. Porém, há pontos positivos na gestão de tais projetos, como a existência, na maior parte dos casos, de um responsável exclusivo pela condução do PAA-DS dentro da organização, além de indícios de prática, na organização, das funções administrativas planejamento, organização, direção e controle.

Santos e Cândido (2014) analisaram **como a formação de associação cooperativa fortaleceu os agricultores familiares do Agreste da Paraíba**, e concluíram que a formação da associação fortaleceu os produtores, com resultados positivos, sendo incluída no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No contexto dos **efeitos do PAA**, Oliveira e Bergamasco (2014) estudaram o município de Paranaíta – MT. Os resultados apontam que o PAA incrementou a renda dos agricultores participantes do programa, além de atender número considerável de consumidores beneficiários e diversificar a alimentação escolar, inserindo novos produtos no cardápio. Contudo, o número de participantes no município está restrito a poucos agricultores, necessitando de um trabalho intensivo de extensão rural para que mais produtores participem do programa.

Por fim, Dias e Rocha (2015) analisaram os **efeitos da operacionalização do PAA nos municípios do Rio Grande do Norte (RN) de 2005 a 2011**, com ênfase nos impactos dos gastos públicos federais, no tocante às compras de produtos ofertados pelas associações e cooperativas da agricultura familiar no RN, no crescimento do PIB *per capita* dos municípios amparados pela política no Estado do RN. Como conclusão, identificaram que as compras feitas pelo Governo Federal junto às cooperativas contribuem significativamente para o crescimento do PIB *per capita* dos municípios, sendo que, um aumento de 1% das compras feitas pelo Governo Federal junto às cooperativas, contribui para um crescimento do PIB *per capita* de aproximadamente 0,062%.

Diante do exposto, nos estudos elencados foi possível identificar que o PAA foi estudado por pesquisadores em várias regiões do Brasil, e sob diferentes aspectos: administrativo, econômico, geográfico, social, nutricional, o que evidencia as diferentes possibilidades de abordagem do programa. Também foi constatado que nenhum dos estudos analisados analisou a sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA.

## 2.5 SUSTENTABILIDADE

Ações voltadas às questões ambientais tiveram impulso a partir da década de 1960, com publicações contendo alertas a respeito da utilização agrícola de pesticidas químicos sintéticos. Em 1972 ocorreu a primeira ação global sobre o assunto, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano resultando na Declaração final com 19 princípios. Eles representam um Manifesto Ambiental para preservação do meio ambiente (ONU, 2014).

No ano de 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, que representa um dos primeiros esforços mundiais para se compor uma agenda global para mudança de paradigma no modelo de desenvolvimento humano. O relatório conduziu à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 no Rio de Janeiro, que adotou a Agenda 21 para proteção do planeta e desenvolvimento sustentável, além de contemplar a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento, entre outros assuntos (ONU, 2014).

O evento mundial seguinte, em 1997, revisou e avaliou a implementação da Agenda 21, sendo que o documento final recomendou a adoção de metas para redução das emissões de

gases de efeito estufa. Posteriormente, novos eventos ocorreram no cenário global apresentando e agregando novos assuntos atrelados à gestão ambiental, todos em prol do desenvolvimento sustentável (ONU, 2014).

Ainda em 2015 ocorreu a Conferência do Clima em Paris, denominada COP 21, na qual 196 países membros discutiram sobre o clima mundial, seu objetivo foi limitar os efeitos das alterações climáticas. O evento terminou com um acordo entre 195 países no combate às mudanças climáticas, sendo que seu objetivo de longo prazo é manter o aquecimento global abaixo de 2°C, e, para tanto, cada país participante deverá cumprir suas metas nacionais de redução de emissões, dentro do que cada governo considera viável em função do cenário social e econômico local. O Brasil foi protagonista no evento ao mediar conversas com países em desenvolvimento como a China e a Índia, que estavam reticentes a determinados pontos do acordo (British Broadcasting Corporation [BBC Brasil], 2015).

Conforme abordado na Conferência de 1992, a preocupação com as questões globais vai além da preservação ambiental, englobando também questões econômicas e sociais. Neste contexto, Elkington (1999) criou o conceito conhecido como *Triple Bottom Line* (TBL) ou Tripé da Sustentabilidade, modelo este de mudança social que parte do princípio de que as organizações devem medir o valor que geram ou que destroem nas dimensões econômica, social e ambiental.

Para Pope, Annandale e Morrison-Saunders (2004), o TBL pode ser considerado como uma interpretação da sustentabilidade, na qual o meio ambiente, questões sociais e econômicas têm igual importância para a tomada de decisões.

Neste sentido, na perspectiva ambiental, é necessário que os recursos naturais sejam utilizados com foco nas gerações futuras, reduzindo os impactos da ação dos processos produtivos. Na esfera econômica, é importante a preservação da lucratividade da empresa e o não comprometimento do seu desenvolvimento econômico. No âmbito social, o propósito maior é o desenvolvimento de um mundo mais justo, por meio das relações com todas as partes interessadas na sua organização (Elkington, 1999).

Conforme Lorenzetti, Cruz e Ricioli (2008), a base econômica dada à sustentabilidade organizacional diz respeito à geração de riqueza pela e para a sociedade, por meio do fornecimento de bens e serviços; o alicerce ambiental está ligado à conservação e ao manejo dos recursos naturais e o pilar social está vinculado ao alcance da igualdade e à participação de todos os grupos sociais na construção e manutenção do equilíbrio do sistema, pelo compartilhamento de direitos e responsabilidades.

Sachs (1986) também aborda o tripé do desenvolvimento sustentável, o qual consiste em ser simultaneamente incluyente, na perspectiva social, sustentável, na ótica ecológica e sustentado de forma economicamente viável, no prisma econômico. Além disso, o crescimento deve ser socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, assim a sustentabilidade permeia toda a realidade social.

Indo além, Sachs (1993) ampliou as dimensões da sustentabilidade, com a inserção da sustentabilidade espacial, segundo a qual a ocupação rural e urbana deve ser mais igualitária, e da sustentabilidade cultural que consiste na busca de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural.

No que tange ao desenvolvimento rural, Sachs (1993) dispõe sobre a possibilidade de alternativas para o sustento fora de atividades exclusivamente agrícolas com relação a diversos aspectos: mudança de políticas de cultivo para sistemas de produção, com destaque aos pequenos produtores, com prioridade para os manejos sustentáveis (prevenção de poluidores de solo e água, defesa dos produtos orgânicos, de técnicas alternativas e de práticas de conservação de recursos, de combinação de técnicas tradicionais e de ponta) e aumento da produtividade das terras em uso, e não da expansão agrícola em terras marginais e florestas.

Spangerberg e Bonniot (1998) abordam a dimensão institucional, além da dimensão social, ambiental e econômica, e para os autores a sustentabilidade institucional deve ter igual importância em relação às suas demais dimensões, com preservação ambiental, proteção da dignidade humana, além da prosperidade pública e privada, e, neste contexto, a sustentabilidade institucional.

Pawlowski (2008) propõe as dimensões moral, técnica, política, legal e também as dimensões social, ecológica e econômica. De acordo com o autor, os instrumentos econômicos e legais serão a base para criação de políticas de proteção ao meio ambiente. No contexto social devem ser preservados os fundamentos da existência dos indivíduos, já no prisma ecológico as ações devem ser administradas para a preservação ambiental e para a criação e manutenção de locais adequados para a habitação do homem.

Para este autor, no foco moral, as ações humanas devem ser pautadas na ética para que as consequências delas sejam compatíveis com a continuidade da vida do homem. No sentido técnico, o autor defende que ferramentas tecnológicas podem ser desenvolvidas para reduzir os impactos ambientais, e quanto à dimensão política são consideradas as ações realizadas pelo governo objetivando o desenvolvimento sustentável.

Identifica-se que Elkington (1999), Sachs (1986; 1993), Spangerberg e Bonniot (1998), e Pawlowski (2008) abordam em comum os indicadores social, econômico e ambiental. De acordo com Froehlich (2014), essas dimensões podem ser utilizadas para medir resultados e elaborar relatórios. Existem ferramentas que podem ser utilizadas para avaliação da sustentabilidade, segundo as quais tais índices resumem matematicamente várias informações associadas à sustentabilidade do desenvolvimento, como por exemplo, o barômetro da sustentabilidade, o painel da sustentabilidade, a pegada ecológica e o índice de sustentabilidade ambiental (Kronemberger, Clevelario Junior, Nascimento, Colares & Silva, 2008).

### 2.5.1 Barômetro da Sustentabilidade

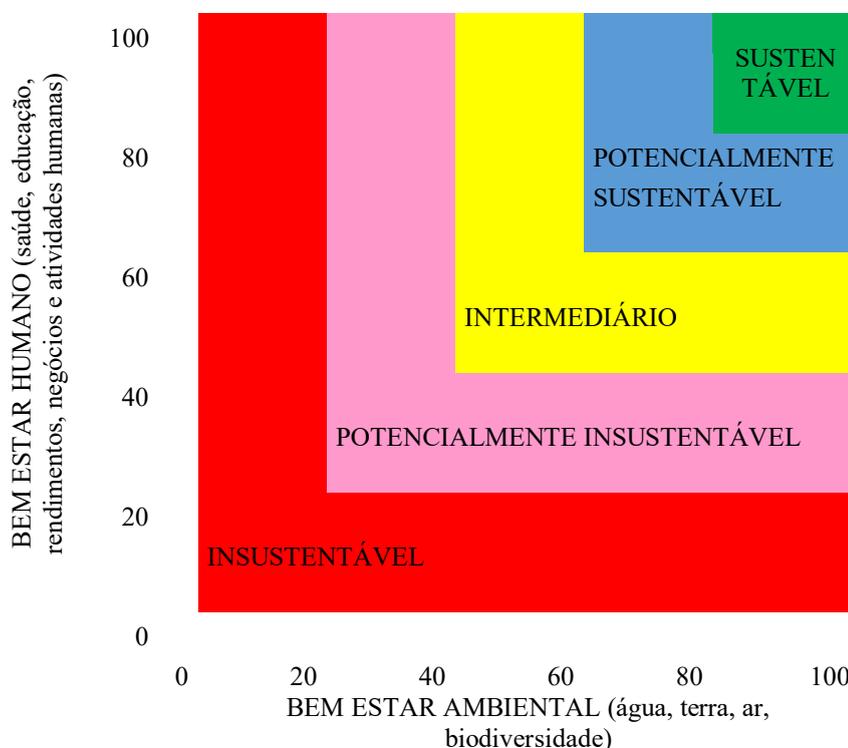
O Barômetro da Sustentabilidade é uma ferramenta que possibilita a associação de indicadores e obtém seus resultados por meio de índices. Sua principal característica é a capacidade de combinar indicadores, utilizando muitas informações. Considerando que as medidas dos indicadores podem ter unidades de medida diferentes, prejudicando a coerência do indicador, é utilizada uma escala de desempenho para combinar os índices de cada dimensão (Krama, 2009).

Esta metodologia pode ser aplicada em escala local e até mesmo global, ela consiste em uma forma sistemática de combinar diversos indicadores, que determinam a situação do local com relação ao desenvolvimento sustentável, possibilitando identificar as condições socioeconômicas e do ambiente (Kronemberger, *et al.* 2008).

Precott-Allen (2001) foi quem desenvolveu o barômetro da sustentabilidade utilizando indicadores de desenvolvimento sustentável, com o aval da *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN) e do *International Development Research Center* (Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional - IDRC).

Os índices do barômetro da sustentabilidade são apresentados por meio de uma representação gráfica, para retratar o estado do meio ambiente e da sociedade. Este gráfico pode apresentar a dimensão principal de cada índice para destacar aspectos de desempenho. Ela é apropriada também para comparações entre diferentes avaliações. Consiste em um gráfico bidimensional onde os estados do bem-estar humano e do ecossistema são colocados em escalas relativas, que vão de 0 a 100, indicando uma situação de ruim até boa em relação à sustentabilidade. A localização do ponto definido por estes dois eixos, dentro do gráfico

bidimensional, fornece uma medida de sustentabilidade ou insustentabilidade do sistema (Krama, 2009). A Figura 3 ilustra o barômetro da sustentabilidade.



**Figura 3. Barômetro da sustentabilidade**

Fonte: Adaptado de Prescott-Allen (2001).

Para medir a sustentabilidade, os valores para os índices de bem-estar social e da ecossfera são calculados, além dos sub-índices, caso existam. O índice de bem-estar do ecossistema verifica tendências da função ecológica no tempo, sendo representada pela água, terra, ar, biodiversidade e utilização dos recursos naturais. O índice de bem-estar humano representa o nível geral de bem-estar da sociedade e é uma função do bem-estar individual, como saúde, educação, desemprego, pobreza, rendimentos, crime, negócios e atividades humanas. A principal vantagem deste indicador é que busca um entendimento integral dos fenômenos que integram o bem estar humano com o meio ambiente (Krama, 2009).

Para obter o nível de sustentabilidade são utilizadas as escalas dispostas na Figura 4, que serão alcançadas após a avaliação dos dados.

0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
Insustentável	Potencialmente insustentável	Intermediário	Potencialmente sustentável	Sustentável

**Figura 4. Escala do barômetro da sustentabilidade**

Fonte: Adaptado de Prescott-Allen (2001).

A escala de desempenho é elaborada dentro de um intervalo que vai de zero a cem. Esse intervalo apresenta cinco subdivisões de classes: Insustentável, Potencialmente Insustentável, Intermediária, Potencialmente Sustentável e Sustentável, nas quais os intervalos dessas subdivisões são definidos pelo usuário do Barômetro e escolhidos conforme critério dos pesquisadores. O valor obtido para cada indicador é então transposto para essa escala do barômetro (Silva & Vieira, 2016).

A partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade por meio das escalas, é possível identificar qual o nível de sustentabilidade do local ou situação que se está analisando e então, visualizar dentro da figura o grau de sustentabilidade.

### 3 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA DA PRODUÇÃO TÉCNICA

Neste capítulo são abordados os procedimentos metodológicos que orientaram a realização da pesquisa, o que compreende seu delineamento, procedimento de coleta dos dados, definição da amostra, instrumento de análise dos dados e métodos de análise dos dados.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada revisão bibliográfica, que abordou os assuntos: políticas públicas para agricultura, agricultura familiar, programa de aquisição de alimentos e sustentabilidade. Também foi efetuada pesquisa documental, para obter informações em *sites* governamentais sobre os números operacionalizados pelo PAA. Conforme Godoy (1995a) a pesquisa documental é constituída pelos documentos que ainda não receberam tratamento analítico e que podem ser reexaminados podendo sofrer novas interpretações.

Na abordagem foi adotada a metodologia quantitativa e qualitativa. Em estudos quantitativos o pesquisador faz medições objetivas e quantificação dos resultados, ele busca evitar distorções na análise e interpretação dos dados, obtendo uma margem de segurança em relação ao que é obtido (Godoy, 1995b). As análises também têm aspecto qualitativo, porque a pesquisa qualitativa considera informações descritivas sobre pessoas, lugares e processos, a partir dos quais o pesquisador busca a compreensão da situação em análise e procura entender o cenário de acordo com a perspectivas dos sujeitos.

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois os dados coletados passarão por análise estatística. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo que uma das características mais significativas consiste na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Os procedimentos da pesquisa consistem em levantamento, no qual realiza-se questionário às pessoas cujo comportamento espera-se entender. Neste tipo de estudo a amostra é determinada com base em procedimentos estatísticos, sendo que o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e quantificação estão entre as principais vantagens do procedimento, no qual o estudo descritivo é o mais indicado para esta modalidade de pesquisa (Gil, 2002).

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Para coletar dados sobre os números executados pelo programa no município de Toledo - PR foram consultados *sites* governamentais como PAA DATA, MDS, MDA, CONAB, além de aplicação de questionário com os agricultores para avaliar o PAA como fator de promoção da sustentabilidade da agricultura familiar, por meio dos agricultores participantes do programa gerenciado pelo município de Toledo.

A elaboração do questionário, no que tange a caracterização do entrevistados e a participação do PAA teve como base outros questionários aplicados em estudos sobre o tema. Também considerou-se o barômetro da sustentabilidade para confecção das questões relacionadas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O questionário aplicado também englobou questões para identificar obstáculos dos agricultores na participação do programa. O mesmo foi adotado para detectar aspectos sociais, econômicos e ambientais para a agricultura familiar que participa do programa. Para se ter um parâmetro comparativo, também foi aplicado questionário para agricultores familiares não participantes do programa.

Além disso, foram verificados os custos para o setor público na atuação como mercado seguro para a produção da agricultura familiar, por meio da análise dos valores pagos nos produtos adquiridos em processos licitatórios, comparando-os com os valores pagos via PAA.

Primeiramente foi realizado pré-teste, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2002), o questionário deve ser testado antes de ser utilizado definitivamente, pois podem ser identificadas possíveis falhas e então ele deve ser reformulado e os problemas corrigidos. Além disso, o pré-teste também torna possível identificar se o questionário apresenta fidedignidade (qualquer pessoa que o aplique obterá sempre o mesmo resultado), validade (os dados recolhidos são necessários à pesquisa), e operatividade (vocabulário acessível e significado claro).

No pré-teste foram aplicados 6 questionários para agricultores que compareceram à cozinha social do município de Toledo – PR, a partir do pré-teste foram realizadas pequenas adequações no questionário para melhorar a pesquisa. Na sequência foi aplicado o questionário para a amostra tendo em vista a população de 215 agricultores participantes do PAA no município em estudo e também para a amostra por conveniência dos agricultores não participantes do PAA. A pesquisa foi realizada de 19/04/2016 a 15/06/2016, com visita às

propriedades dos agricultores e também à cozinha social de Toledo, que é o local de entrega dos alimentos adquiridos pelo programa, para os agricultores participantes do PAA.

No que se refere ao questionário aplicado com os agricultores familiares não participantes do programa, a amostra corresponde a 30 agricultores, caracterizando-se como amostra não probabilística por conveniência. A coleta de dados a esta amostra também foi realizada por meio de visita às propriedades, e na cozinha social de Toledo, com produtores que foram até o local para realizar o cadastro e iniciar a participação no programa.

A amostra foi assim definida em função da dificuldade em se estimar o número de agricultores familiares do município de Toledo. Além disso, também em função da dificuldade de localização dos agricultores para entrevista, a análise comparativa dos participantes do programa com os não participantes teve foco qualitativo. Salienta-se que, embora o número de pesquisados participantes do programa seja maior que o número de não participantes do programa, realizou-se a comparação entre eles apenas para enriquecer o trabalho, já que não era o objetivo do estudo.

### 3.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Para definição da amostra dos agricultores participantes do PAA foi adotada a amostragem probabilística aleatória, pois ela assegura que todo elemento pertencente ao universo do estudo possui probabilidade conhecida e diferente de zero de pertencer à amostra sorteada.

O tamanho da amostra foi calculado com margem de erro 5,5%, nível de confiança de 94,5% e 5,5% de significância. Foram entrevistados 159 agricultores familiares, dos quais 129 são participantes do PAA e 30 não participam do programa.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta de dados teve início a fase de análise e interpretação, pois de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), é um erro finalizar um trabalho com muitos quadros e gráficos estatísticos, o que é necessário é submeter os dados ao mais rigoroso esforço de análise e interpretação.

Para que fosse possível tratar da maneira mais adequada todas as informações coletadas, as mesmas foram submetidas a análise multivariada, que segundo Corrar, Paulo e Dias Filho (2007), refere-se aos métodos estatísticos que realizam estudo de múltiplas variáveis em um único relacionamento ou conjunto de relações. Os autores complementam afirmando que esta técnica permite que se explore o desempenho do conjunto das variáveis e se determine a influência ou importância de cada uma.

As análises foram realizadas com auxílio do *software* estatístico SPSS® versão 22. A Figura 5 descreve a configuração entre os objetivos específicos, procedimentos de coleta de dados e técnica de análise dos dados.

Objetivos específicos	Procedimentos de coleta de dados	Técnica de análise de dados
a) Avaliar a importância da atuação do setor público como garantia de mercado para a sustentabilidade da agricultura familiar, por meio da atividade agrícola dos participantes do PAA	Pesquisa documental e questionário	Relação entre variáveis
b) Detectar a percepção dos agricultores quanto ao acesso e permanência no programa PAA	Questionário	<i>CrossTabs</i>
c) Identificar e avaliar os benefícios para a agricultura familiar com a adesão ao programa PAA a partir de um modelo de análise de sustentabilidade econômica, social e ambiental	Questionário	Barômetro da sustentabilidade
d) Comparar os benefícios obtidos pelos participantes do PAA com uma amostra de agricultores familiares não participante do programa, tendo em vista a sustentabilidade	Questionário	<i>CrossTabs</i> e barômetro da sustentabilidade
e) Verificar os custos para o setor público na atuação como garantidor de mercado para a produção da agricultura familiar	Pesquisa documental	Estatística descritiva

**Figura 5. Descrição dos objetivos específicos, procedimentos de coleta e técnica de análise dos dados**  
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Para atingir o objetivo específico “a”: **Avaliar a importância da atuação do setor público como garantia de mercado para a sustentabilidade da agricultura familiar, por meio da atividade agrícola dos participantes do PAA**, o procedimento de coleta de dados adotado foi a pesquisa documental em sites governamentais para identificar quantidades comercializadas, valores, entidades beneficiárias e produtos comercializados em 2015. Também foi aplicado um questionário aos agricultores, no qual foi abordado o conjunto de

questões 1 (Apêndice A), que trata da caracterização do agricultor. A técnica de análise de dados foi o cruzamento de dados com o *software* SPSS, e a análise de frequência para traçar o perfil dos agricultores.

O objetivo específico “b”: **Detectar a percepção dos agricultores quanto ao acesso e permanência no programa PAA**, teve como procedimento de coleta de dados a aplicação de questionário com agricultores para o qual foi utilizado o conjunto de questões 3. A análise dos dados foi realizada por meio da verificação da frequência e cruzamento de dados (*CrossTabs*) com utilização do *software* SPSS.

No que tange ao objetivo “c”: **Identificar e avaliar os benefícios para a agricultura familiar com a adesão ao programa PAA a partir de um modelo de análise de sustentabilidade econômica, social e ambiental**, o procedimento de coleta de dados aplicado foi o questionário com agricultores, com o emprego do conjunto de questões 2. Neste objetivo a análise dos dados foi efetuada com a utilização da ferramenta *Barômetro da Sustentabilidade*, além de aplicar a estatística descritiva.

Quanto ao objetivo específico “d”: **Comparar os benefícios obtidos pelos participantes do PAA com uma amostra de agricultores familiares não participante do programa, tendo em vista a sustentabilidade**, a coleta de dados ocorreu com a aplicação de questionário a agricultores não participantes do PAA, na qual foram utilizados os conjuntos de questões 1 e 2. A análise dos dados foi operada com a verificação da frequência e cruzamento de dados (*CrossTabs*) por meio do *software* SPSS, além da análise da sustentabilidade com a utilização da ferramenta *Barômetro da Sustentabilidade*.

Já o objetivo “e”: **Verificar os custos para o setor público na atuação como garantidor de mercado para a produção da agricultura familiar**, teve como coleta de dados a pesquisa documental nos processos licitatórios do município e em sites governamentais. Para análise dos dados foi aplicada a estatística descritiva.

#### 3.4.1 Barômetro da Sustentabilidade

A ferramenta **Barômetro da Sustentabilidade** foi adotada para verificar a sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA, além da realização de comparação com a sustentabilidade de agricultores não participantes do programa.

Após a aplicação do questionário, especificamente o Conjunto de questões 3, verificou-se a média das respostas do conjunto de questões, cuja escala vai de 0 a 100, caracterizando situações que vão de **insustentáveis** até **sustentáveis**, conforme demonstrado na Figura 4. Posteriormente ao cálculo da resposta de cada respondente e obtenção da média, é possível identificar no *Barômetro da Sustentabilidade* (Figura 3), qual o grau de sustentabilidade dos participantes do PAA e do grupo de produtores não participantes do programa.

Foi realizada média das respostas de acordo com a escala do barômetro da sustentabilidade, e conforme a escala prevista no questionário aplicado.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são analisados e interpretados os resultados obtidos por meio dos dados coletados em sites governamentais e com a aplicação da pesquisa aos agricultores familiares do município de Toledo – PR.

### 4.1 DADOS DO PAA EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR EM 2015

Em 2015, o município de Toledo – PR, adquiriu R\$ 574.637,94 em alimentos produzidos pela agricultura familiar, por meio do PAA, com um total de 97.604,04kg de produtos. Ao todo foram beneficiadas 15 entidades da cidade, conforme demonstra a Figura 6.

<b>Entidade</b>	<b>Tipo de Atividade</b>
Sociedade Batista de Beneficência Tabea	Abrigos/Casas/Albergues
Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo	Instituições de amparo aos portadores de necessidades especiais
Grupo Espirita Fraternidade - Albergue Alan Kardec	Abrigos/Casas/Albergues
Restaurante Popular da Vila Paulista	Restaurantes/Cozinhas
Associação Promocional e Assistencial de Toledo	Abrigos/Casas/Albergues
Prov Bras Congreg Irmãs Filhas Car S Vicente Paulo	Instituições de amparo a criança e ao adolescente
Casa de Maria	Instituições de amparo a criança e ao adolescente
Centro Comunitário e Social Dorcas	Instituições de amparo a criança e ao adolescente
Rest Popular do Jd. Santa Clara (Europa, América)	Restaurantes/Cozinhas
Restaurante Popular da Vila Boa Esperança	Restaurantes/Cozinhas
Restaurante Popular do Jardim Coopagro	Restaurantes/Cozinhas
Centro Beneficente de Ed. Infantil Ledi Maas Lions	Instituições de amparo a criança e ao adolescente
APADA Assoc.Pais, Amigos, Def. Auditivos e Surdos	Instituições de amparo aos portadores de necessidades especiais
Centro Social e Educ. Aldeia Infantil Betesda	Instituições de amparo a criança e ao adolescente
Restaurante Popular do Jardim Sao Francisco	Restaurantes/Cozinhas

**Figura 6. Entidades beneficiadas pelo PAA em Toledo – PR em 2015**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ao analisar as entidades beneficiadas, destaca-se o destino dos alimentos para os restaurantes populares. De acordo com Zanini e Schneider (2015) havia no Paraná em 2015, 14

restaurantes populares, instalados nos municípios de Londrina (1), Cascavel (1), Toledo (5), Curitiba (4), Ponta Grossa (1), Paranaguá (1), Maringá (1) e Guarapuava (1), contudo apenas as cidades com mais de 100 mil habitantes podem ser beneficiadas com o programa, sendo que Toledo é o município com mais unidades em todo o estado. Os autores complementam que por meio do PAA, os restaurantes populares possibilitam acesso à alimentação saudável com baixo custo à população, e ainda, estimulam e fortalecimento da produção local de alimentos provenientes da agricultura familiar do município. A Tabela 8 demonstra os produtos adquiridos e quantidades por meio do PAA em Toledo no ano de 2015.

Tabela 8:  
**Produtos e quantidades adquiridas pelo PAA em Toledo no ano de 2015**

<b>Produtos</b>	<b>Qtde adquirida em kg PAA Toledo 2015</b>		
Abobrinha convencional	214	Cuca caseira	673
Acelga	1669,3	Maçã convencional	1785
Alface convencional	4793,8	Macarrão caseiro	2202
Alface orgânico	165,00	Mel de abelha convencional	168
Almeirão convencional	3013,7	Milho verde convencional	81
Almeirão orgânico	30	Nabo	274
Batata doce	6024,7	Pão caseiro integral	90
Beterraba convencional	1134,1	Pão caseiro sovado	1604
Bolacha caseira	920	Pão colonial	317,89
Brócolis convencional	324,6	Pepino convencional	414
Carne bovina dianteira	20135	Rabanete	586,4
Carne bovina traseira	20135	Raiz de mandioca congelada sem casca	5079,8
Carne suína	8911	Repolho convencional	5698,1
Cebolinha verde convencional	422,15	Repolho orgânico	1002,5
Cenoura convencional	2028,2	Rúcula convencional	258
Chicória	2091,3	Salsa convencional	494,7
Chicória orgânico	79	Salsa orgânico	12
Chuchu convencional	945,5	Suco de uva integral	1384
Conserva de vegetais	36	Tomate	48
Couve flor convencional	669	Vinagre colonial	800
Couve manteiga convencional	866,3	<b>Total</b>	<b>97.604,04</b>

**Nota.** Fonte: SAGI - PAA Data (2016).

O valor total dos produtos adquiridos pelo programa executado pelo município de Toledo representa 23,41% do total de recursos operacionalizados no estado do Paraná, por meio de dez municípios que participam do programa.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO PAA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR

Com a aplicação do questionário foram entrevistados 159 agricultores familiares residentes no município de Toledo – PR. A Figura 7 demonstra uma das propriedades visitadas.



**Figura 7. Propriedade visitada que cultiva hortaliças**  
Fonte: Fotografado pela autora (2016).

Dos agricultores entrevistados, 129 participam do Programa de Aquisição de Alimentos administrado pelo município de Toledo e 30 respondentes não participam do programa. Na sequência, apresenta-se a caracterização dos entrevistados.

Do total de respondentes no grupo de participantes do PAA 75,2% são do sexo masculino e 24,8% são do sexo feminino. No que tange à faixa etária, 2,3% têm até 25 anos, 17,1% têm de 26 a 36 anos, 36,4% têm entre 37 e 50 anos, 31% têm entre 51 e 65 anos e 13,2% têm mais que 66 anos, destacando-se a faixa etária entre 37 e 50 anos, com o maior número respondentes.

Os dados dos respondentes não participantes do PAA indicam que 63,3% são do sexo masculino e 36,7% são do sexo feminino. Quanto à faixa etária, 10% têm entre 26 e 36 anos, 13,3% possui mais que 66 anos, 13,3% têm até 25 anos, 30% têm entre 37 e 50 anos e 33,3% possui entre 51 e 65 anos, evidenciando que o maior número de pessoas está em categoria com faixa etária acima do que os participantes do PAA.

A maior concentração de pessoas em faixa etária adulta retrata a realidade encontrada em pesquisa realizada por Silva e Batista (2011), que identificou que os jovens manifestam o sonho de permanecer em suas comunidades de origem ou em centros urbanos próximos, contudo, em função da necessidade de melhorar a condição de vida, acabam deixando o campo em busca de uma vida melhor.

Em relação ao número de pessoas que trabalham na propriedade no grupo de participantes do PAA, 60,5% possuem até 3 pessoas, 38,8% de 4 a 7 pessoas e 0,8% de 8 a 15 pessoas, o que retrata a realidade da agricultura familiar na região, com poucas pessoas trabalhando em cada propriedade.

Neste grupo de respondentes dos não participantes do PAA 80% possuem até 3 pessoas trabalhando na propriedade e 20% tem de 4 a 7 pessoas.

Ao que se refere à faixa de lucro mensal da propriedade dos participantes do PAA, a Tabela 8 elenca as faixas.

Tabela 8

**Faixa de lucro mensal da propriedade – participantes do PAA**

Faixa de renda	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
De R\$ 1.501 a R\$ 3.000	33,3%	33,9%
De R\$ 3.001 a R\$ 5.000	31,8%	66,1%
Até R\$ 1.500	28,7%	95,3%
De R\$ 5.001 a R\$ 10.000	4,7%	100,0%
Não informou	1,6%	
Total	100,0%	

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Pode-se identificar que o maior percentual está concentrado na faixa de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00, sendo que a faixa de até R\$ 1.500,00 e a faixa R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00 tem percentuais próximos, e o menor percentual está na faixa de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00.

Dos produtores que não informaram a faixa de lucro mensal da propriedade, um afirmou que está reiniciando as atividades na agricultura, por isso não tem ainda a faixa de lucro mensal da propriedade, os demais optaram por não repassar esta informação.

A Tabela 9 ilustra a faixa de lucro mensal dos agricultores não participantes do PAA.

Tabela 9:

**Faixa de lucro mensal da propriedade – não participantes do PAA**

Faixa de renda	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
De 3.001 a 5.000	36,7%	39,3%
De 1.501 a 3.000	33,3%	75,0%
Até 1.500	20,0%	96,4%
De 5.001 a 10.000	3,3%	100,0%
Não informou	6,7%	
Total	100,0%	

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Nesta categoria sobressai a faixa de renda de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00, com 36,7% das respostas, seguido de 33,3% na faixa de R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00 e 20% com renda até R\$ 1.500,00, sendo que a faixa de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 apresentou apenas 3,3% dos respondentes, e 6,7% não responderam.

No que tange à principal atividade realizada na propriedade dos agricultores participantes do PAA, tem destaque a opção pecuária leiteira com 39,5% dos respondentes, seguido da opção outros com 33,3%, produção de grãos representando 11,6%, produção de hortaliças com 11,6%, pecuária de corte com 2,3% e produção agroecológica e orgânica com 1,6%. Cabe informar que na opção “outros” foram obtidos 10 tipos de atividades diferentes, com destaque para suinocultura que representou 58%, avicultura com 19%, seguido de panificados e piscicultura com 5%, sendo que as atividades batata doce, feno e laranja, mandioca, produção de queijo, tubérculos e uva representaram 2% das respostas.

Para a maioria dos agricultores entrevistados, a principal atividade realizada na propriedade, que gera maior renda, não é o produto que os agricultores vendem para o PAA. Por exemplo, muitos produtores que vendem gado para o PAA têm como principal atividade a pecuária leiteira, e vendem o gado de descarte, quando o animal não produz mais leite. A Figura 8 ilustra propriedade visitada cuja principal atividade é a pecuária leiteira.



**Figura 8. Propriedade visitada com predominância de pecuária leiteira**  
Fonte: Fotografado pela autora (2016).

No grupo de não participantes do PAA, quando se perguntou qual a principal atividade realizada na propriedade, também sobressaiu a função pecuária leiteira com 26,7%, já a opção “outros” teve 23,3% das respostas, produção de grãos obteve 20%, pecuária de corte com 13,3%, produção de hortaliças com 13,3%, e produção agroecológica e orgânica com 3,3%. Na opção “outros” foram obtidos 3 tipos de atividades diferentes, com destaque para suinocultura que representou 50%, avicultura com 33,3%, seguido de piscicultura 16,6%.

Também foi verificada a principal forma de comercialização da produção, a Tabela 10 demonstra os resultados dos participantes do PAA.

Tabela 10:

**Forma de comercialização da produção – participantes do PAA**

Forma de comercialização da produção	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Outros	66,7%	66,7%
Comercialização em cooperativas	17,1%	83,7%
Comercialização para o PAA	7,8%	91,5%
Comercialização em supermercados	7,0%	98,4%
Comercialização em feiras	1,6%	100,0%
Total	100,0%	

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O maior percentual refere-se à opção “outros”, obtendo destaque a venda para laticínios com 48%, seguido de parceria com 33%, particular 8%, venda direta ao consumidor 7% e venda para restaurantes, frigorífico e um respondente que não informou, que representam 1% cada um.

Nos contratos de parceria e de comodato, como por exemplo na suinocultura, o produtor possui apenas as instalações e equipamentos, sendo que a agroindústria se responsabiliza pelos custos dos leitões ou dos reprodutores, e também com os custos da ração e parte dos insumos, assistência técnica, transporte dos animais e, na maioria das vezes, transporte da ração, sendo que neste tipo de contrato o produtor é fiel depositário destas mercadorias. Por outro lado, é obrigação do produtor arcar com as despesas com mão-de-obra, energia, água, manutenção e manejo ou tratamento dos dejetos (Miele, 2007).

A Tabela 11 demonstra a forma de comercialização da produção dos agricultores que não participam do PAA.

Tabela 11:

**Forma de comercialização da produção – não participantes do PAA**

Forma de comercialização da produção	Porcentagem	Porcentagem acumulativa
Outros	60,0%	60,0%
Comercialização em cooperativas	26,7%	86,7%
Comercialização em feiras	6,7%	93,3%
Comercialização em supermercados	6,7%	100,0%
Total	100,0%	

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa (2016).

É possível identificar que na categoria dos agricultores não participantes do PAA também tem predominância a opção “outros”, sendo que destes, 38,9% são comercializados em laticínios, 27,8% são parceria, 16,7% são venda direta ao consumidor, 11,1% venda ao frigorífico e 5,6% venda em restaurantes.

Quando perguntado aos agricultores participantes do PAA se os mesmos são usuários do PRONAF, 88,4% informaram que sim, e 11,6% disseram que não. Dos respondentes que são usuários do PRONAF, 99,12% afirmaram que o programa atende às suas necessidades, sendo que 86,44% conseguem financiar 100% de suas necessidades e 13,56% têm acesso à faixa de 60% a 90% do valor que precisam.

No grupo dos não participantes do PAA 86,7% informaram que são usuários do PRONAF e 13,3% indicaram que não utilizam o programa, sendo que todos os agricultores que são usuários disseram que o PRONAF atende às necessidades do agricultor e que conseguem financiar 100% do valor que necessitam.

A Tabela 12 detalha o cruzamento da faixa de lucro mensal da propriedade e número de pessoas que nela trabalham dos participantes do PAA.

Tabela 12:

**Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ \* Contando contigo e os membros de sua família, quantas pessoas trabalham na propriedade**

Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ * Contando contigo e os membros de sua família, quantas pessoas trabalham na propriedade		Tabulação cruzada			Total
		Até 3 pessoas	De 4 a 7 pessoas	De 8 a 15 pessoas	
% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$					
Contando contigo e os membros de sua família, quantas pessoas trabalham na propriedade					
Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	De 5.001 a 10.000	83,3%	16,7%		100,0%
	De 3.001 a 5.000	43,9%	53,7%	2,4%	100,0%
	De 1.501 a 3.000	67,4%	32,6%		100,0%
	Até 1.500	67,6%	32,4%		100,0%
Total		60,6%	38,6%	0,8%	100,0%

**Nota.** Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A Tabela 12 demonstra que 83,3% das propriedades que têm a faixa de renda concentrada de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00, têm até três pessoas que nela trabalham, já 53,7% das propriedades que têm faixa de renda concentrada entre R\$ 3.001,00 e R\$ 10.000,00 têm de 4 a 7 pessoas que nela trabalham. Na Tabela 13 pode ser verificado o cruzamento da faixa de lucro mensal e o fato do agricultor ser ou não usuário do PRONAF.

Tabela 13:

Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ \* É usuário do PRONAF

Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ * É usuário do PRONAF					
Tabulação cruzada					
			É usuário do PRONAF		Total
			Sim	Não	
Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	Até 1.500	% em É usuário do PRONAF	25,0%	60,0%	29,1%
	De 1.501 a 3.000	% em É usuário do PRONAF	35,7%	20,0%	33,9%
	De 3.001 a 5.000	% em É usuário do PRONAF	34,8%	13,3%	32,3%
	De 5.001 a 10.000	% em É usuário do PRONAF	4,5%	6,7%	4,7%
		% em É usuário do PRONAF	100,0%	100,0%	100,0%

Nota. Fonte: Elaborado pela autora (2016).

De acordo com a Tabela 13, 35,7% dos produtores que são usuários do PRONAF obtém lucro mensal de até R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00, por outro lado, 60% dos agricultores que não são usuário do PRONAF obtém lucro mensal de até R\$ 1.500,00. Pesquisa realizada por Copetti (2008) identificou alguns motivos pelos quais os produtores não acessam o PRONAF: a burocracia no acesso os recursos, os juros cobrados pelo empréstimo, a dificuldade de pagamento por parte de muitos agricultores e a falta de documentação necessária para alguns deles, bem como os curtos prazos de pagamento.

No mesmo estudo, Copetti (2008) observou que há dificuldade de acesso da população de baixa renda a serviços financeiros, especialmente no meio rural, pois existem entraves para acessar instituições financeiras que ofereçam serviços como poupança ou modalidades de crédito específicas. A Tabela 14 demonstra o cruzamento entre o lucro mensal da propriedade e a principal atividade lá realizada.

Tabela 14:

**Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ \* Principal atividade realizada na propriedade**

Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$ * Qual a principal atividade realizada na propriedade			Qual a principal atividade realizada na propriedade						
			Produção de grãos	Pecuária leiteira	Pecuária de corte	Produção de hortaliças	Produção agroecológica e orgânica	Outro	Total
Qual a faixa de lucro mensal da propriedade de (receita menos custos) em R\$	Até 1.500	% em Qual a principal atividade realizada na propriedade	33,3%	26,5%	33,3%	33,3%	100,0%	25,6%	29,1%
	De 1.501 a 3.000	% em Qual a principal atividade realizada na propriedade	46,7%	36,7%	66,7%	33,3%	0,0%	25,6%	33,9%
	De 3.001 a 5.000	% em Qual a principal atividade realizada na propriedade	13,3%	34,7%	0,0%	26,7%	0,0%	41,9%	32,3%
	De 5.001 a 10.000	% em Qual a principal atividade realizada na propriedade	6,7%	2,0%	0,0%	6,7%	0,0%	7,0%	4,7%
Total	% em Qual a principal atividade realizada na propriedade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Nota.** Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A Tabela 14 ilustra que 66,7% dos produtores que trabalham com pecuária de corte têm renda de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00. Outro dado que ficou em evidência é que 100% dos agricultores que trabalham com produção orgânica têm renda até R\$ 1.500,00. Estudo conduzido por Teixeira, Machado, Reis e Oldoni (2009) verificou dificuldades encontradas pelos agricultores agroecológicos devido à baixa renda mensal somada à baixa oferta por parte dos fabricantes de máquinas agrícolas, o que torna difícil a aquisição de máquinas e implementos adaptados às suas necessidades específicas. Por outro lado, trabalho realizado por Mariani e Henkes (2014) detectou que produtores de Porto Alegre que aderiram à produção orgânica tiveram aumento na renda e melhoria na qualidade de vida.

Em síntese, com relação a este tópico, ressalta-se, entre os participantes do PAA, que a faixa de lucro da propriedade não está relacionada ao maior número de pessoas que trabalham na propriedade, pois mesmo na faixa de renda mais alta, a predominância é de 3 pessoas

trabalhando. Os participantes do PAA que possuem menor renda não são participantes, em sua maioria do PRONAF. De maneira geral, no que se refere à caracterização dos dois grupos de produtores, não existem grandes diferenças.

No próximo tópico são apresentados os aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores pesquisados.

#### 4.3 ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DO PAA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR

O conjunto de questões 2 abordou aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores. A Figura 9 demonstra as respostas para os aspectos sociais dos participantes do PAA.

Aspectos sociais	Péssimo 0-20	Ruim 21-40	Intermediário 41-60	Bom 61-80	Excelent e 81-100
J - Como é a capacitação e assistência técnica realizada pela Emater, Cooperativa, Sindicato, Prefeitura, outro?	12%	1%	11%	67%	9%
K- Na sua visão como é o incentivo do governo federal, estadual, municipal à permanência do pequeno produtor no campo?	3%	23%	36%	35%	2%
L - Considera importante a destinação dos produtos produzidos (se é para a merenda escolar, restaurantes...); Quem irá consumi-los.	16%	1%	9%	68%	7%
M - Na sua avaliação a sua qualidade de vida e da sua família é (bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, e também a saúde, a educação)	1%	7%	24%	64%	4%

**Figura 9. Aspectos sociais dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Para 67% dos respondentes a capacitação e assistência técnica por eles recebida, realizada pela Emater, Cooperativa, Sindicato e Prefeitura, é satisfatória. Alguns produtores relataram que não recebem nenhum tipo de capacitação ou assistência técnica, e que ao necessitarem pagam assistência particular. Um produtor informou que o sindicato não presta assistência, tampouco auxilia os produtores na melhoria das atividades realizadas. Outro

produtor comentou que não é informado sobre capacitação, e que gostaria de participar, contudo ele não é comunicado sobre a realização dos eventos.

Na visão de 36% dos agricultores o incentivo do governo federal, estadual e municipal para permanência do pequeno produtor no campo é intermediário. Nessa questão os agricultores citaram que a cota para venda de produtos por produtor poderia ser maior, pois atualmente eles podem vender R\$6.500,00 por ano para o programa, por DAP, valor considerado baixo pelos agricultores.

Ao serem questionados se consideram importante saber qual será o destino dos produtos por eles produzidos, 68% disseram que é muito importante ter essa informação, pois produzem alimentos de qualidade, e muitas vezes eles mesmos almoçam no restaurante popular e consomem seus próprios produtos.

No que tange à qualidade de vida do produtor e da família, os agricultores avaliam que a mesma é boa, contudo alguns relataram que somente é possível ter uma boa qualidade de vida se têm condições econômicas para ter acesso à educação e à saúde, por exemplo.

Não participantes do PAA

A Figura 10 revela as respostas dos agricultores para os aspectos sociais.

Aspectos sociais	Péssimo 0-20	Ruim 21-40	Intermediário 41-60	Bom 61-80	Excelente 81-100
J - Como é a capacitação e assistência técnica que você recebe da Emater, Cooperativa, Sindicato, Prefeitura, outro (0 - péssimo, 100 - excelente)?	13%	10%	7%	67%	3%
K- Na sua visão como é o incentivo do governo federal, estadual, municipal à permanência do pequeno produtor no campo (0 - péssimo, 100 - excelente)?	13%	20%	53%	13%	
L - Considera importante saber qual a destinação dos produtos comercializados (se é para a merenda escolar, restaurantes...); Quem irá consumi-los (0 - não tem importância saber; 100 - totalmente importante saber).	13%	3%	7%	73%	3%
M - Na sua avaliação a sua qualidade de vida e da sua família é (bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, e também a saúde, a educação) (0 - Péssimo; 100 - Excelente)		13%	20%	60%	7%

**Figura 10. Aspectos sociais dos agricultores não participantes do PAA**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Com o mesmo percentual dos agricultores participantes do PAA, 67% dos entrevistados informaram que é satisfatória a capacitação e assistência técnica por eles recebida. Tal capacitação é realizada pela Emater, Cooperativa, Sindicato e Prefeitura, contudo dos 13% que

disseram ser péssima a capacitação, 10% relataram que não recebem capacitação ou assistência técnica, demonstrando descontentamento.

Para 53% dos agricultores o incentivo do governo federal, estadual e municipal para permanência do pequeno produtor no campo é intermediário. No que tange considerar importante saber qual será o destino dos produtos por eles produzidos, 73% informaram que é muito importante ter esse conhecimento. Quando perguntados a respeito da qualidade de vida do produtor e da família, 60% dos respondentes julgam que a mesma é boa.

### Participantes do PAA

A Figura 11 demonstra as respostas dos agricultores para os aspectos econômicos.

Aspectos econômicos	Nenhuma oportunidade 0-20	Poucas oportunidades 21-40	Médias oportunidades 41-60	Boas oportunidades 61-80	Excelentes oportunidades 81-100
N - Na sua avaliação, nos últimos 5 anos surgiram novas oportunidades de mercados para venda da produção (feiras, supermercados, PAA municipal)	5%	37%	8%	47%	2%
O - A diversificação reduz riscos econômicos, quando a produção de um produto falha, ou se os preços estão ruins, a produção de outro produto gera renda necessária. Nesse sentido, considera-se 1 o produtor não diversificado e 5 o produtor totalmente diversificado. Durante o ano, considerando toda a produção da propriedade, qual o grau de diversificação da sua produção?	4%	25%	33%	21%	18%
P - De 0 a 100, como você avalia a garantia de venda da produção?	4%	1%	3%	10%	82%
Q - Do total da renda, qual percentual é proveniente da venda garantida (com preços garantidos)	71%	6%	5%	8%	10%

**Figura 11. Aspectos econômicos dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Na avaliação de 47% dos agricultores participantes do PAA nos últimos 5 anos surgiram novas e boas oportunidades de mercados para venda da produção, já para 37% foram poucas as oportunidades.

Quanto ao grau de diversificação da produção 33% dos agricultores informaram ter média diversificação (cultivo de 3 produtos na propriedade), enquanto que 25% disseram ter pouca diversificação. Com relação à garantia de venda da produção, 82% dos produtores afirmaram que têm garantia de que conseguem vender 100% da produção, pois afirmam que existe mercado para isso. Ainda afirmam que se tivessem condições produziriam mais para vender mais, pois existe demanda. Contudo, no que se refere à venda com preços garantidos 71% dos entrevistados informaram que não tem garantia de preços, e que o valor por eles recebido varia de acordo com o mercado.

Os produtos que os agricultores entregam para o PAA tem o valor determinado pela CONAB e vigência de 12 meses, assim, durante o período no qual entregam para o programa, há garantia de preços para os produtos entregues, porém, como para a maioria dos agricultores o PAA não é a principal forma de comercialização da produção, os mesmos analisaram a questão com base na principal atividade da propriedade, que é a que gera maior renda.

A Figura 12 demonstra as respostas dos agricultores não participantes do PAA para os aspectos econômicos.

Aspectos econômicos	Nenhuma oportunidade 0-20	Poucas oportunidades 21-40	Médias oportunidades 41-60	Boas oportunidades 61-80	Excelentes oportunidades 81-100
N - Na sua avaliação, nos últimos 5 anos surgiram novas oportunidades de mercados para venda da produção (feiras, supermercados, PAA municipal - 0 nenhuma oportunidade, 100 excelentes oportunidades)	17%	20%	13%	50%	
O - A diversificação reduz riscos econômicos, quando a produção de um produto falha, ou se os preços estão ruins, a produção de outro produto gera renda necessária. Nesse sentido, considera-se 1 (20) o produto não diversificado e 5 (100) o produto totalmente diversificado. Durante o ano, considerando toda a produção da propriedade, qual o grau de diversificação da sua produção?	13%	10%	37%	23%	17%
P - De tudo o que você produz, de 0% a 100%, quanto você diria que tem venda garantida?	3%			7%	90%
Q - De tudo que você vende, qual percentual tem garantia de preços (que você sabe que vai conseguir um determinado valor)?	73%	3%	7%	10%	7%

**Figura 12. Aspectos econômicos dos agricultores não participantes do PAA**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Para 50% dos agricultores não participantes do PAA nos últimos 5 anos surgiram novas e boas oportunidades de mercado para venda da produção, contudo para 20% foram poucas as oportunidades.

No que diz respeito ao grau de diversificação da produção 37% dos agricultores disseram ter média diversificação (cultivo de 3 produtos na propriedade), já 23% informaram ter boa diversificação, com produção de mais produtos na propriedade.

Na avaliação de 90% dos agricultores há garantia de venda da produção, pois de acordo com os respondentes há mercado para a produção. Porém, ao serem perguntados sobre a venda com preços garantidos 73% dos produtores disseram que não tem tal garantia, e que o valor por

eles recebido é variável, sendo que um produtor disse que deveria haver maior intervenção do governo nesta questão, com políticas de preços mínimos.

De acordo com Stefanelo (2005) o preço mínimo é o valor estipulado pelo governo para determinado produto, ou seja, constitui-se em intervenção do governo no mercado, para garantir aos seus beneficiários o recebimento de um preço mínimo, quando os preços de mercado forem inferiores ao mínimo determinado pelo governo. Durante a safra isso funciona como um seguro de preço, ao garantir aos beneficiários da política uma renda mínima para a produção.

A Política de Garantia de Preço Mínimo possibilita equilibrar a renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, em função da oscilação do preço no mercado. Desde que esta política teve início, ocorreram mudanças significativas na mesma, como por exemplo na década de 80 e 90, em função da situação econômica na qual o país se encontrava, período em que o governo reduziu acentuadamente sua participação nesta política. Ainda na década de 90, após a implementação do Plano Real, vários mecanismos foram criados com o objetivo de reduzir a intervenção governamental e orientar mais para o mercado (Favro, Caldarelli & Caravieri, 2015).

Assim, verifica-se que o governo possui políticas de preços mínimos, contudo as utiliza em apenas alguns produtos, tendo deixado que os demais produtos tenham os preços regulados pelo mercado.

A Figura 13 demonstra as respostas dos agricultores participantes do PAA para os aspectos ambientais.

Aspectos ambientais	0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
R - Preocupa-se com a preservação ambiental?	1%	0%	0%	2%	97%
S - Destina adequadamente o lixo orgânico e o lixo reciclável?	11%	1%	5%	19%	65%
T - Preserva a mata ciliar?	7%	0%	0%	5%	88%
U - Conserva a área de preservação permanente?	6%	0%	0%	4%	90%
V - Realiza a tríplice lavagem das embalagens de agrotóxico?	12%	0%	0%	0%	88%
X - Devolve as embalagens de agrotóxico?	15%	0%	0%	1%	84%
Y - Realiza conservação de mananciais e fontes de água?	8%	0%	1%	4%	88%

**Figura 13. Aspectos ambientais dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ao questionar os agricultores se os mesmos se preocupam com a preservação ambiental 97% responderam que têm preocupação. A maioria dos agricultores informou que está 100% de acordo com as questões ambientais pois precisa atender a legislação, e ainda, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) realiza vistorias nas propriedades para verificar se estão de acordo com a normas ambientais.

Contudo, ao perguntar se os agricultores destinam adequadamente o lixo orgânico e o lixo reciclável, apenas 65% afirmaram que fazem a destinação adequada. Cabe informar que não há coleta de lixo comum ou coleta de lixo seletiva no interior, onde estão localizadas as propriedades dos agricultores. Quanto à reciclagem do lixo, os agricultores que não fazem a separação e não dão destino adequado aos resíduos realizam a queima dos mesmos. Os que fazem a separação dos resíduos em geral os levam os mesmos para a vila ou para a cidade onde há ponto de coleta.

Alguns agricultores apontaram que deveria haver mais pontos de coleta no interior, e que os mesmos fossem avisados com antecedência para que consigam se organizar e dar o destino adequados aos resíduos recicláveis, pois aqueles que fazem reciclagem guardam o lixo até que possam levá-lo ao ponto de coleta.

Produtores que criam suínos em parceria com integradora informaram que não sabem que destino dar às embalagens de medicamentos, pois as empresas não fazem a coleta dessas embalagens e os produtores não sabem o que fazer com as mesmas. Eles informaram que mantêm tudo guardado na propriedade.

Pesquisa realizada por Silva, Bonifácio e Iceri (2015) que analisou a agricultura familiar e a preservação ambiental em municípios do noroeste paranense, verificou que nas propriedades visitadas há empenho para desenvolver formas de destinação do lixo, pois poucas localidades são atendidas pela coleta pública, sendo que a incineração e o aterramento do lixo são comuns, apesar dos próprios agricultores reconhecerem que tais práticas não são adequadas. Por outro lado, alguns produtores informaram ter interesse em destinar os resíduos de maneira diferente, por meio da compostagem, reutilização e reciclagem, por exemplo.

Para mencionar as respostas das questões T e U do questionário é importante conceituar mata ciliar e áreas de preservação permanente. As matas ciliares são formações florestais localizadas às margens de rios, lagos, nascentes e demais cursos e reservatórios de água. Essa vegetação possui importante função ambiental, pois auxilia na estabilidade dos solos, manutenção da qualidade da água, regularização do regime hídrico e manutenção do ecossistema aquático (Alvarenga, Botelho & Pereira, 2006).

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são aquelas protegidas de acordo com o Código Florestal. O conceito legal de APP relaciona tais áreas, independente da cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, as APPs também têm função de proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e, assim, assegurar o bem estar das populações humanas (Schaffer *et al.*, 2011).

No que concerne à preservação da mata ciliar, 88% dos agricultores afirmaram que preservam de 80% a 100% dela. Quanto à conservação da área de preservação permanente 90% dos respondentes afirmam que preservam de 80% a 100% da mesma. Quanto às embalagens de agrotóxico, 88% dos respondentes alegaram que realizam a tríplex lavagem e 84% relataram que devolvem tais embalagens. Em relação à conservação de mananciais e fontes de água, 88% dos agricultores informaram que os preservam.

A Figura 14 demonstra as respostas dos agricultores não participantes do PAA para os aspectos ambientais.

Aspectos ambientais	0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
R - Preocupa-se com a preservação ambiental (quanto você se preocupa de 0% a 100%)?	3%				97%
S - Destina adequadamente o lixo orgânico e o lixo reciclável (de todo lixo que é produzido na propriedade, quanto você destina adequadamente de 0% a 100%)?	16%	7%	7%	13%	57%
T - Preserva a mata ciliar (dentro da legislação, quanto você preserva 0% a 100%)?	3%				97%
U - Conserva a área de preservação permanente (dentro da legislação, quanto você conserva 0% a 100%)?	3%			3%	94%
V - Realiza a tríplex lavagem das embalagens de agrotóxico (de todas as embalagens, de 0% a 100%, quanto você faz a lavagem)?	17%				83%
X - Devolve as embalagens de agrotóxico (de todas as embalagens, de 0% a 100%, quanto você devolve)?	17%				83%
Y - Realiza conservação de mananciais e fontes de água (quanto você conserva de 0% a 100%)?	3%				97%

**Figura 14. Aspectos ambientais dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ao perguntar aos agricultores quanto à sua preocupação com a preservação ambiental 97% responderam que tem preocupação. Porém, ao questionar se há realização da destinação adequada do lixo orgânico e do lixo reciclável, apenas 57% afirmaram que o fazem. Quanto à

preservação da mata ciliar 97% dos produtores disseram que preservam de 80% a 100% dela. No que diz respeito à conservação da área de preservação permanente 93% dos respondentes afirmaram que preservam de 80% a 100%.

Sobre embalagens de agrotóxico, 83% dos agricultores alegaram que realizam sua tríplice lavagem, mesmo percentual que informou devolver as embalagens. Em relação à conservação de mananciais e fontes de água, 97% dos agricultores informaram que os preservam.

Em síntese, no que diz respeito às questões sociais tanto os agricultores participantes do PAA quanto os não participantes informaram ter uma boa qualidade de vida. No que concerne às questões econômicas, ressalta-se que para os agricultores participantes do PAA não há garantia de preços na venda da produção, apesar de haver garantia de preços para os produtos por eles entregues ao programa, sendo que os não participantes do PAA também avaliam não haver garantia de preços para a venda da produção. Quanto ao aspecto ambiental, ambos os grupos demonstraram ter grande preocupação com as questões ambientais, concluindo-se que nos três aspectos não há diferença significativa entre os grupos pesquisados.

No tópico 4.4 é apresentada a percepção dos agricultores quanto à execução do PAA.

#### 4.4 PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PAA QUANTO À EXECUÇÃO DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR

O conjunto de questões 3 do questionário verificou a percepção dos agricultores participantes do PAA quanto à execução do programa, sendo que 81,4% dos respondentes informaram que participam do programa há mais de três anos, 14% de um a três anos e 4,7% participam a menos de um ano. A Tabela 15 demonstra as respostas das questões.

Tabela 15:  
Percepção dos agricultores participantes do PAA quanto a execução do programa em Toledo

Participação no PAA	Sim	Não
AB - Participa de outras modalidades do PAA além da Compra com doação simultânea?		100%
AC - Entrega produtos orgânicos para o PAA?	2%	98%
AD - A obtenção da matéria prima é um obstáculo?	14%	86%
AE - Existem atrasos de pagamento no PAA?	45%	55%
AF - Considera as exigências para obtenção da DAP difíceis de cumprir?	7%	93%
AG - Há dificuldades em cumprir os prazos de entrega estipulados no PAA?	7%	93%
AH - Há dificuldades em entregar a quantidade de produtos solicitada?	9%	91%
AI - Há dificuldades em atender aos critérios de qualidade dos produtos?	2%	98%
AJ - Há dificuldades para realizar o transporte dos produtos da propriedade até a cozinha social?		100%
AK - Há dificuldades em atender as obrigações estabelecidas no termo de compromisso?	1%	99%
AL - Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios?	44%	56%
AM - Há preocupação quanto à continuidade do PAA?	90%	10%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Quanto às modalidades do programa, todos os respondentes informaram que participam apenas da modalidade compra com doação simultânea que é executada pelo município de Toledo. Identificou-se que em Toledo somente há a execução da modalidade compra com doação simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (SAGI - PAA Data, 2015). O município de Toledo também recebe recursos do PNAE, o que é destinado para a alimentação escolar.

Ao verificar sobre a entrega de produtos orgânicos para o PAA apenas 2% dos respondentes afirmou entregar este tipo de produto. A aquisição de matéria prima para produtores de produtos agroecológicos é um obstáculo, pois os mesmos informaram que há dificuldade na aquisição de insumos orgânicos certificados para produção de caldas. A Figura 15 demonstra uma das propriedades visitadas que está em processo de certificação.



**Figura 15. Propriedade em processo de certificação da produção orgânica**

Fonte: Fotografado pela autora (2016).

Da mesma forma, estudo realizado no estado de Santa Catarina por Silva e Sousa (2013) sobre a demanda e a oferta de alimentos orgânicos para a alimentação escolar identificou dificuldades na oferta, ou seja, na disponibilidade de alimentos orgânicos. Concluiu-se que ainda é preciso maior articulação entre os gestores, agricultores e cooperativas, especialmente entre nutricionistas e agricultores familiares e suas cooperativas para identificar os alimentos que poderiam ser produzidos e quais poderiam ser adquiridos para alimentação escolar, objetivando fomentar o comércio local e atender aos critérios de sustentabilidade na produção de alimentos.

O estudo também verificou que a maioria dos agricultores e das cooperativas não tem certificação de seus produtos e enfrenta dificuldades na produção, revelando a necessidade de apoio técnico para aumentar as possibilidades de comercialização de tais alimentos, não só para a alimentação escolar, mas também para outros mercados institucionais.

Nesta pesquisa, no que tange à obtenção de matéria prima, 86% dos agricultores afirmaram que não há dificuldade, entre os 14% que disseram haver dificuldade foram mencionados problemas para compra, por exemplo, de agrotóxico, em função do controle que há na sua venda. Também foi citada dificuldade para compra de farinha para produção de panificados, pois pequenos produtores não conseguem realizar aquisições na indústria e para comprar no supermercado o custo torna-se elevado. Alguns produtores comentaram que há dificuldades para aquisição de insumos pois em função do clima, por exemplo, o milho está em falta no mercado, e quando há possibilidade de compra o valor está muito alto (de acordo com produtores em torno de R\$55,00 a saca de 60kg no período da realização da pesquisa), o que torna o custo da produção altíssimo e reduz em muito o lucro do produtor. Além disso, produtores de hortaliças também relataram dificuldade na aquisição de mudas.

De acordo com a Agência Estadual de Notícias do Paraná (AEN) (2016) a alta no preço de insumos como o milho foi motivada por perdas na produção em função do clima. As perdas nas lavouras de milho no Paraná, segundo maior produtor do País, acontecem em um quadro de escassez do grão, cenário agravado por um volume de exportação maior e por câmbio favorável às exportações, o que fez os preços do milho explodirem. O preço na semana de 24 junho de 2016 foi de R\$36,11 a saca de 60kg, o que representa um crescimento de 88% em relação a junho do ano passado quando as cotações estavam em torno de R\$19,17 para a saca de 60kg.

Ao perguntar se existe atraso de pagamento na execução do PAA, 55% dos agricultores afirmaram que não há atrasos e 45% informaram que já houve atrasos. Os produtores que relataram atraso de pagamento dos produtos entregues ao programa, informaram que encontraram dificuldades quando ocorreu tal fato pois há produtores que não possuem capital de giro para adquirir insumos, ou, quando acontecem novas compras, porém, a prazo precisam arcar com tais custos até o recebimento.

Em conversa com os gestores da cozinha social, informou-se que houve apenas um atraso de pagamento no início da execução do programa em Toledo, em função da transição do programa, de convênio para termo de adesão, período no qual houve atraso de aproximadamente 6 meses no ano de 2013, na primeira proposta do programa. Além disso, caso o produtor esteja com a DAP vencida o pagamento não pode ser liberado, sendo autorizado somente quando ela é regularizada.

Estudo realizado por Chmielewska, Souza e Lourete (2010) abordou o PAA no estado de Sergipe. Ao analisar a questão do pagamento identificou-se que seu atraso é considerado pelos agricultores uma das questões mais críticas do programa. Eles impossibilitam a cobertura

a tempo de custos básicos como água e manutenção, podendo gerar endividamento. Nestes casos, o recurso que é recebido posteriormente é usado para pagar dívidas ao invés de ser investido.

Contudo, o atraso também ocorre pelo envio da documentação incorreta, como nota fiscal preenchida inadequadamente e certidão negativa vencida da associação. A CONAB, neste caso, recebe a documentação correta, mas no momento do empenho é verificado que a certidão negativa da associação está vencida (Chmielewska, Souza & Lourete, 2010).

No que diz respeito às exigências para obtenção da DAP, ao verificar junto aos produtores se as mesmas são difíceis de cumprir 93% informaram que não, e 7% disseram que sim. Dos agricultores que informaram haver dificuldades, houve relato de que pessoas que moram na cidade e foram para o campo e que apresentam dificuldade na sua obtenção, pois é necessário demonstrar histórico de comercialização de produtos da propriedade, contudo, quem inicia a vida no campo não possui tais comprovantes de comercialização. Tal fato também ocorre com jovens produtores (geralmente filhos de agricultores), que querem iniciar seu próprio negócio dentro da propriedade e não conseguem financiamento, eles precisam ter capital para investimento inicial, para depois de um ano comprovar experiência e conseguir documentação e financiamento próprio.

Para produtores que não possuem propriedade registrada em seu nome há dificuldade em obter a DAP pois eles não conseguem a documentação solicitada para obtenção do documento. Os agricultores relataram que há auxílio do Sindicato e da Emater para sua obtenção, contudo, o sindicato cobra mensalidade, e de acordo com um dos agricultores, isso acaba dificultando o processo, pois ele fica condicionado ao pagamento das contribuições sindicais. Em pesquisa realizada por Pereira e Lourenzani (2014) que abordou o PAA no município de Tupã, SP os pesquisadores identificaram aumento no número de produtores desde a implantação do Programa, contudo, também verificaram que ainda existe um baixo número de DAPs em relação ao número produtores familiares no município, sendo que tal fato pode ser justificado pela falta de comprovação de renda agrícola uma vez que muitos não declaram ou declaram uma parcela reduzida das vendas por meio de notas fiscais e em função do recebimento de renda não agrícola.

Outra questão desta pesquisa verificou se há dificuldades em cumprir os prazos de entrega estipulado pelo PAA, sendo que 93% dos respondentes informaram que não, e 7% que sim. Produtores de hortaliças relataram ter dificuldade em cumprir os prazos de entrega estipulados pelo programa, pois a produção depende do clima e nem sempre as previsões se concretizam, impossibilitando entrega dentro do prazo.

Também foi perguntado se há dificuldades em entregar a quantidade de produtos solicitada, 91% dos produtores disseram que não e 9% informaram que sim. Nesta questão também há relato dos produtores de hortaliças, que dependem muito da questão climática.

A próxima questão trata da verificação junto aos produtores quanto ao atendimento aos critérios de qualidade dos produtos, sendo que 98% dos respondentes informaram que não há dificuldade em atender tais critérios. Com relação ao prazo de entrega, quantidade e critérios de qualidade, os gestores do PAA contatam os produtores e verificam a disponibilidade dos produtos, bem como a quantidade que o produtor pode entregar, solicitando apenas o que agricultor tem disponível para entrega, sendo contatados quantos produtores forem necessários para atender a demanda do PAA. Quando o produtor tem produto disponível ele também informa aos gestores do PAA que ajustam o cronograma para fazer tal solicitação.

No caso do gado, em sua maioria, os produtores entregam gado de descarte que são vacas que não produzem mais leite. Um técnico do PAA visita a propriedade e analisa se o gado está em condições de ser entregue ao programa. Caso esteja em condições a entrega é autorizada. Como os produtores entregam o animal inteiro, acabam realizando poucas entregas durante o ano em função da cota disponível por DAP (o valor anual possibilita a entrega de aproximadamente 700kg de carne por período, o que dá em média 2 animais).

Além disso, foi perguntado aos produtores quanto ao transporte dos produtos da propriedade até a cozinha social. Nesta questão 100% dos agricultores informaram que não há dificuldade em realizar o transporte. Tal fato pode ser justificado tendo em vista que a coleta do gado é realizada pelo frigorífico, que retira o animal na propriedade, abate e depois entrega na cozinha social. O custo do transporte até o frigorífico, do abate e do transporte até a cozinha é arcado pelo agricultor. Quanto aos produtores de hortaliças, observou-se que muitos agricultores possuem veículos próprios para transporte (vans, utilitários).

Verificou-se ainda, se os agricultores possuem dificuldade em atender às obrigações estabelecidas no termo de compromisso. 99% dos respondentes informaram que não há dificuldades, contudo, em conversa os agricultores relataram, em sua maioria, que não têm conhecimento do conteúdo do documento, pois não realizaram a leitura do mesmo.

Ao questionar sobre os preços pagos pelos produtos entregues ao programa (se os mesmos são satisfatórios) 56% informaram que os preços não são bons. Os produtores de hortaliças informaram que o valor pago pelo PAA está muito defasado, e que em muitos casos não compensa vender para o programa, pois eles recebem um valor bem melhor vendendo em supermercados, por exemplo.

O valor das hortaliças no PAA é estimado por quilo, enquanto que na feira e supermercados geralmente as hortaliças são vendidas por unidades. Assim, para entregar um quilo são necessários em média, quatro pés de alface, por exemplo. Por outro lado, um produtor informou que quando a entrega é por quilo é possível entregar todos os tamanhos da hortaliça, enquanto que quando se vende por unidade, geralmente o consumidor escolhe os pés maiores. Muitos produtores de gado também avaliam que o preço poderia ser melhor, considerando os valores pagos no mercado e tendo em vista o custo de produção que está elevado.

Estudo realizado por Veiga, Silva, Rosa, Conceição e Andrade (2014) identificou que a metodologia de cálculo de preços privilegia a regularidade, entretanto, as sazonalidades nas cotações podem ser importantes porque refletem questões como safra, clima, insumos, cultura, preferências do consumidor, preço do bem substituto, entre várias outras. Tanto o agricultor quanto o ente que adquire a produção pode ser prejudicado pela inobservância de tais questões. Ademais, a metodologia referida mostra-se diferenciada para algumas modalidades, o que pode causar problemas desnecessários de execução.

No que diz respeito à preocupação quanto a continuidade do PAA, 90% dos repondentes informaram que gostariam que programa continuasse existindo, pois é uma possibilidade a mais de renda. Para detectar a percepção dos agricultores quanto ao acesso e permanência no programa foi realizado cruzamento de dados entre respostas de questões do conjunto 3 e do conjunto 1. A Tabela 16 demonstra o cruzamento entre os preços pagos pelos produtos por meio do PAA e a faixa de lucro mensal da propriedade.

Tabela 16  
Preços pagos pelos produtos por meio do PAA \* faixa de lucro mensal da propriedade

Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios * Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$							
Tabulação cruzada							
		Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$					
		De 1.501 a 3.000		De 3.001 a 5.000			
		Até 1.500	3.000	5.000	10.000	Total	
Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios	Sim	% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	43,2%	37,2%	51,2%	50,0%	44,1%
	Não	% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	56,8%	62,8%	48,8%	50,0%	55,9%
Total		% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme a Tabela 16, 56,8% dos agricultores que recebem até R\$1.500,00 consideram que os preços pagos pelo PAA não são satisfatórios, já 51,2% dos produtores que recebem de R\$3.000,00 a R\$5.000,00 avaliam que os preços pagos pelo PAA são satisfatórios. A Tabela 17 evidencia o cruzamento das respostas sobre a preocupação quanto à continuidade do PAA e a faixa de lucro da propriedade.

Tabela 17:

**Preocupação quanto a continuidade do PAA \* faixa de lucro mensal da propriedade**

		<b>Há preocupação quanto à continuidade do PAA * Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$</b>					<b>Tabulação cruzada</b>
		Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$					
			Até 1.500	De 1.501 a 3.000	De 3.001 a 5.000	De 5.001 a 10.000	Total
Há preocupação quanto à continuidade do PAA	Sim	% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	91,9%	90,7%	90,2%	83,3%	90,6%
	Não	% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	8,1%	9,3%	9,8%	16,7%	9,4%
Total		% em Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Dos agricultores que recebem até R\$1.500,00, 91,9% tem preocupação quanto à continuidade do PAA, dos produtores que recebem de R\$5.001,00 a R\$10.000,00, 83,3% tem preocupação quanto à continuidade do programa. A Tabela 18 ilustra o cruzamento entre a satisfação quanto aos preços pagos pelos produtos e o obstáculo para obtenção da matéria prima.

Tabela 18:

**Preços pagos pelos produtos \* obtenção de matéria prima é um obstáculo**

		<b>Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios * A obtenção da matéria prima é um obstáculo</b>			<b>Tabulação cruzada</b>
		A obtenção da matéria prima é um obstáculo			
			Sim	Não	Total
Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios	Sim	% em A obtenção da matéria prima é um obstáculo	55,6%	42,3%	44,2%
	Não	% em A obtenção da matéria prima é um obstáculo	44,4%	57,7%	55,8%
Total		% em A obtenção da matéria prima é um obstáculo	100,0%	100,0%	100,0%

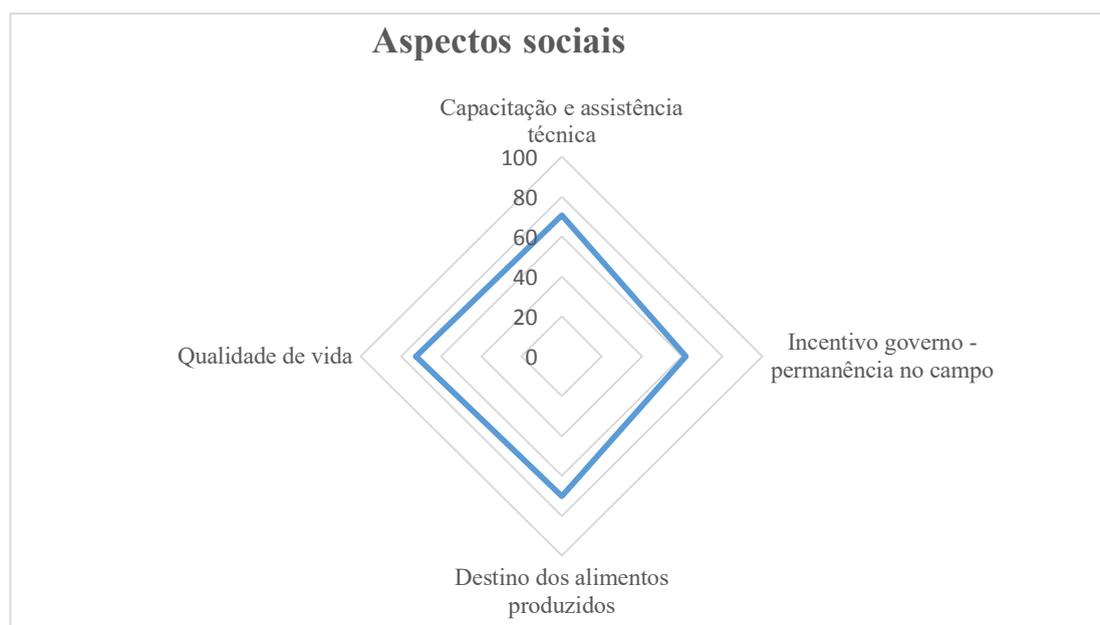
**Nota.** Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Para 44,4% dos produtores cuja obtenção da matéria prima é um obstáculo, os preços pagos pelos produtos não são satisfatórios. Em síntese, com relação a este tópico destaca-se que para a maioria dos agricultores houve atraso de pagamento, sendo que não há dificuldades para atender ao prazo de entrega, qualidade dos produtos e transporte, atribuindo-se tal percepção em função da forma de operacionalização do programa em Toledo – PR. Outra questão que teve destaque foi a percepção dos agricultores quanto ao preço pago pelos produtos, que para a maioria dos produtores não é satisfatório, pois os mesmos comparam os valores com os preços pagos pelo mercado.

O tópico 4.5 aborda a sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA no município de Toledo.

#### 4.5 SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PAA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR

A sustentabilidade da agricultura familiar no município de Toledo – PR dos agricultores participantes do PAA foi analisada com base nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. A Figura 16 demonstra os resultados dos aspectos sociais.



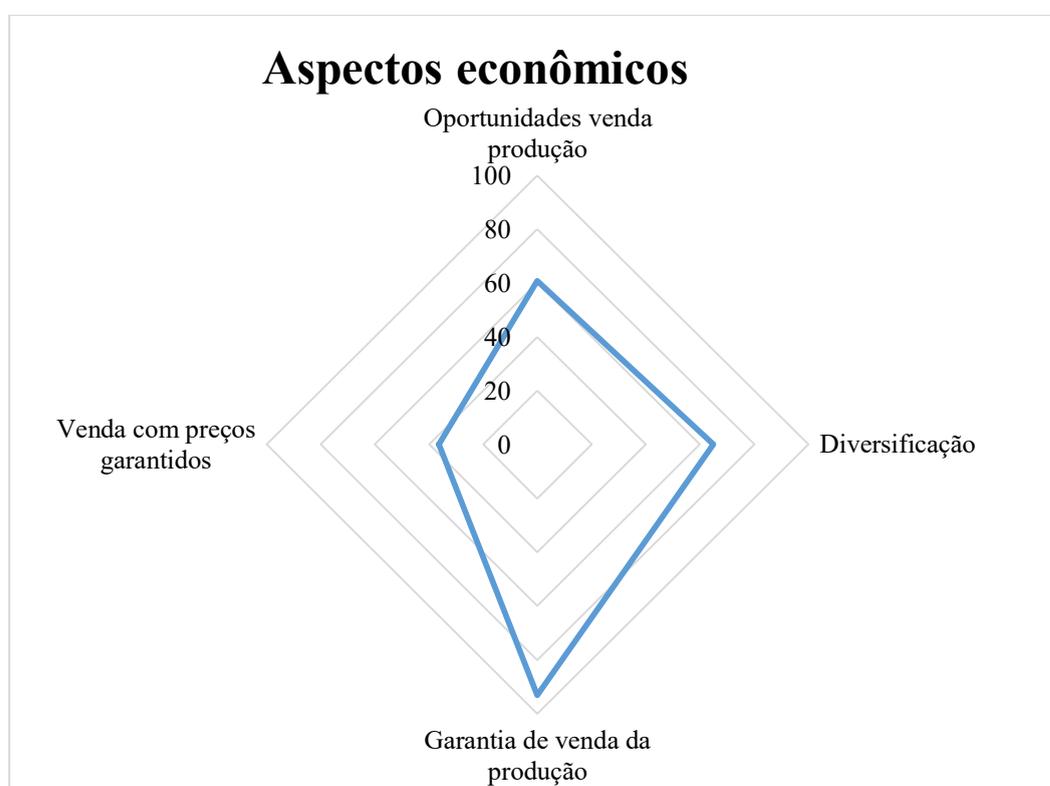
**Figura 16. Aspectos sociais dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com base nos dados identifica-se que a percepção dos agricultores quanto à capacitação e assistência técnica, qualidade de vida, importância de conhecer o destino dos alimentos

produzidos e o incentivo do governo quanto à permanência do produtor no campo ficaram na escala 61-80, sendo potencialmente sustentável.

No que se refere à permanência no campo, pesquisa realizada por Lelis e Hespanhol (2015) que analisou as principais estratégias econômicas utilizadas pelos pequenos proprietários rurais do município de Dracena para permanecer no campo, verificou que apesar de não ser a principal fonte de remuneração, a renda oriunda da participação em políticas públicas foi identificada como uma das atividades econômicas mais importantes para aqueles que buscam permanecer no campo, evidenciando que a participação em programas como o PAA pode ser uma estratégia econômica eficiente para aqueles que desejam permanecer no meio rural. A Figura 17 ilustra os aspectos econômicos.

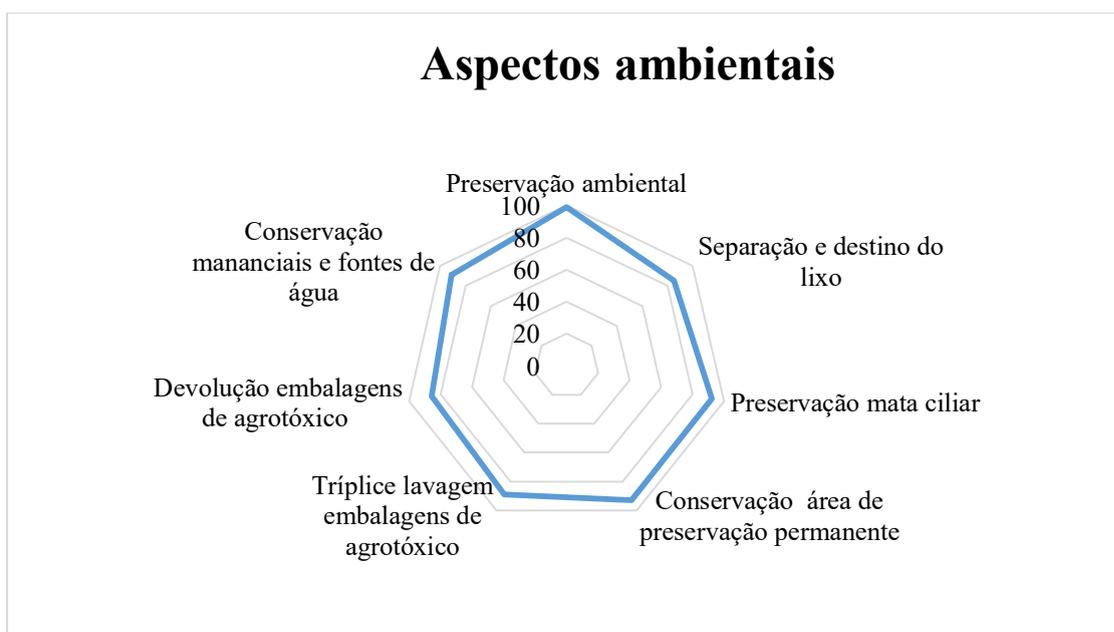


**Figura 17. Aspectos econômicos dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A escala adotada consta na Figura 4, sendo que os resultados demonstram que a percepção dos agricultores em relação à garantia de venda da produção está na escala 81-100, já oportunidades para venda da produção e diversificação está na escala 61-80, contudo, a venda com preços garantidos ficou na escala 21-40. O enquadramento geral do aspecto econômico ficou na escala 61-80, sendo potencialmente sustentável.

Estudo realizado por Plein e Filippi (2012) que analisou a execução do PAA na Microrregião de Pitanga – PR identificou, em relação aos preços pagos, que a maioria dos preços praticados no PAA são superiores aos demais preços pagos pelo mercado, contudo, como eles são definidos com base na tabela da CONAB, a vigência é de um ano, o que pode defasar os preços até o final do período. A Figura 18 ilustra os aspectos ambientais.



**Figura 18. Aspectos ambientais dos agricultores participantes do PAA**

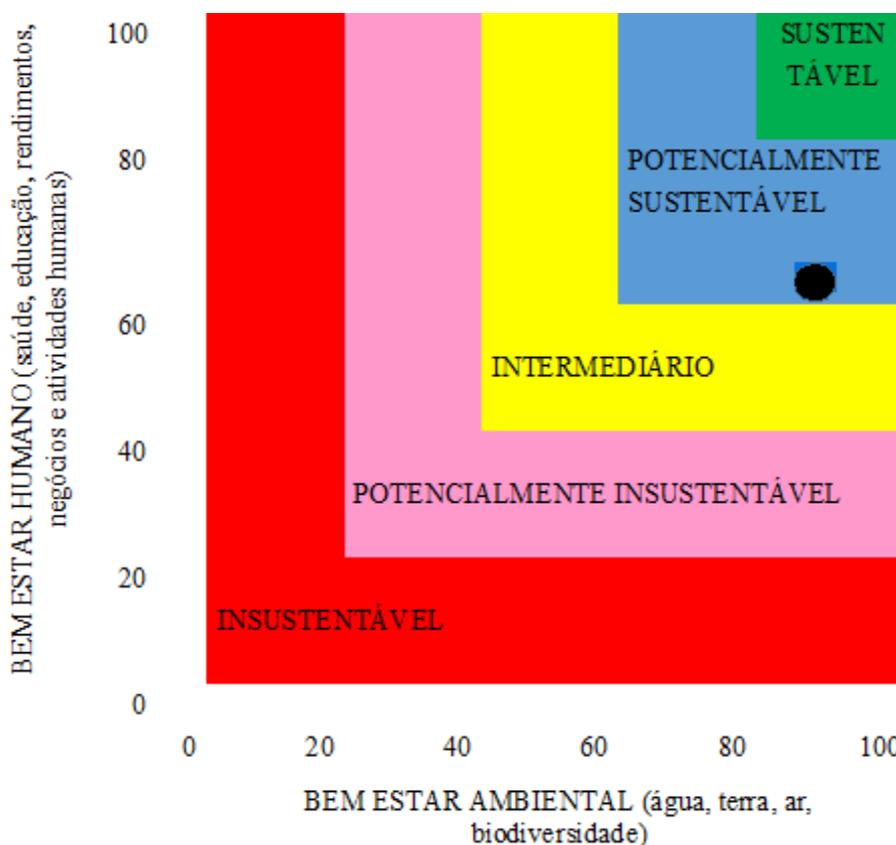
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As respostas evidenciam que neste aspecto todas as questões: preservação ambiental, destinação adequada do lixo, preservação da mata ciliar, conservação da área de preservação permanente, realização da tríplice lavagem das embalagens de agrotóxico, devolução das embalagens e conservação de mananciais e fontes de água ficaram na escala de 81-100, enquadrando-se como sustentável.

Estudo realizado por Silva, Bonifácio e Iceri (2015), que analisou a agricultura familiar e a preservação ambiental em municípios do noroeste paranense, identificou que na pesquisa aplicada os dados sobre a existência das matas evidenciam a compatibilidade entre a exploração dos recursos para a produção de alimentos e a preservação de reservas florestais ou APP's, além disso, estes recursos são otimizados na pequena propriedade.

Após a compilação dos dados coletados verificou-se a média das respostas do conjunto de questões 2, cuja escala vai de 0 a 100, e foram obtidos resultados de **insustentáveis** até **sustentáveis**. Posteriormente ao cálculo da resposta de cada respondente e obtenção da média,

é possível identificar no barômetro da sustentabilidade (Figura 19), qual o grau de sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA.



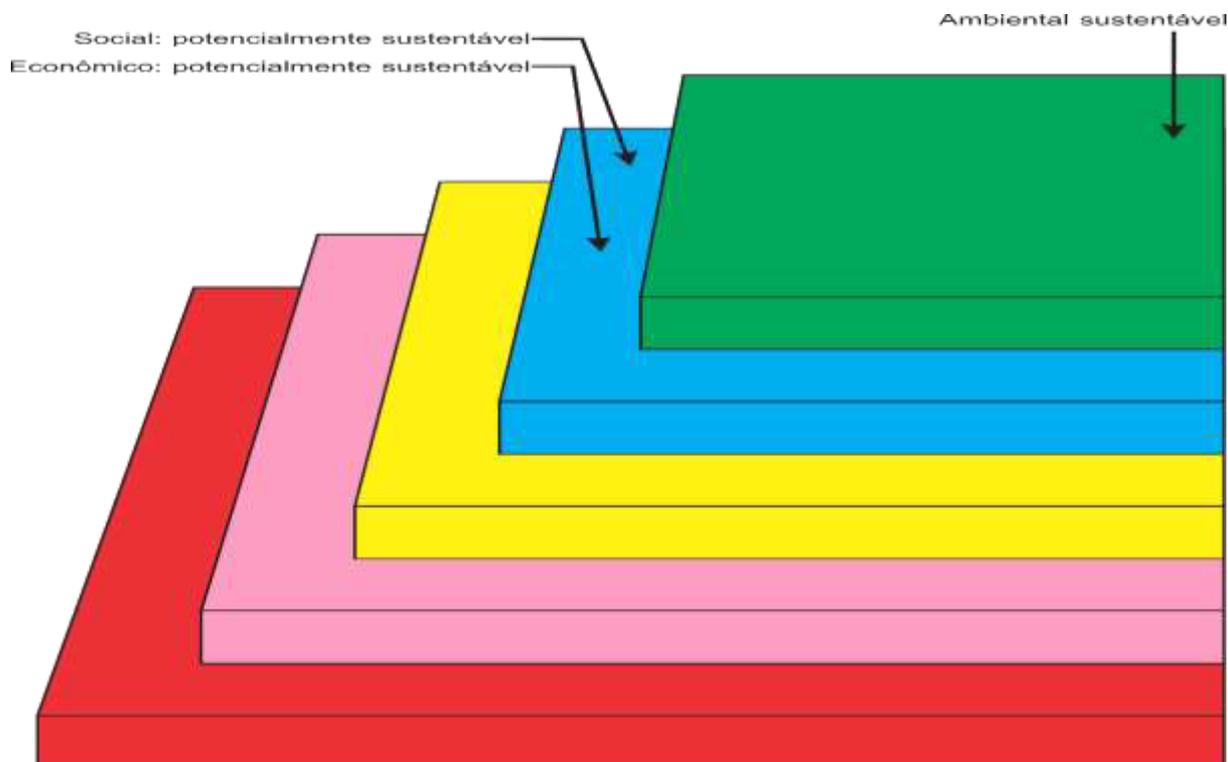
**Figura 19. Barômetro da sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ao analisar o barômetro da sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA é possível identificar que os mesmos estão enquadrados no início da escala potencialmente sustentável, pois a média das respostas dos aspectos sociais e econômicos foi de 66,32, enquanto que a média das respostas das questões ambientais foi 90,76, sendo então a sustentabilidade enquadrada no gráfico.

Apesar da posição de potencialmente sustentável dos agricultores participantes do PAA no município de Toledo – PR o resultado não está diretamente ligado à participação no PAA, considerando as repostas dos agricultores participantes em comparação com as respostas dos agricultores não participantes. Por outro lado, estudo realizado por Lourenço e Cabral (2016), que analisou o impacto da apicultura nas dimensões da sustentabilidade no município de Sobral – CE, identificou que a sustentabilidade tem a performance bom (sustentável) na escala do barômetro, sendo que no aspecto econômico, um dos motivos é o apoio da prefeitura e a geração

de renda, por meio da venda do produto para o PAA. A Figura 20 ilustra o enquadramento dos aspectos sociais, econômicos e ambientais.



**Figura 20. Barômetro da sustentabilidade dos agricultores participantes do PAA, com destaque para aspectos social, econômico e ambiental**

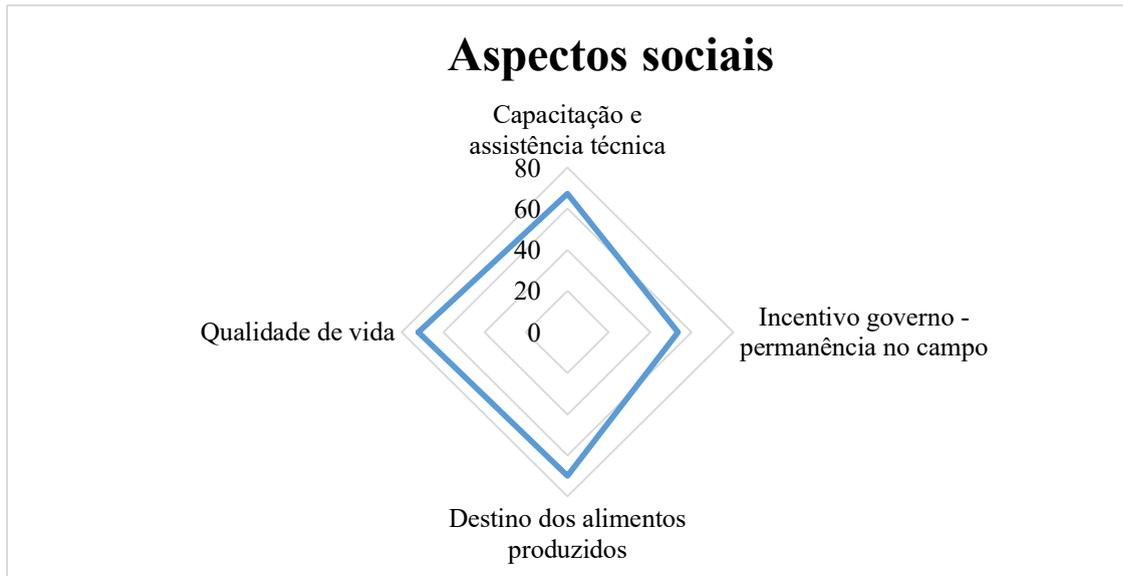
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A Figura 20 representa a alocação da sustentabilidade nos três pilares, social, econômico e ambiental dos participantes do PAA. Nos pilares social e econômico a sustentabilidade foi enquadrada como potencialmente sustentável, já no pilar ambiental a sustentabilidade foi enquadrada como sustentável.

O tópico 4.6 demonstra a sustentabilidade do grupo de produtores não participantes do PAA.

#### 4.6 SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DOS AGRICULTORES NÃO PARTICIPANTES DO PAA NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR

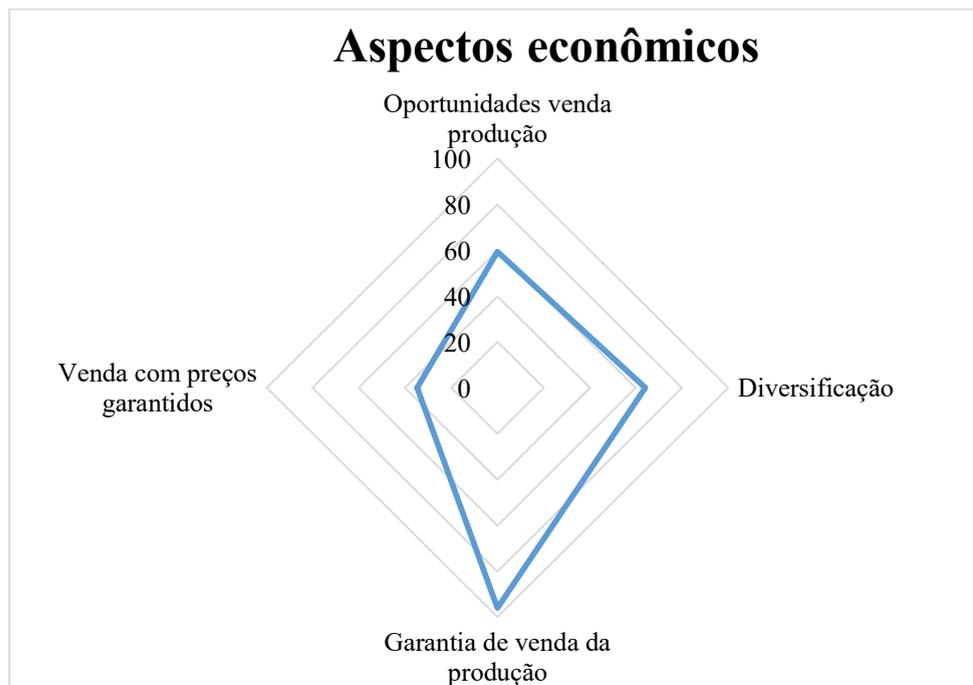
Também foi realizada a análise da sustentabilidade dos agricultores familiares que não participam do PAA, a Figura 21, demonstra o enquadramento dos aspectos sociais.



**Figura 21. Aspectos sociais dos agricultores não participantes do PAA**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

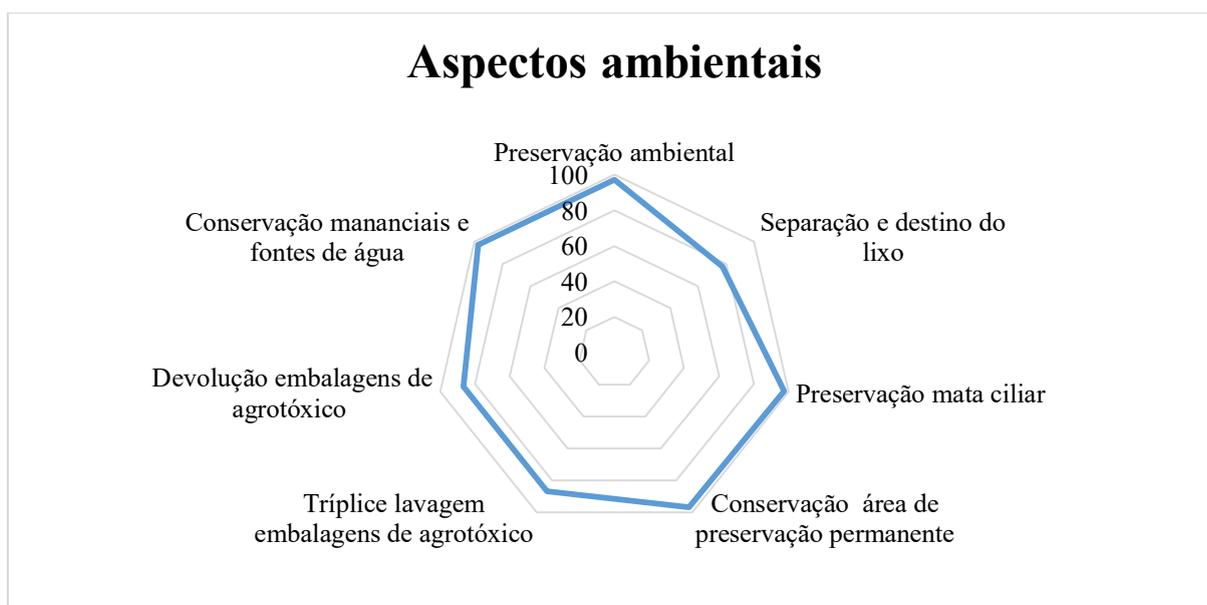
Os dados indicam que as respostas ficaram na escala 61-80 quanto à capacitação e assistência técnica, qualidade de vida e importância de conhecer o destino dos alimentos produzidos. No que tange ao incentivo do governo quanto à permanência do produtor no campo, a escala ficou de 41-60, ficando a média em potencialmente sustentável. A Figura 22 ilustra os aspectos econômicos.



**Figura 22. Aspectos econômicos dos agricultores não participantes do PAA**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As informações evidenciam que a percepção dos agricultores em relação às oportunidades para venda da produção e diversificação está na escala 61-80, já a garantia de venda da produção está na escala 81-100, porém, a venda com preços garantidos ficou em 21-40. O enquadramento geral do aspecto econômico ficou na escala 61-80, sendo potencialmente sustentável. A Figura 23 demonstra os aspectos ambientais.

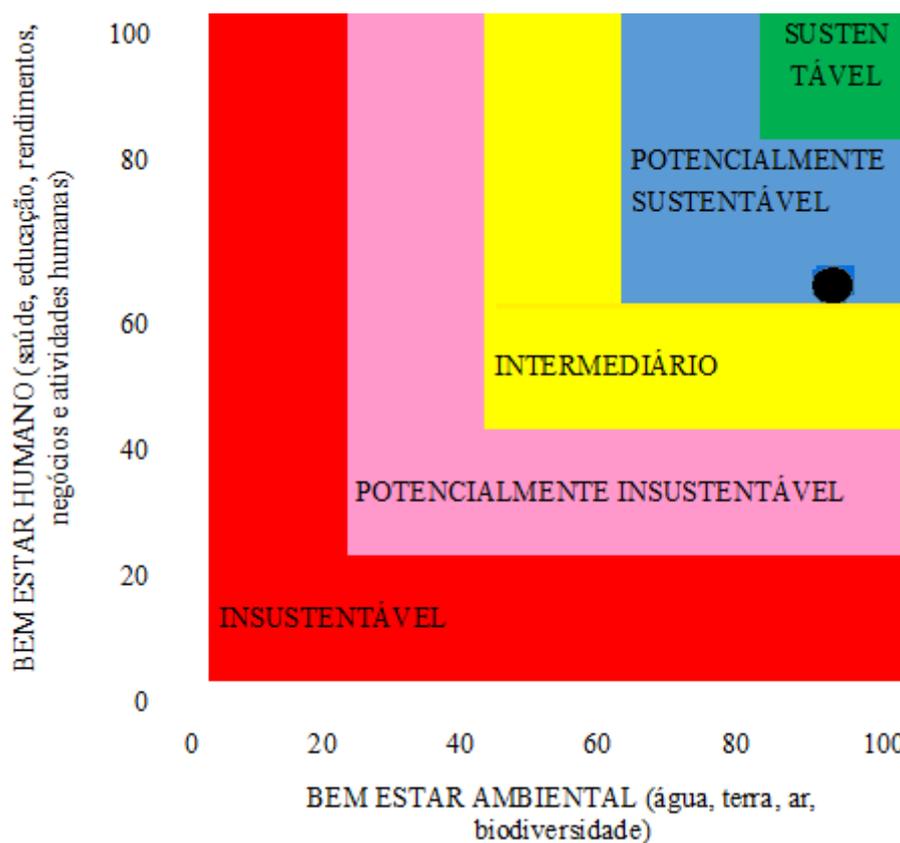


**Figura 23. Aspectos ambientais dos agricultores não participantes do PAA**

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os respondentes estão na escala 81-100 com a preservação ambiental, preservação da mata ciliar, conservação da área de preservação permanente, realização da tríplex lavagem das embalagens de agrotóxico, devolução de tais embalagens e conservação de mananciais e fontes de água, contudo, no que se refere à destinação adequada do lixo, a escala ficou em 61-80. Na avaliação geral deste aspecto, a escala ficou em 81-100, enquadrando-se como sustentável.

Posteriormente à avaliação de cada aspecto, calculou-se a sustentabilidade com base no barômetro, conforme representado na Figura 24.



**Figura 24. Barômetro da sustentabilidade dos agricultores não participantes do PAA**  
 Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Verificou-se que a média dos aspectos sociais e econômicos foi de 64,58, enquanto que a média das respostas das questões ambientais foi 91,33, sendo então a sustentabilidade enquadrada no gráfico como potencialmente sustentável.

Estudo realizado por Silva e Vieira (2016), com a aplicação do *Barômetro da Sustentabilidade* aplicado a assentamentos do leste do Estado do Paraná, também identificou que a dimensão ambiental apresentou um desempenho mais expressivo em relação a outras dimensões. Fato este diagnosticado tanto com os agricultores participantes do PAA, quanto com os não participantes. Ainda na pesquisa de Silva e Vieira (2016) a segunda dimensão melhor ranqueada foi a social, fato este também identificado com os produtores participantes e não participantes do PAA.

Tomando como base o *Barômetro da Sustentabilidade* foi possível identificar que tanto os agricultores participantes do PAA, quanto os agricultores não participantes do PAA ficaram enquadrados na escala potencialmente sustentável, com desempenho semelhante nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Tal constatação pode ser justificada pelo fato de que os agricultores participantes não tem o programa como principal forma de comercialização, sendo este uma oportunidade a mais de venda da produção.

Estudo realizado por Lelis e Hespanhol (2015), que analisou as principais estratégias econômicas utilizadas pelos pequenos proprietários rurais do município de Dracena para permanecer no campo, também identificou que a renda proveniente das políticas públicas não é a principal remuneração, aparecendo em terceiro lugar entre as fontes de renda mais citadas. Na pesquisa, 42,8% dos pequenos proprietários pesquisados informaram participar do PAA, contudo, na região analisada, verificou-se falta de divulgação do programa, tendo em vista que alguns pequenos proprietários pesquisados não sabiam de sua existência e de outras políticas públicas.

Por outro lado, estudo realizado por Hachmann e Rippel (2015) analisou a sustentabilidade e desenvolvimento em uma área de fronteira por meio da aplicação do *Barômetro da Sustentabilidade* no Oeste do Paraná, realizando um comparativo entre os anos 2000 e 2010 com o ano 2000. Foi identificada a situação da sustentabilidade como quase insustentável. Já em 2010 houve um aumento no desempenho do Sistema Humano. Entretanto, houve um recuo no desempenho do Sistema Ambiental, classificando a Mesorregião Oeste do Paraná como Insustentável. Esses resultados procedem de que a avaliação do Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião Oeste do Paraná apontou graves problemas em diferentes indicadores, principalmente nos ambientais.

O tópico 4.7 aborda os custos para o setor público na atuação como garantidor de mercado para a produção da agricultura familiar.

#### 4.7 CUSTOS PARA O SETOR PÚBLICO NA ATUAÇÃO COMO GARANTIDOR DE MERCADO PARA A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PAA executado pelo município de Toledo – PR adquire 55 tipos de produtos, destes 38 são olerícolas, entre os quais 14 tipos podem ser adquiridos tanto na produção convencional quanto na orgânica.

Para verificar os custos do setor público na aquisição de produtos da agricultura familiar foram coletados os valores pagos por produtos similares em processos licitatórios, contudo não foram localizadas licitações para aquisição de produtos orgânicos, além de não terem sido encontradas licitações para compra de acelga convencional, chicória convencional, nabo convencional, pão caseiro integral, pão colonial e rabanete convencional. Assim, foi comparado o valor pago no PAA com o valor pago em licitação de 35 itens.

Cabe mencionar que os valores pagos pelos produtos adquiridos por meio do PAA são baseados nos preços divulgados pela CONAB. Para carnes e panificados os valores são definidos por meio de pesquisa de preços local em mercado atacadista. A Tabela 19 demonstra a relação entre produtos e respectivos preços pagos.

Tabela 19:

**Descrição dos produtos adquiridos e preços pagos por meio do PAA e em licitação**

<b>Produtos</b>	<b>Tipo</b>	<b>Unidade</b>	<b>Valor PAA 2015</b>	<b>Valor licitação</b>	<b>Nº licitação</b>
Abobrinha convencional	Convencional	Kg	1,20	2,99	PP 291-15
Alface convencional	Convencional	Kg	2,30	1,90	PP 279-15
Almeirão convencional	Convencional	Kg	2,90	1,99	PP 279-15
Batata doce	Convencional	Kg	1,30	1,80	PP 279-15
Beterraba convencional	Convencional	Kg	1,05	1,50	PP 279-15
Bolacha caseira	Convencional	Kg	11,74	13,50	PP 291-15
Brócolis convencional	Convencional	Kg	3,00	3,95	PP 279-15
Carne bovina dianteira	Convencional	Kg	8,16	7,84	PP 279-15
Carne bovina traseira	Convencional	Kg	10,36	12,65	PP 279-15
Carne suína	Convencional	Kg	6,50	6,97	PP 279-15
Cebolinha verde convencional	Convencional	Kg	4,35	6,48	PP 279-15
Cenoura convencional	Convencional	Kg	1,40	2,19	PP 279-15
Chuchu convencional	Convencional	Kg	0,90	4,45	PP 291-15
Conserva de vegetais <sup>a</sup>	Convencional	Kg	5,50	17,20	PP 291-15
Couve manteiga convencional	Convencional	Kg	3,64	2,39	PP 291-15
Couve flor convencional	Convencional	Kg	1,00	5,45	PP 291-15
Cuca caseira	Convencional	Kg	7,91	12,50	PP 291-15
Maçã convencional	Convencional	Kg	2,80	3,00	PP 279-15
Macarrão caseiro	Convencional	Kg	8,21	8,58	PP 279-15
Mel de abelha convencional	Convencional	Kg	10,00	16,29	PP 279-15
Milho verde convencional	Convencional	Kg	3,00	8,20	PP 291-15
Pão caseiro sovado	Convencional	Kg	7,02	10,79	PP 291-15
Pepino convencional	Convencional	Kg	1,10	2,99	PP 291-15
Raiz de mandioca congelada sem casca	Convencional	Kg	2,25	2,20	PP 279-15
Repolho convencional	Convencional	Kg	0,80	1,50	PP 279-15
Rúcula convencional <sup>b</sup>	Convencional	Kg	4,00	3,30	PP 291-15
Salsa convencional	Convencional	Kg	6,80	6,48	PP 279-15
Suco de uva integral	Convencional	L	6,60	10,10	PP 289-15
Tomate convencional	Convencional	Kg	1,70	3,40	PP 291-15
Vinagre colonial	Convencional	L	3,30	2,46	PP 279-15

**Nota.** PP – Pregão Presencial. <sup>a</sup>A comparação de preços foi realizada com pepino em conserva. <sup>b</sup>A comparação de preços foi realizada com a unidade de medida maço. Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os valores pagos pelo PAA que foram obtidos dos preços publicados pela CONAB são referentes ao período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Após identificar os valores pagos pelos produtos adquiridos por meio do PAA e por meio de licitação, obteve-se a diferença entre o valor pago no PAA e o valor pago em licitações realizadas pelo município de Toledo – PR, conforme demonstra a Tabela 20.

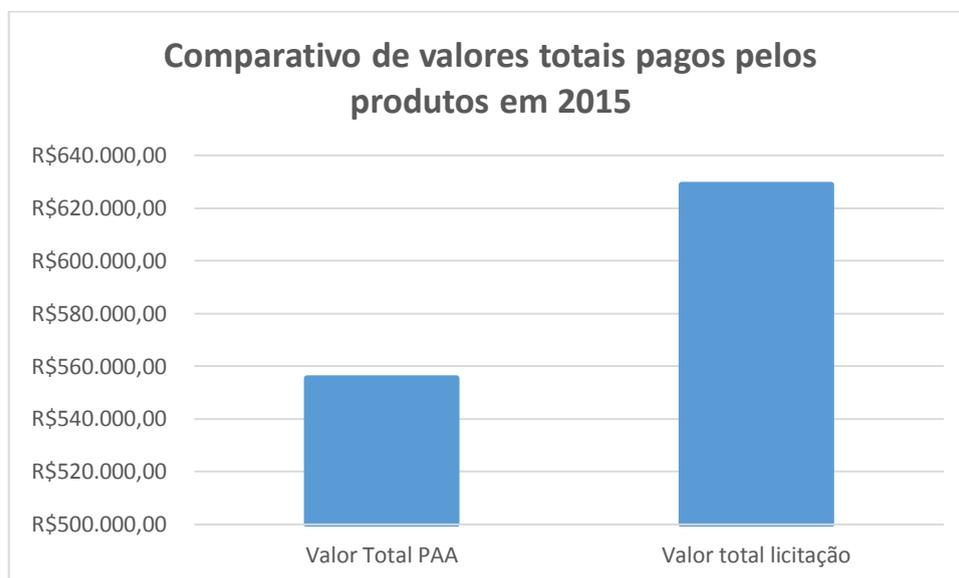
**Tabela 20:**  
**Diferença entre os valores pagos por meio do PAA e os valores pagos em licitação**

<b>Produtos</b>	<b>Qtde adquirida pelo PAA 2015</b>	<b>Valor PAA</b>	<b>Valor Total PAA</b>	<b>Valor licitação</b>	<b>Valor total licitação</b>	<b>Diferença entre o valor pago no PAA e o valor da licitação</b>
Tomate convencional	48	R\$ 1,70	R\$ 81,60	R\$ 3,40	R\$ 163,20	-50%
Conserva de vegetais	36	R\$ 5,50	R\$ 198,00	R\$ 17,20	R\$ 619,20	-68%
Milho verde convencional	81	R\$ 3,00	R\$ 243,00	R\$ 8,20	R\$ 664,20	-63%
Abobrinha convencional	214	R\$ 1,20	R\$ 256,80	R\$ 2,99	R\$ 639,86	-60%
Pepino convencional	414	R\$ 1,10	R\$ 455,40	R\$ 2,99	R\$ 1.237,86	-63%
Couve flor convencional	669	R\$ 1,00	R\$ 669,00	R\$ 5,45	R\$ 3.646,05	-82%
Chuchu convencional	945,5	R\$ 0,90	R\$ 850,95	R\$ 4,45	R\$ 4.207,48	-80%
Brócolis convencional	324,6	R\$ 3,00	R\$ 973,80	R\$ 3,95	R\$ 1.282,17	-24%
Rúcula convencional	258	R\$ 4,00	R\$ 1.032,00	R\$ 3,30	R\$ 851,40	21%
Beterraba convencional	1134,1	R\$ 1,05	R\$ 1.190,81	R\$ 1,50	R\$ 1.701,15	-30%
Mel de abelha convencional	168	R\$ 10,00	R\$ 1.680,00	R\$ 16,29	R\$ 2.736,72	-39%
Cebolinha verde convencional	422,15	R\$ 4,35	R\$ 1.836,35	R\$ 6,48	R\$ 2.735,53	-33%
Vinagre colonial	800	R\$ 3,30	R\$ 2.640,00	R\$ 2,46	R\$ 1.968,00	34%
Cenoura convencional	2028,2	R\$ 1,40	R\$ 2.839,48	R\$ 2,19	R\$ 4.441,76	-36%
Couve manteiga convencional	866,3	R\$ 3,64	R\$ 3.153,33	R\$ 2,39	R\$ 2.070,46	52%
Salsa convencional	494,7	R\$ 6,80	R\$ 3.363,96	R\$ 6,48	R\$ 3.205,66	5%
Repolho convencional	5698,1	R\$ 0,80	R\$ 4.558,48	R\$ 1,50	R\$ 8.547,15	-47%
Maçã convencional	1785	R\$ 2,80	R\$ 4.998,00	R\$ 3,00	R\$ 5.355,00	-7%
Cuca caseira	673	R\$ 7,91	R\$ 5.323,43	R\$ 12,50	R\$ 8.412,50	-37%
Batata doce	6024,7	R\$ 1,30	R\$ 7.832,11	R\$ 1,80	R\$ 10.844,46	-28%
Almeirão convencional	3013,7	R\$ 2,90	R\$ 8.739,73	R\$ 1,99	R\$ 5.997,26	46%
Suco de uva integral	1384	R\$ 6,60	R\$ 9.134,40	R\$ 10,10	R\$ 13.978,40	-35%
Bolacha caseira	920	R\$ 11,74	R\$ 10.800,80	R\$ 13,50	R\$ 12.420,00	-13%
Alface convencional	4793,8	R\$ 2,30	R\$ 11.025,74	R\$ 1,90	R\$ 9.108,22	21%
Pão caseiro sovado	1604	R\$ 7,02	R\$ 11.260,08	R\$ 10,79	R\$ 17.307,16	-35%
Raiz de mandioca congelada sem casca	5079,8	R\$ 2,25	R\$ 11.429,55	R\$ 2,20	R\$ 11.175,56	2%
Macarrão caseiro	2202	R\$ 8,21	R\$ 18.078,42	R\$ 8,58	R\$ 18.893,16	-4%
Carne suína	8911	R\$ 6,50	R\$ 57.921,50	R\$ 6,97	R\$ 62.109,67	-7%
Carne bovina dianteira	20135	R\$ 8,16	R\$ 164.301,60	R\$ 7,84	R\$ 157.858,40	4%
Carne bovina traseira	20135	R\$ 10,36	R\$ 208.598,60	R\$ 12,65	R\$ 254.707,75	-18%
<b>Total</b>			<b>R\$ 555.466,92</b>		<b>R\$ 628.885,38</b>	<b>26% média</b>

**Nota.** Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ao realizar a comparação entre valores identificamos que na média total os valores pagos pelos produtos por meio do PAA são 26% mais baratos do que os valores pagos pelos

alimentos adquiridos por meio de licitação. A Figura 25 ilustra o comparativo de valores totais pagos pelos produtos adquiridos pelo PAA em 2015.



**Figura 25. Comparativo de valores totais pagos pelos produtos adquiridos pelo PAA em 2015**  
 Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os valores totais indicam diferença de R\$73.418,46 entre os itens em comum adquiridos pelo PAA e em licitações. Ressalta-se que as quantidades utilizadas para comparação são aquelas adquiridas pelo PAA no ano de 2015.

De acordo com Tenório (2011) os subsídios concedidos aos agricultores podem ser divididos em subsídios nos quais os custos são arcados pelos consumidores, e os que são bancados pelo Tesouro, utilizando recursos dos contribuintes. No subsídio pago pelo contribuinte há um gasto do governo com o agricultor por meio de políticas dirigidas, como é o caso da política agrícola para agricultores comerciais e familiares no Brasil. Considerando todos os tipos de subsídios concedidos aos agricultores, um estabelecimento rural brasileiro recebe US\$1,1 mil por ano, o que corresponde a 6% no Brasil, calculando o total de subsídios em relação à riqueza do setor (valor da produção).

Estudo realizado por Veiga, Silva, Rosa, Conceição e Andrade (2014), que analisou a participação dos agricultores familiares no PAA, constatou que as cotações praticadas pelo PAA são inferiores aos preços praticados pelo mercado, com diferenças em média de 27% a 31%. Tais percentuais corroboram os valores identificados nesta pesquisa, nos quais os preços praticados em licitações também são superiores àqueles praticados pelo PAA.

Assim sendo, verifica-se que na média total os valores pagos pelos produtos por meio do PAA são 26% mais baixos do que os valores pagos pelos alimentos adquiridos por meio de licitação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida para avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fator de promoção da sustentabilidade da agricultura familiar, por meio dos agricultores participantes do programa gerenciado pelo município de Toledo – PR.

Para atingir o objetivo geral foram traçados objetivos específicos. O primeiro consistiu em **avaliar a importância da atuação do setor público como garantia de mercado para a sustentabilidade da agricultura familiar, por meio da atividade agrícola dos participantes do PAA**. Após análise dos dados identificou-se que para os participantes do PAA a faixa de lucro da propriedade não está relacionada ao maior número de pessoas trabalhando na propriedade, pois mesmo na faixa de renda mais alta, a predominância é de três pessoas trabalhando. Já os participantes do PAA que possuem menor renda não são participantes, em sua maioria, do PRONAF.

Ressalta-se que a participação dos agricultores de Toledo no PAA se configura, na maioria dos casos, para venda do excedente da produção, sendo que as vendas para o PAA não se constituem como principal fonte de renda para os agricultores, com poucas exceções, como de produtores de hortaliças. Assim sendo, identificou-se que a participação dos agricultores pesquisados no PAA proporciona aos mesmos uma possibilidade a mais de venda da produção, mas isso não é fator essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar dos participantes do programa.

O segundo objetivo fundamentou-se em **detectar a percepção dos agricultores quanto ao acesso e permanência no programa PAA**. Em síntese, com relação a este tópico destaca-se que para a maioria dos entrevistados não há dificuldade para acesso e permanência no programa. Ressalta-se o alto percentual de respondentes que informou que já houve atraso de pagamento dos produtos entregues. Tendo em vista a forma de operacionalização do programa, em que os gestores realizam a programação de entrega de acordo com a disponibilidade dos agricultores, verificou-se que para os produtores não há dificuldades quanto a atender o prazo de entrega, qualidade dos produtos e transporte. Outra questão que ficou evidenciada foi a percepção quanto ao preço pago pelos produtos, que para a maioria dos produtores não é satisfatório.

Outro objetivo pautou-se em **identificar e avaliar os benefícios para a agricultura familiar com a adesão ao programa PAA a partir de um modelo de análise de sustentabilidade econômica, social e ambiental**. Com a análise da sustentabilidade utilizando

o *Barômetro*, identificou-se que nos aspectos sociais e ambientais foi atingida a escala potencialmente sustentável, já no aspecto ambiental, a escala alcançada foi sustentável, enquadrando-se como potencialmente sustentável, contudo, a posição da sustentabilidade não está diretamente relacionada com a participação dos agricultores no PAA.

Quanto ao objetivo **comparar os benefícios obtidos pelos participantes do PAA com uma amostra de agricultores familiares não participante do programa, tendo em vista a sustentabilidade**, verificou-se que de maneira geral, no que se refere à caracterização dos dois grupos de produtores, não existem grandes diferenças. No que concerne às questões econômicas, ressalta-se que para os agricultores participantes do PAA não há garantia de preços na venda da produção, apesar de haver garantia de preços para os produtos por eles entregues, sendo que os não participantes do PAA também avaliam não haver garantia de preços para a venda da produção. Quanto ao aspecto ambiental, ambos os grupos demonstraram ter grande preocupação com as questões ambientais. Nos aspectos sociais tanto os agricultores participantes do PAA quanto os não participantes informaram ter uma boa qualidade de vida, concluindo-se que, nos três aspectos, não há diferença significativa entre os grupos pesquisados.

Apesar do PAA proporcionar uma garantia de preços a serem pagos pelos produtos, como o valor pago fica em vigência pelo período de um ano, ele acaba sendo defasado em função das oscilações de mercado e custo de produção, desestimulando muitas vezes a venda dos produtos para o programa. Tal situação foi identificada especialmente no caso dos produtores de hortifruti.

No que diz respeito ao *Barômetro da Sustentabilidade* foi possível identificar que tanto os agricultores participantes do PAA, quanto os não participantes ficaram enquadrados na escala potencialmente sustentável, com desempenho semelhante nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Tal constatação pode ser justificada pelo fato de que os agricultores participantes não tem o programa como principal forma de comercialização, sendo este uma oportunidade a mais de venda da produção.

O último objetivo específico consistiu em **verificar os custos para o setor público na atuação como garantidor de mercado para a produção da agricultura familiar**. Ao realizar a comparação de valores identificamos que na média total os valores pagos pelos produtos por meio do PAA são 26% mais baixos do que os valores pagos pelos alimentos adquiridos por meio de licitação. Diante destes dados identificou-se que o custo para o setor público ao comprar produtos da agricultura familiar é inferior ao de comprar produtos por meio de licitação, não havendo subsídio.

Diante do exposto, e tendo em vista que esta dissertação foi desenvolvida para responder a pergunta de pesquisa: **a garantia de mercado proporcionada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) diferencia as condições de sustentabilidade dos participantes do programa em face à agricultura familiar que não participa do PAA**, conclui-se que a participação dos agricultores no programa de aquisição de alimentos gerenciado pelo município de Toledo – PR não diferencia as condições de sustentabilidade dos agricultores em comparação com os produtores não participantes do programa, pois tanto os resultados da caracterização dos agricultores, quanto o enquadramento no *Barômetro da Sustentabilidade* foram semelhantes para ambos os grupos. Tal constatação pode ser atribuída ao fato de que os agricultores participantes do PAA não têm o programa como principal forma de comercialização da produção e renda. Neste sentido, identifica-se que o programa é sustentável, pois não depende de subsídio do governo, atendendo assim a um dos objetivos do programa que é o fomento à produção agrícola com sustentabilidade.

Assim sendo, o programa de aquisição de alimentos gerenciado pelo município de Toledo - PR contribui enquanto política pública para promover acesso à alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ao realizar doações para entidades beneficentes e ao utilizar os produtos adquiridos nos restaurantes populares. Além disso, o programa também incentiva a agricultura familiar na comercialização de alimentos, contudo, o valor anual disponível para cada DAP é um valor que fica aquém da demanda da agricultura familiar que participa do programa, sendo necessária uma revisão destes valores para que o PAA possa ser adotado pelos agricultores como principal fonte de comercialização dos produtos e de renda.

Como limitações deste estudo pode-se citar a comparação do número de produtores não participantes do PAA, que foi definido por conveniência, sendo um número inferior ao total de produtores entrevistados participantes do programa. Apesar do número de pesquisados participantes do programa ser superior ao número de não participantes do programa, realizou-se a comparação entre eles apenas para enriquecer o trabalho, já que não era o objetivo do estudo.

Sugere-se para trabalhos futuros a aplicação do *Barômetro da Sustentabilidade* com agricultores familiares de outros municípios para identificar a sustentabilidade da agricultura familiar. Também são sugeridos estudos sobre a agricultura orgânica realizada no município e na região e quais os incentivos necessários para sua sustentabilidade, além de estudos para verificar a adesão de órgãos públicos na compra de produtos da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

Abramovay, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. (2a ed.). Campinas (SP): Editora Hucitec/Editora da UNICAMP, 1998.

AEN – Agência Estadual de Notícias. (2016). *Seca e geadas prejudicam produção de milho* setembro, 2016 de <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=89695>

AIAF - 2014 Ano internacional da agricultura familiar camponesa e indígena. (2014). *Agricultura familiar*. Recuperado em 29 agosto, 2014, de <http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar>.

Almeida, Luiz M. M. C., Ferrante, Vera L. S. B., Paulillo, Luiz F., & Bergamasco, Sônia M. P. (2009). Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17(2), p. 422-458.

Alvarenga, Auwdréia. P., Botelho, Soraya. A., & Pereira, Israel. M. (2006). Avaliação da regeneração natural na recomposição de matas ciliares em nascentes na região sul de Minas Gerais. *Cerne*, 12(4), 360-372.

Alves, Venícios O., Vieira, Naldecir S., Silva, Telma. C., & Ferreira, Pallima. R. (2011, janeiro/março). O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao programa de aquisição de alimentos (PAA). *Administração Pública e Gestão Social*, 3(1), p. 66-88.

Araújo, Richard M. (2012). *Programa de aquisição de alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

BCB - Banco Central do Brasil. (2015). *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>

British Broadcasting Corporation Brasil. (2015, dezembro). *Conferência do clima termina com acordo histórico contra aquecimento global*. Recuperado em 09 fevereiro, 2016, de [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212\\_acordo\\_paris\\_tg\\_rb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb)

Carneiro, Leandro M., Panhoca, Luiz, Sampaio, Carlos A. C., & Pacheco, Vicente. (2014). Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 10(4), p. 3-25.

Carvalho, Maria A. de. (2001, janeiro/março). Políticas Públicas e competitividade da agricultura. *Revista de economia política*, 21(1), p. 117-140.

Casa Civil Paraná. (2014). Valor Bruto da Produção Agropecuária foi de R\$ 70,6 bilhões em 2014. *Agricultura*. Recuperado em 06 dezembro, 2015, de <http://www.casacivil.pr.gov.br/2015/06/84670,10/Valor-Bruto-da-Producao-Agropecuaria-foi-de-R-706-bilhoes-em-2014.html>

Cervo, Amado L., Bervian, Pedro A., & Silva, Roberto A. (2007) *Metodologia Científica*. (6a ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Chadad, Fabio R., Jank, Marcos S. & Nakahodo, Sidney N. (2006, novembro/dezembro). Repensando as políticas agrícola e agrária do Brasil. *Revista Digesto Econômico*, p. 1-43.

Chmielewska, Danuta, Souza, Darana, & Lourete, Acácio A. (2010). *O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe*. Texto para discussão, IPEA.

Cirino, Jader F., Sant'Ana e Castro, Thiago T., Gomide, Camila S., Silva, Édson. A., & Silva, Tamiris C. R. (2014, outubro/dezembro). Gerenciamento de projetos vinculados ao programa de aquisição de alimentos—doação simultânea em Minas Gerais. *REGE Revista de Gestão*, 21(4), 451-490.

Coelho, Carlos Nayro. (2001, julho/agosto). 70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). *Revista de Política Agrícola*. 10(3), p. 3-58.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. (2003). *Programa de aquisição de alimentos – PAA – Ações da Conab em 2003*. Recuperado em 12 dezembro, 2015, de: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_07\\_23\\_11\\_43\\_47\\_sumario\\_paa\\_2003.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_07_23_11_43_47_sumario_paa_2003.pdf)

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. (2014). *Agricultura Familiar*. Recuperado em 26 agosto, 2014, de: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>

Copetti, Lúcia D. (2008). *Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso do Pronaf-Crédito no município de Alegria-RS*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Coradin, C., & Souza, R. S. D. (2015). Os quilombolas e o Programa de aquisição de alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *Revista NERA*, 18(26), p. 122-146.

Corrar, Luiz J., Paulo, Edilson, & Dias Filho, José M. (2012). *Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas.

DÁvila, Claudia. A. R., & Silva, Sandro. P. (2011, julho/setembro). Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. *Revista de Políticas Públicas*, 15(2), p. 335-346. Recuperado em 07 dezembro, 2015, de <http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/>

DERAL – Departamento de Economia Rural. (2014). *Valor Bruto da Produção Agrícola Paranaense em 2014*. Recuperado em 13 abril, 2016, de: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/AnaliseVBP2014Resumida.pdf>

Dias, Thiago F., & Rocha, Leonardo A. (2015, janeiro/março). O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte – 2005 a 2011. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(1), p. 16-25.

Dias, Thiago F., Nunes, Emanuel M., Torres, Fátima L., & Torres, Antônio C. M. (2013, setembro/dezembro). Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 9(3), p. 100-129.

Doretto, Moacyr, & Michellon, Ednaldo. (2007). Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. *Sociedade e desenvolvimento rural*, 1(1), 107-138.

El Tugoz, Jamila, Leismann, Edison L., & Brandalise, Loreni T. (2015, setembro). O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. *Anais do Congresso Internacional de Administração*, Ponta Grossa, PR, Brasil.

Elkington, John. (1999). *Cannibals with forks*. Canada: New Society.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2014). *2014 - Ano Internacional da Agricultura Familiar*, Brasília: Embrapa. Recuperado em 26 agosto, 2014, de <https://www.embrapa.br/2014-ano-internacional-da-agricultura-familiar>

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2015). *The State of Food and Agriculture: Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty*. Rome. Recuperado 03 dezembro, 2015, de <http://www.fao.org/3/a-i4910e.pdf>

Favro, Jackeline, Caldarelli, Carlos E., & Caravieri, Ana M. M. (2015). A política de garantia de preço mínimo antes e após o plano real. *Economia & Região*, 2(1), 65-79.

Ferreira, Julia M., Borsatto, Ricardo S., Gomes, Rafaela R. S., Meira, Bruna C., & Bergamasco, Sonia M. P. P. (2014, janeiro/fevereiro). Programa de aquisição de alimentos (paa) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. *Revista Informações Econômicas*, 44(1), p. 55-62. Recuperado em 04 dezembro, 2015, de <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2014/tec5-0214.pdf>

FLO - Fair Trade Labelling Organization International. (2006, agosto). *Comércio Justo Módulo 1: O que é Comércio Justo: uma introdução à Certificação do Comércio Justo*. Bonn, Alemanha.

França, Caio G., Del Grossi, Mauro E., & Marques, Vicente P. M. A. (2009). *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA.

Froehlich, Cristiane. (2014, setembro). Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. *Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle*, 3(2).

Fuscaldi, Kelliane C. (2010, julho). Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola. *Anais do Congresso sociedade brasileira de economia administração e sociedade rural*, Campo Grande. MS, Brasil, 48. Recuperado em 03 setembro, 2015, de <http://www.sober.org.br/palestra/15/139.pdf>

Garrido, Hellen C. C. (2015). Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no programa de aquisição de alimentos (paa): considerações sobre o caso colombiano. *Revista NERA*, 18(26), 51-69.

Gasques, José G., Vieira Filho, José E. R., & Navarro, Zander. (2010). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea.

- Ghizelini, André A. M. (2010). *Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Gil, Antonio C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, Antonio C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Godoy, Arilda S. (1995a, maio/junho). Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), p. 20-29.
- Godoy, Arilda S. (1995b, março/abril). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), p. 57-63.
- Grisa, Catia, & Schneider, Sergio. (2014, fevereiro). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), p. 125-146. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>
- Grisa, Catia, Schmitt, Claudia J., Mattei, Lauro F., Maluf, Renato S., & Leite, Sergio P. (2011, setembro). Contribuições do programa de aquisição de alimentos à segurança alimentar e nutricional à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, 8(3), p. 34-41. Recuperado em 03 dezembro, 2015, de <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>
- Grisa, Catia. (2010, maio/agosto). As redes e as instituições do programa de aquisição de alimentos (PAA). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 6(2), p. 97-129.
- Grisa, Catia. (2012). *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Guanziroli, Carlos. E., & Cardim, Silvia. E. C. S. (2000). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>
- Guilhoto, J. J., Silveira, F. G., Ichihara, S. M., & Azzoni, C. R. (2006). A importância do agronegócio familiar no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, 44(3), p. 355-382. Recuperado em 05 dezembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a02v44n3.pdf>
- Hespanhol, Rosângela A. de M. (2013, setembro/dezembro). Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança para a agricultura familiar. *Revista Sociedade e Natureza*, 25(3), p. 469-483. Recuperado em 07 dezembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). *Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2013). *Sistema nacional de cadastro rural: índices básicos de 2013*. Recuperado em 08 fevereiro, 2016, de <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf)>.

Junqueira, Clarissa P., & Lima, Jandir F. (2008, julho/dezembro). Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Revista Semina*, 29(2), p. 159-176.

Kepple, Anne W. (2014). O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. *Relatório*, FAO, Brasília.

Krama, Márcia R. (2009). *Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Kronemberger, Denise M. P., Clevelario Junior, Judicael, Nascimento, José A. S., Collares, José E. R., & Silva, Luiz D. (2008, junho). Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. *Sociedade & Natureza*, 20(1), p. 25-50.

Landau, Elena C., Cruz, Roberta K., Hirsch, André, Pimenta, Fernando M., & Guimarães, Daniel P. (2012). *Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo.

Leal, Sidney C. T. (2015). O programa de aquisição de alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema. *Revista NERA*, 18(26), p. 147-164.

*Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003* (2003). Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília. 2003. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)

*Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006* (2006). Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Recuperado em 06 dezembro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm)

*Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009* (2009). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Recuperado em 12 janeiro, 2016, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)

Lelis, Leandro. R. M., & Hespanhol, Rosângela. A. M. (2015). Estratégias para a permanência no campo: um estudo sobre os pequenos proprietários rurais de Dracena (SP). *Geografia em Atos (Online)*, 14(1), p. 32-47.

Lopes, Brenner, Amaral, Jefferson N., & Caldas, Ricardo W. (2008). Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG.

Lorenzetti, Dagoberto H., Cruz, Ricardo M., Ricioli, Simone. (2008). Estratégia empresarial e sustentabilidade: um modelo integrador. *Revista da Pós-Graduação: Administração*, 2 (3), p. 36-57.

Lourenço, Maria. S. M., & de Oliveira Cabral, José. E. (2016, janeiro/março). Apicultura e sustentabilidade: visão dos apicultores de sobral (CE). *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 9(1), p. 93-115.

Low-Beer, Jacqueline. (2002, janeiro/junho). O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997). *Revista espaço e geografia*, 5(2), p. 65-100.

Mariani, Cleide M., & Henkes, Jairo A. (2014, outubro/março 2015). Agricultura orgânica x agricultura convencional soluções para minimizar o uso de insumos industrializados. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 3(2), 315-338.

Massarollo, Mariana B., & Baço, Fernanda M. B. (2013, outubro). Análise do programa de aquisição de alimentos no Paraná como política pública de desenvolvimento. *Anais do Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas*, Francisco Beltrão, PR, Brasil, 2.

Mattei, Lauro. (2007). Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. *Cadernos do CEAM (UnB)*, 7, p. 33-44. Recuperado em 18 agosto, 2014 de <http://www.inagrodof.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/20/22>>

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2013). *Programa de Aquisição de Alimentos – 10 anos*. Recuperado em 12 dezembro, 2015 de <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/CartilhaPAA10anos.pdf>

MDS - Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2015). *Saiba como ter a DAP: documento que dá acesso às políticas públicas para agricultores familiares de todo o Brasil*. Recuperado em 14 março, 2016 de <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-ter-dap-documento-que-d%C3%A1-acesso-%C3%A0s-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-agricultores>

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. *Ascom*. Recuperado em 03 setembro, 2015, de [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/CARTILHA\\_PAA\\_FIN\\_AL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FIN_AL.pdf)

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Compra institucional*. Recuperado em 12 dezembro, 2015 de <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional>

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2015). *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*. Recuperado em 01 novembro, 2015 de < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

Mello, Geni C. F. C., & Figueiredo, Adriano M. R. (2012, junho). O programa de aquisição de alimentos (PAA) em Cuiabá-MT na ótica da Nova Economia Institucional. *Novos Cadernos NAEA*, 15(1), p. 131-159.

Mendonça, Leticia. (2008, abril/junho). Transformando burocracias para financiar os mais pobres: a evolução do Pronaf crédito grupo B. *Revista do Serviço Público*, 59(2), p. 187-220. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35733/transformando-burocracias-para-financiar-os-mais-pobres--a-evolucao-do-pronaf-credito-grupo-b>

Meneghetti, Marcelo R., Fariña, Luciana O., Bertolini, Geysler R. F., & Brandalise, Loreni T. (2015). A realidade do potencial da agricultura familiar no Brasil. In L. Brandalise & G. R. F. Bertolini (Orgs.). *Gestão das unidades artesanais: uma tecnologia social para capacitação de empreendedores da agricultura familiar*. Cascavel, PR: Edunioeste.

Mera, Claudia M. P. de. (2011). *A população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Miele, Marcelo, Waquil, Paulo D. (2007, outubro/dezembro). Estrutura e dinâmica dos contratos na suinocultura de Santo Catarina: um estudo de casos múltiplos. *Est. Econ.*, 37(4), p. 817-847.

Mueller, Charles C. (2010, julho). A política agrícola no Brasil: uma visão a longo prazo. *Revista de Política Agrícola*, 19, ed. especial, p. 9-23.

Müller, Ana L., Silva, Marcelo K., & Schneider, Sergio. (2012). A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20(1), p. 106-138.

Oliveira, Alba B., Tinôco, Dinah S., Alloufa, Jomária M. L., & Araújo, Richard M. (2010, janeiro/junho). Uma análise do processo gestonário do programa de aquisição de alimentos (PAA): o caso Rio Grande do Norte. *Revista Políticas Públicas*, 14(1), P. 157-171.

Oliveira, Ana L. A., & Bergamasco, Sônia M. P. P. (2014, janeiro/julho). Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, Brasil. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(1), 925-935.

ONU - Organização das Nações Unidas no Brasil. (2014). *A ONU e o meio ambiente*. Recuperado em 12 janeiro, 2016 de <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>

Pawlowski, Artur. (2008). How many dimensions does sustainable development have? *Sustainable Development*, 16, p. 81-90.

Peixoto, Ângela M. M., & Oliveira, Adriano. R. (2015). A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. *Revista NERA*, 18(26), p. 70-91.

Pereira, Mara B. G., & Lourenzani, Ana E. B. S. (2014). Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã-SP. *Ciência e Natura*, 36(2), p. 230-240.

- Plein, Clério, & Filippi, Eduardo E. (2012, janeiro/junho). O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (paa): geração de renda e segurança alimentar. *Revista Faz Ciência*, 14(19), p. 63-86. Recuperado em 05 dezembro, 2015, de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8027/8029>
- Ploeg, Jan D. V. D. (2014, fevereiro). Dez qualidades da agricultura familiar. *Agriculturas: experiências em agroecologia*, 1, p. 3-14.
- Pope, Jenny, Annandale, David, Morrison-Saunders, Angus. (2004). Conceptualising sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*. 24(6), p.595–616.
- Prescott-Allen, Robert. (2001). *The wellbeing of nations: a contry-by-country index of life and the environment*. Canada: Island Press.
- Quast, José R. S. (2012, março). Um breve ensaio da política pública brasileira: suas heranças e seus desdobramentos. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Recuperado em 27 agosto, 2014, de <http://www.eumed.net/rev/ccss/19/jrsq.html>
- Ribeiro, Dinalva D., & Dias, Mariza S. (2013, janeiro/abril). Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. *Revista Mercator*, 12(27), p. 81-91.
- Rocha, Elizabete N. (2015). *Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) – modalidade compra com doação simultânea: o caso do assentamento estrela da ilha, em Ilha Solteira-SP*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Ilha Solteira, SP, Brasil.
- Romaniello, Marcelo M., & Assis, Thiago R. P. (2015). *Extensão rural e sustentabilidade: guia de estudos*. Lavras: UFLA. Recuperado em 08 dezembro, 2015, de <http://www.cead.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Extens%C3%A3o-rural-E-sustentabilidade.pdf>
- Rua, Maria das Graças. (2009). *Políticas Públicas*. Brasília: CAPES: UAB.
- Sachs, Ignacy. (1986). *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.
- Sachs, Ignacy. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo.
- Sader, Emir. (2013). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.
- SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. (2015). *Dados 2014*. Recuperado em 06 novembro, 2015, de [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)
- SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. (2016). *PAA Data*. Brasília, 2016. Recuperado em 10 setembro, 2016, de [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)
- Santos, Jaqueline G., & Cândido, Gesinaldo A. (2014, maio/agosto). Sustentabilidade e participação social cooperativa de agricultores familiares no agreste da Paraíba. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 4(2), p. 47-63.

Schaffer, Wigold B., Rosa, Marcos R., Aquino Luiz C. S., & Medeiros, João D. (2011). Áreas de preservação permanente e unidades de conservação x áreas de risco: o que uma coisa tem a ver com a outra? *Série Biodiversidade 41*; Brasília: MMA.

SEED - Secretaria de Estado de Educação. (2015). *Compra de agricultura familiar é referência nacional*. Recuperado em 14 março, 2015 de <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5837>

Silva, Ana P. F. D., & Sousa, Anete A. D. (2013, novembro/dezembro). Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. *Rev. nutr*, 26(6), 701-714.

Silva, Henrique M., Bonifácio, Felipe, & Iceri, Vanessa K. (2015). A pequena agricultura familiar ante a preservação ambiental e as pressões de mercado: alguns apontamentos sobre o projeto Consad-Entre Rios em municípios do noroeste paranaense. *Revista Mirante*, 8(3), p. 118-129.

Silva, José G., Del Grossi, Mauro E., França, Caio G. (2010). *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA.

Silva, José R., & Batista, Cássio W. B. (2011). Juventude rural e agricultura familiar: os determinantes da escolha profissional e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores no município de São Sebastião-AL. *EDUCTE: Revista Científica do Instituto Federal de Alagoas*, 1(2), p. 78-90.

Silva, Tamiris C. R., Gava, Rodrigo, Cirino, Jader F., & Silva, Edson A. (2012, outubro/dezembro). Entre o potencial de transformação local e os entraves do programa de aquisição de alimentos na cidade de Viçosa-MG. *Administração Pública e Gestão Social*, 4(4), p. 399-419.

Silva, Veríssimo C. S., & Vieira, Ima C. G. (2016, abril) Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 36, p. 201-221.

Soares, Pammela, Martinelli, Suellen S., Melgarejo, Leonardo., & Cavalli, Suzi B. (2013). Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do programa de aquisição de alimentos. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, 20(6), p. 1891-1900.

Souza-Esquerdo, Vanilde F., & Bergamasco, Sonia M. P. P. (2014, fevereiro). Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 205-222. Recuperado em 11 dezembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a11v52s1.pdf>

Spangenberg, Joachim, & Bonniot, Odile.(1998, fevereiro). Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability. *Wuppertal Paper*, 81.

Stefanelo, Eugênio L. (2005). *A Política de Garantia de Preços Mínimos no Brasil: Classificação e Operacionalização dos seus Instrumentos no Período 1990-2004*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Strassburg, Udo, Oliveira, Nilton M., Barchet, Isabela, Dal Pai, Camili, Ilha, Paulo. C. S., & Shikida, Pery. F. A. (2015). Produção rural e segurança alimentar no Brasil. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 3(1), p. 55-81.

Tanaca, Eline K. T., Souza Filho, Hildo M., & Ganga, Gilberto M. D. (2014). Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos–SP. *Revista Gestão e Produção*, 21(4), p. 781-792.

Teixeira, Ana C. C., Serafim, Lizandra, Moraes, Mateus B. (2006, dezembro). Política pública como garantia de direitos. *Revista repente*, 26, p. 1-4.

Teixeira, Carine A., & Norder, Luiz A. C. (2015). A participação indígena no programa de aquisição de alimentos (PAA). *Revista NERA*, 18(26), p. 110-121.

Teixeira, Sandro S., Machado, Antônio L., Reis, Angelo V., & Oldoni, André. (2009, janeiro/março). Caracterização da produção agroecológica do sul do Rio Grande do Sul e sua relação com a mecanização agrícola. *Eng. Agric.*, 29(1), p. 162-171.

Tenório, Roberto. (2011). Agricultura - do subsídio à política agrícola. *Ipea - Desafios do Desenvolvimento*, 8(68), p. 36-43.

Triches, Rozane. M., & Grisa, Catia. (2015). Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. *Revista NERA*, 18(26), p. 10-27.

Veiga, Wilson G. Jr., Silva, Tarcísio, F. C., Rosa, Enio P., Conceição, David B., & Andrade, Thiago R. M. (2014). *Participação dos agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*. [Ceasa Minas: Informações de Mercado - Artigo]. Recuperado em 11 setembro, 2016 de

[http://www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/Artigo\\_Final\\_Cedeplar-Participacao%20Agricultores\\_Familiares\\_no\\_PAA.pdf](http://www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/Artigo_Final_Cedeplar-Participacao%20Agricultores_Familiares_no_PAA.pdf)

Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (2a ed.). Porto: Alegre: Bookman.

Zanini, Elaine O., & Schneider, Miriam B. (2015, julho/dezembro). Restaurantes populares em Toledo: um programa de desenvolvimento. *Econ. e Desenv.*, 27(2), p. 243-256.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM AGRICULTORES

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA com agricultores participantes e não participantes do PAA

Prezado Agricultor, este questionário faz parte de um trabalho de pesquisa para o Mestrado da aluna Karine Daniele Byhain de Souza, que procura identificar a percepção dos agricultores quanto a sustentabilidade da agricultura familiar em Toledo/PR. Sua participação será de grande importância para a realização desta pesquisa. Todos os dados serão confidenciais. Os agricultores participantes do PAA deverão responder todas as perguntas. Os agricultores não participantes do PAA devem responder as questões de "a" a "z". Contato: (45) 9918-2656, e-mail: [karine\\_dbs@gmail.com](mailto:karine_dbs@gmail.com). Agradeço antecipadamente a sua importante colaboração!

#### CONJUNTO 01 - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO E DA ATIVIDADE DA PROPRIEDADE

- A. Gênero:** 1 - ( ) Masculino; 2 - ( ) Feminino
- B. Idade:** 1 - ( ) até 25 anos; 2 - ( ) 26 a 36 anos; 3 - ( ) 37 a 50 anos; 4 - ( ) 51 a 65 anos; 5 - ( ) mais que 66 anos
- C. Contando contigo e os membros de sua família, quantas pessoas trabalham na propriedade?**  
1 - ( ) Até 3 pessoas; 2 - ( ) De 4 a 7 pessoas; 3 - ( ) De 8 a 15 pessoas; 4 - ( ) Mais de 15 pessoas.
- D. Qual a faixa de lucro mensal da propriedade (receita menos custos) em R\$?** 1 - ( ) Até 1.500; 2 - ( ) De 1.501 a 3.000; 3 - ( ) De 3.001 a 5.000; 4 - ( ) De 5.001 a 10.000; 5 - ( ) Acima de 10.000.
- E. Qual a principal atividade realizada na propriedade?**  
1 - ( ) Produção de grãos (milho, soja, trigo, feijão, outro); 2 - ( ) Pecuária leiteira; 3 - ( ) Pecuária de corte; 4 - ( ) Produção de hortaliças; 5 - ( ) Produção agroecológica e orgânica; 6 - ( ) Outro. Qual?
- F. Qual a principal forma de comercialização da produção?**  
1 - ( ) Comercialização para o PAA; 2 - ( ) Comercialização em feiras; 3 - ( ) Comercialização em supermercados; 4 - ( ) Comercialização em cooperativas; 5 - ( ) Outros;
- G. É usuário do PRONAF?** 1 ( ) Sim; 2 ( ) Não;
- H. O PRONAF atende às necessidades do agricultor?** 1 ( ) Sim; 2 ( ) Não;
- I. Qual o percentual das necessidades de financiamento que são supridas pelo PRONAF (ex.: precisa financiar 10.000,00, quanto consegue financiar com o PRONAF em %)?**

#### CONJUNTO 02 - ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Aspectos sociais						
J.	Como é a capacitação e assistência técnica realizada pela Emater, Cooperativa, Sindicato, Prefeitura, outro?	Péssimo	Ruim	Intermediário	Bom	Excelente
		0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
K.	Na sua visão como é o incentivo do governo federal, estadual, municipal à permanência do pequeno produtor no campo?	Péssimo	Ruim	Intermediário	Bom	Excelente
		0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
L.	Considera importante a destinação dos produtos comercializados (se é para a merenda escolar, restaurantes...) Quem irá consumi-los.	Nada	Pouco	Médio	Muito	Totalmente
		0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
M.	Na sua avaliação a sua qualidade de vida e da sua família é (bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, e também a saúde, a educação)	Péssimo	Ruim	Intermediário	Bom	Excelente
		0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
Aspectos econômicos						
N.	Na sua avaliação, nos últimos 5 anos surgiram novas oportunidades de mercados para venda da produção (feiras, supermercados, PAA municipal)	Nenhuma Oportunidade	Poucas oportunidades	Médias oportunidades	Boas oportunidades	Excelentes oportunidades
		0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
O.	A diversificação reduz riscos econômicos, quando a produção de um produto falha, ou se os preços estão ruins, a produção de outro produto gera renda necessária. Nesse sentido, considera-se 1 o produto não diversificado e 5 o produto	1 produto - Sem diversificação	2 produtos - Pouco diversificado	3 produtos - Média diversificação	4 produtos - Diversificado	5 produtos - Totalmente diversificado

	totalmente diversificado. Durante o ano, considerando toda a produção da propriedade, qual o grau de diversificação da sua produção?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
P.	De 0 a 100, como você avalia a garantia de venda da produção?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
Q.	Do total da renda, qual percentual é proveniente da venda garantida (com preços garantidos)	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
<b>Aspectos ambientais</b>						
R.	Preocupa-se com a preservação ambiental?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
S.	Destina adequadamente o lixo orgânico e o lixo reciclável?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
T.	Preserva a mata ciliar?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
U.	Conserva a área de preservação permanente?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
V.	Realiza a triplice lavagem das embalagens de agrotóxico?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
X.	Devolve as embalagens de agrotóxico?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100
Y.	Realiza conservação de mananciais e fontes de água?	0-20	20-40	40-60	60-80	80-100

Z.O estabelecimento é participante do PAA? 1( ) Sim; 2( ) Não;

#### CONJUNTO 03 - PARTICIPAÇÃO NO PAA

AA. Participa do programa há quanto tempo?

1( ) Menos de um ano; 2( ) de um a três anos; 3( ) mais de três anos.

AB. Participa de outras modalidades do PAA além da Compra com doação simultânea?

1 - ( ) Não; 2 - ( ) Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque;

3 - ( ) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; 4 - ( ) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite; 5 - ( ) Compra Institucional; 6 - ( ) PAA Sementes.

AC. Entrega produtos orgânicos para o PAA? 1( ) Sim; 2( ) Não;

Obstáculos em geral

AD. A obtenção da matéria prima é um obstáculo? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AE. Existem atrasos de pagamento no PAA? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AF. Considera as exigências para obtenção da DAP difíceis de cumprir? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AG. Há dificuldades em cumprir os prazos de entrega estipulados no PAA? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AH. Há dificuldades em entregar a quantidade de produtos solicitada? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AI. Há dificuldades em atender aos critérios de qualidade dos produtos? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AJ. Há dificuldades para realizar o transporte dos produtos da propriedade até a cozinha social?

1( ) Sim; 2( ) Não;

AK. Há dificuldades em atender as obrigações estabelecidas no termo de compromisso? 1( ) Sim;

2( ) Não;

AL. Os preços pagos pelos produtos são satisfatórios? 1( ) Sim; 2( ) Não;

AM. Há preocupação quanto à continuidade do PAA? 1( ) Sim; 2( ) Não;

